



**A CONSTRUÇÃO DA NATUREZA SAUDÁVEL:
NATAL 1900-1930**

ENOQUE GONÇALVES VIEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: I

**A CONSTRUÇÃO DA NATUREZA SAUDÁVEL:
NATAL 1900-1930**

ENOQUE GONÇALVES VIEIRA

NATAL / 2008

ENOQUE GONÇALVES VIEIRA

**A CONSTRUÇÃO DA NATUREZA SAUDÁVEL:
NATAL 1900-1930**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa I, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do(a) Prof(a). Dr(a) Helder do Nascimento Viana.

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial Especializada do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

UNBSE-CCHLA

Vieira, Enoque Gonçalves.

A construção da natureza saudável em Natal (1900-1930) / Enoque Gonçalves
Vieira. - Natal, RN, 2008
173 f.

Orientador: Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: História e Espaços. Linha de Pesquisa I: Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços.

1. Natal (RN) – História (1900–1930) - Dissertação. 3. Natureza – Dissertação. 4. Saúde – Dissertação. 5. Progresso – Dissertação. 6. Natal – Séc. XX - Dissertação. I. Viana, Helder do Nascimento. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94(813.2) “1900-1930”

NATAL / 2008

ENOQUE GONÇALVES VIEIRA

**A CONSTRUÇÃO DA NATUREZA SAUDÁVEL:
NATAL 1900-1930**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana

Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda

Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Natal, 31 de julho de 2008

Resumo

A cidade do Natal, construída entre rio, mar e dunas, constitui-se como uma paisagem peculiar, única. Uma paisagem fruto da junção do que podemos chamar de duas naturezas, aquela que se convencionou tratar como “nativa” e uma outra que reconhecemos como sendo antrópica. Uma paisagem que, ao longo do tempo, foi sendo estruturada, organizada e construída pela operosidade humana, que, unindo natureza e técnica, estabeleceu para a cidade, a partir de princípios de salubridade e higiene, sob a direção de uma classe médica influente, de técnicos atuantes e de governantes comprometidos com o progresso, desde os primeiros anos do século XX, a construção de uma natureza que providenciasse, para as pessoas que vivem na cidade, uma vida mais salutar, um viver saudável em meio a uma natureza que, domada, livre de agentes patogênicos, possibilitasse ao natalense viver bem.

Palavras-chave: Natureza, saúde, Natal, início do século XX.

Abstact

The brazilian city of Natal, located between river, sea and dunes, rises up as a peculiar, unique landscape. A landscape made by the junction of what we can call two natures, the first one most known as “native” and the other properly recognized as antrópica. This landscape has been changing throughout the time as a result of human working activities. In this process of landscape changing, some influent people such as medicine doctors, people from government, and also technicians took place and gave their contributions based on hygiene and salubrity principles, since the early years of XX century. They intended to bring up to the Natal's citizens a legacy of new concept of healthier life, as free as possible from pathogenic agents.

Words key: Nature, health, Natal, beginning of century XX

Agradecimentos

Ao término de uma atividade cansativa, mas ao mesmo tempo prazerosa, nós temos o hábito de parar, refletir, olhar para trás e entender o porquê que conseguimos chegar até aqui. E perceber que em nenhum momento estivemos sós, mesmo, se por ventura, tivesse esse sentimento, pura ilusão, pois sempre tinha alguém bem próximo.

Foram muitos os obstáculos, mas também foram muitas as mãos amigas a afagar, a empurrar carinhosamente para frente, a segurar nos momentos de insegurança. Foram tantas as vozes de incentivo, tantas as considerações elogiosas, críticas, e vivas quando o fim se aproximava.

Primeiramente peço desculpas às falhas de memória é que o tempo e o cansaço criam lacunas na nossa mente.

Não sei se teria conseguido sem o apoio incondicional do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN, sem a atenção assaz do orientador que, em boa hora, decidiu caminhar as longas trilhas da natureza do passado ao meu lado, incentivando, influenciando, pensando junto, indicando as melhores picadas, as veredas mais instigantes, mas me deixando livre para perceber que existe uma gama de caminhos e que todos levam a algum lugar. Desvendar a natureza do passado não foi tarefa fácil. No entanto, foi possível. E, inegavelmente, essa façanha se deu devido ao bom equipamento de norteamento ao qual tive a sorte de ter acesso, ao professor Helder Viana o meu respeito e sinceros agradecimentos.

Seria difícil sem o apoio da amiga Rosália Carrilho, professora e historiadora, mas acima de tudo amiga, com quem sempre conto.

Muito complicado seria caminhar nessa aventura sem os fieis amigos Henrique Castriciano, Manuel Dantas e Januário Cicco, três sujeitos intempestivos, efusivos, que afluíam por todos os caminhos, por todas as veredas e por todas as picadas que eu tentava abrir com as pontas afiadas dos meus dedos e com o aguçar dos meus míopes olhos. Sempre os encontrando. Nas praças, nos jardins, pelas ruas arborizadas de oiticicas e mungubeiras, nos banhos de mar, pelas lagoas, no Baldo. Três sujeitos de outros tempos, e que perpassam o tempo indicando, para o nosso trabalho, uma natureza que está à vista de todos, constituindo uma paisagem que inegavelmente tem muito a ver com os desejos desses três homens.

Sem o apoio quase sempre compreensível de Nelson e Natália, filhos de um pai desnaturado que somente quer saber de natureza.

E não tenho dúvidas de quão árdua seria essa aventura se não tivesse ao meu lado minha companheira a quem o mínimo que posso fazer é dedicar todo esse tempo que fiquei ausente. Desculpas pelo mau humor e por ter lhe alugado por inúmeras vezes, exigindo que esquecesse o seu cansaço e ouvisse os meus devaneios. Para você Ivone, todo o deleite que a natureza possa lhe dar.

SUMÁRIO

Resumo	04
Abstract	05
Agradecimentos	06
Introdução	09
Capítulo I: Usos sociais da natureza natalense	16
1. A natureza nativa: ao mesmo tempo perigosa e em perigo	17
2. Natureza, cultura física e diversões	40
3. A natureza construída	49
Capítulo II: Natureza, asseio, higiene e saúde numa cidade com vocação para a doença	64
1. Teorias médicas: entre os miasmas e os micróbios	64
2. Dois grandes problemas: o matadouro público e o depósito de lixo	80
3. O medo das epidemias: a peste, a varíola, o cólera	94
4. Drenagem e esgotamento sanitário: o problema das águas servidas	103
Capítulo III: Princípios da medicina social e a medicalização da natureza em Natal	107
1. Tempos de melhoramentos e de progressos: a recriação de Natal	109
2. O aparato médico: um instrumento para a construção da nova cidade	118
3. Entre a cidade e a salubridade: uma natureza que se queria saudável	135
Considerações finais	159
Fontes	169
Bibliografia	170

Introdução

Este trabalho procura compreender as representações e as práticas sobre a natureza na cidade do Natal durante as três primeiras décadas do século XX, mas especificamente daquelas advindas das experiências médicas. Foi nessa época que aquilo que se convencionou chamar de medicalização social assumiu um caráter mais definido na sociedade natalense. Um dos aspectos centrais dessa medicalização foi uma nova relação com o mundo natural. Assim, durante esse período, médicos, dentistas, enfermeiros, autoridades de saúde, e também pedagogos, bem como arquitetos e engenheiros estabeleceram um novo sentido à natureza, sentido esse fortemente atrelado às experiências da medicalização, calcado nos discursos de profissionais da saúde, de profissionais técnicos, de autoridades públicas e de articulistas da imprensa local, e que resultou na construção de uma “nova cidade” e de uma nova idéia sobre a natureza.

Na busca por compreender esta problemática, algumas questões se tornam necessárias: de que forma a ciência médica se impôs como prática social na cidade? Qual o instrumental (tanto discursivo quanto material) alavancado pela medicina no trato das principais doenças que acometiam a população? Quais doenças eram mais corriqueiras? Como se propunha o tratamento das mesmas? De que forma a natureza da cidade “atuava” na proliferação dos diversos agentes patogênicos e de que forma essa proliferação era entendida pelos médicos? Quais as medidas tomadas pelos poderes públicos sob a intervenção dos profissionais médicos? Como se estabeleceu o aparato médico na cidade a partir da atuação dos diversos profissionais da medicina na Natal do início do século XX e como esses ideais médicos atuaram no sentido da construção social de uma cidade com uma natureza saudável?

Procuramos aqui compreender como se deu o processo de medicalização social na cidade do Natal no início do século XX enfatizando, nesse contexto, a experiência médica em relação ao mundo natural natalense como uma realidade conflituosa, geradora de disputas que tinham por base diferentes concepções de natureza e dos usos dessa mesma natureza. Deste modo, procuramos seguir a reflexão do antropólogo Roberto Da Matta quando considera que “falar de *uma* [concepção de natureza] seria impor uma ordem falsa num quadro fragmentado no qual muitas ideologias da natureza

disputam e negociam um lugar ao sol”¹. No entanto, “admitir a diversidade, a fragmentação, a disputa, o conflito (...) não nos exige de buscar uma moldura dentro da qual ganham significado as práticas dos grupos que esposam idéias divergentes sobre a natureza”².

Nesse ínterim, reafirmo aqui a fala do historiador francês Roger Chartier quando diz que “não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e confrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo”³. Assim, as questões de asseio, limpeza e saúde se apresentam como uma disputa simbólica importante na redefinição da natureza na cidade. Tais discursos e práticas funcionam no estabelecimento de um espaço urbano que subvertendo antigas práticas geram confrontos e contradições.

Escrever e discutir a história a partir da relação que indivíduos e grupos sociais têm com o mundo natural, circunscrita a experiência urbana, não é tarefa fácil, pois na vasta literatura existente, tanto historiográfica e urbanística, quanto sociológica, bem como das ciências naturais, esses dois objetos estão situados em oposição.

O historiador Donald Worster, um dos fundadores da chamada História Ambiental, diz que:

Há um consenso de que “natureza” designa o mundo não-humano, o mundo que nós não criamos originalmente. O “ambiente social”, o cenário no qual os humanos interagem uns com os outros na ausência da natureza, fica, portanto, excluído. Excluído também fica o ambiente construído ou fabricado, aquele conjunto de coisas feitas pelos homens e que podem ser tão ubíquas a ponto de formar em torno deles uma espécie de “segunda natureza”⁴.

Mais adiante ele ratifica, “o ambiente construído expressa a cultura”⁵.

Entendemos “ambiente construído” todo e qualquer ambiente que tenha sido alvo da intervenção humana, desde praças, edifícios, ruas arborizadas, diques, lagos artificiais, cidades, sítios, fazendas até jardins, parques ecológicos, áreas de preservação ambiental, dentre outros. Ou seja, todo o ambiente que minimamente tenha qualquer intervenção de qualquer grupo ou sociedade humana.

¹ DA MATTA, Roberto. Em torno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: **Conta de mentiroso**. p. 91 (grifo do autor, destaque em colchetes nosso)

² Idem.

³ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. p. 66

⁴ WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. p. 04

⁵ Idem.

Nesse sentido, podemos afirmar que todo e qualquer ambiente que tenha sido alvo da intervenção humana, em especial a cidade, é uma espécie de negação da natureza ou, no máximo, elevado à “criação de uma segunda natureza”⁶ como diz a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik.

No entanto, nesse trânsito entre a “natureza nativa” e essa “segunda natureza” que é a cidade, situado entre as duas naturezas em questão, está o homem, que para Marx “é diretamente um ser da natureza”⁷. Em outras palavras, o homem é natureza e também é “segunda natureza”, e fazendo, a partir das suas necessidades e desejos, cria e recria tanto a “natureza nativa” quanto a cidade, estabelecendo entre as duas uma gama de diferenças.

Na discussão apontada pela Antropologia de que a espécie humana é ao mesmo tempo um ser natural, biológico, e um ser cultural, Geertz diz que “o homem faz-se a si próprio”⁸, mas também é verdade que o homem faz o ambiente ao seu redor, ou utilizando os termos das ciências naturais o homem faz o “meio ambiente” ao seu redor, e ele o faz como já dissemos a partir das suas necessidades e dos seus desejos.

Tomando por base que os grupos humanos procuram mudar o ambiente natural com o intuito de transformá-lo e adequá-lo à sua cultura, “Devemos presumir que toda cultura contém um leque de percepções e valores variados, e que jamais houve uma cultura que realmente quisesse viver em harmonia total com o seu ambiente”⁹. Nesse contexto, podemos afirmar que em todo e qualquer meio natural no qual vive, o homem o transforma, construindo um outro a partir de parâmetros culturais próprios.

Para o historiador ambiental José Augusto Drummond, “a cultura humana age sobre o meio físico-material, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos”¹⁰

Compreendendo que o homem age sobre a natureza, no sentido de representá-la culturalmente, procurando impor significados e usos culturais ao meio natural existente, podemos, então, compreender como a sociedade natalense do início do século XX percebia e vivenciava a natureza, e como essa mesma sociedade se propunha a intervir no meio natural natalense, ou, fazendo uso de um termo mais recente, percebia e intervinha no “meio ambiente” da cidade.

⁶ ROLNIK, R. **O que é cidade**, p.7

⁷ MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. p. 182

⁸ GEERTZ, Clifford. Transição para a humanidade. In: **O papel da cultura nas ciências sociais**. p. 21

⁹ WORSTER, Donald. Op. Cit. p. 14

¹⁰ DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental**: temas, fontes e linhas de pesquisa. p. 04

No entanto torna-se necessário compreender também que não é somente o homem que age sobre a natureza.

Worster diz que,

Os seres humanos participam dos ecossistemas tanto como organismos biológicos aparentados com outros organismos, quanto como portadores de cultura, (...). Os seres humanos têm sido parte inseparável da ordem ecológica do planeta¹¹

Se os seres humanos participam dos ecossistemas e se são inseparáveis da ordem ecológica do planeta como afirma esse historiador, é de se pensar que assim como o homem age na natureza, a natureza também age sobre o homem, formando uma espécie de círculo onde ambos influenciam um ao outro.

Esta visão também é corroborada por Drummond, no entanto ele nos lembra que:

A esta altura do debate científico, nem a história ambiental nem as outras disciplinas sociais que vêm incorporando elementos do mundo natural à sua lista de variáveis analíticas propõem um determinismo natural unilateral¹².

Tendo ciência dessa relação de reciprocidade entre o homem e a natureza, de que não existem determinismos¹³ nessa relação, bem como de que o homem é agente e integrante do ecossistema no qual está inserido, podemos então concluir que “o ponto de vista ecológico (...) é valioso para o estudo da história”¹⁴, bem como de que a paisagem natural denota a história do homem que vive ou que viveu naquele ambiente, Worster citando o historiador Roderick Nash diz que o historiador deve encarar toda a paisagem ao redor como um tipo de documento histórico.¹⁵

Dentre as várias temáticas possíveis de serem estudadas pelos adeptos da história ambiental, aquela que diz respeito às relações existentes entre as sociedades humanas e os agentes patogênicos transmissores de diversas doenças é a que nos será mais útil, pois, a partir dos estudos sobre os organismos e microorganismos patogênicos

¹¹ WORSTER, Donald. Op. Cit. p. 09

¹² DRUMMOND, José Augusto. Op. Cit. p. 04

¹³ No século XIX até início do século XX muitos cientistas acreditavam que o meio natural era determinante na formação das sociedades humanas, tal postura científica ficou conhecida no meio acadêmico com os nomes de Determinismo biológico e determinismo geográfico, no livro. **“CULTURA: um conceito antropológico”** o antropólogo Roque de Barros Laraia, faz uma breve discussão em torno dessa questão.

¹⁴ WORSTER, Donald. Op. Cit. p. 07

¹⁵ Idem, p. 02

e suas ações frente ao organismo humano, poderemos compreender como a sociedade natalense do início do século XX conseguia lidar com os problemas de saúde e como essa mesma sociedade agia no intuito de por fim aos problemas existentes.

Segundo Worster “os organismos patogênicos são também parte do reino da vida, e eles continuam a ter um papel decisivo no nosso destino, apesar da eficácia da medicina”¹⁶. O historiador inglês Roy Porter diz que “à medida que os seres humanos colonizaram o globo, eles mesmos foram colonizados por agentes patogênicos”¹⁷

Se os agentes patogênicos, e conseqüentemente os problemas resultados das suas atuações no organismo humano individualmente, bem como aqueles problemas que assolam um grupo social inteiro, ou ainda atingem proporções maiores como as endemias e epidemias que atuam em uma sociedade inteira, são objetos do conhecimento humano, somente devemos concluir que esse interesse deve-se essencialmente à necessidade que as sociedades humanas têm de conhecê-los com a finalidade de deter o domínio sobre tais agentes naturais, pois, como diz Drummond, o homem tem um apetite insaciável de controlar, domesticar e de civilizar¹⁸ a natureza.

A medicina, em especial a medicina ocidental, quanto ciência natural, mas essencialmente pensada e praticada por homens, foi o ramo científico que procurou ao longo da história estabelecer essa relação de domínio sobre a natureza quando o assunto era doença, higiene, endemia, epidemia, agentes causadores de moléstias.

Para o historiador Roy Porter “o pavor da doença, potencial e efetiva, as dores das queixas agudas e das moléstias de longo prazo, e ainda o pavor da mortalidade figuram entre nossas experiências mais universais e assustadoras”¹⁹. Ainda segundo Porter, “de inúmeras maneiras, através de uma multiplicidade de preceitos e práticas populares, as sociedades procuraram manter a doença a distancia, ou então combatê-la, administrá-la, e racionalizá-la, quando ela ocorre”²⁰.

E assim agiu a sociedade natalense nas primeiras décadas do século XX, que com o intuito de combater, administrar e racionalizar, procurando manter distante a doença, transformou a natureza da cidade, a partir da organização de um corpo técnico-profissional, um aparato físico urbanístico e de um modelo discursivo capaz de construir

¹⁶ Idem, p. 04

¹⁷ PORTER, Roy. **Das tripas coração:** uma breve história da medicina. p. 17

¹⁸ DRUMMOND, José Augusto. Op. Cit. p. 13

¹⁹ PORTER, Roy. Op. Cit. p. 13

²⁰ Idem, p. 14

aquilo que era concebido à época como sendo uma natureza saudável e uma cidade boa para se viver.

No entanto, essa cidade idealizada não era para todos e por isso a opção de negar a antiga cidade, representação de um passado inglório e de um espaço permeado de insalubridade, onde se convivia com a doença e com certa promiscuidade advinda das classes populares.

Fruto da negação da antiga Natal surgiu, como que por um devir, a Cidade Nova, espaço do recato, dos bons ares, do clima ameno, da sombra das árvores, do cume das dunas, do “Monte Petrópolis”, a paisagem mais aprazível da cidade. Mas antes da Cidade Nova existir de fato era necessário defender a natureza dos maiores predadores: os homens pobres. E a partir de então as elites da cidade providenciaram discursos e práticas condenatórias, onde a população pobre aparecia como vilã, agente devastador e empecilho para o progresso e para a conservação da natureza. Aparecendo também como sujeito rude, desregrado, deseducado e de hábitos insalubres.

Como a natureza nos ensina que viver é superar conflitos, construir a Cidade Nova, o lugar próprio da natureza saudável, foi incontestavelmente mais um dos palcos de conflitos da história da Cidade do Natal.

No primeiro capítulo, trataremos dos usos que os natalenses faziam da natureza que a florava na cidade, de como as pessoas lidavam com as matas, com as dunas, com os mananciais de água, a relação com os animais, os lugares preferidos para o lazer, as atividades de trabalho em meio ao ambiente natural, o início das práticas esportivas, as representações feitas sobre o rio Potengi, o mar e as dunas e, por fim, de como, com o passar do tempo, esses ambientes foram mudando a partir da intervenção técnica.

Em um segundo capítulo, falaremos sobre como a sociedade natalense vivenciava a questão da higiene e do asseio, tanto pública quanto particular, tanto corporal quanto social, bem como de que forma essa mesma sociedade tratava o meio natural nos aspectos citados acima. Tentaremos desvendar as maiores preocupações em relação ao asseio e à higiene na cidade e quais as representações e idéias mais defendidas pelos natalenses da época e por fim quais os maiores temores em relação as doenças que costumava acometer a população.

No terceiro e último capítulo faremos um exercício de compreensão no sentido de entender qual o papel que a chamada medicina social exerceu em Natal na época e o que ela propunha em relação ao meio natural da cidade. Como se desenvolveu o aparato médico de Natal, qual a cidade e, principalmente, qual a natureza que resultaram da

intervenção oficial da ciência médica no começo do século XX, e, por fim, o que o historiador pode reconhecer como um componente da paisagem natural da cidade que foi fruto daquele processo de construção.

No intuito de fazer aflorar o dizer daqueles que viveram, conceberam e construíram a natureza em Natal no início do século XX optamos por usar a grafia da época, na crença de que assim, as pessoas apareceriam no texto com um perfil mais aparentado consigo próprio.

O uso das fotografias irá conseguir despertar em quem, por acaso, ler este texto, uma construção imagética no sentido de transfigurar a imagem estática dos postais, ou vistas, do início do século para a imagem concreta da cidade do Natal da nossa experiência efêmera. Algo de muito semelhante existem entre ambas.

Capítulo I

Usos sociais da natureza natalense

Encravada em meio a um grande rio ao Norte, à imensidão do mar no lado Leste e cercada por um imenso cordão de dunas cobertas de vegetação, que a circundam ao Sul e a Oeste, encontra-se Natal, a Cidade dos Reis. Lugar onde se construiu uma das mais sólidas edificações coloniais brasileiras, a fortaleza dos Reis Magos, erguida, significativamente, sobre as águas do Potengi, dentro das águas do Atlântico, rodeada, durante a maré baixa, pelas alvas dunas de areia e margeada por densa vegetação de mangue.

A descrição acima tem sido apresentada desde tempos distantes. Nela é possível perceber uma presença constante da natureza na cidade do Natal. Uma natureza que, além de aflorar por todos os flancos, mostra-se de maneira exuberante. Antes de ser um acidente, ou de se estabelecer de forma concreta, essa exuberância se constituiu numa marca da natureza nacional, conforme assinalou Roberto Da Matta num estudo sobre essas representações.²¹

Além de exuberante, essa natureza é representada também como “dádiosa”, própria para o uso e, sem dúvida, boa para viver e para ser explorada. Uma natureza onde todos os seus elementos teriam sido feitos para o desfrute, o deleite e a exploração do homem.

Essa representação tem como seu oposto a “visão puritana da natureza”, cuja dignidade só se realiza a partir da intervenção do homem. Ela é definida como o espaço do inóspito e do cruel e que por isso deve ser alvo da construção humana. Assim, exclui-se a idéia de passividade em relação ao mundo natural e que, portanto, torna-se necessário a intervenção humana no intuito de construir um mundo diferente do natural.²²

A impressão da existência de uma natureza exuberante, portadora de uma beleza romântica que havia atraído tantos viajantes entre os séculos XVII e XIX, parece ser colocada em cheque nas primeiras décadas do século XX na cidade do Natal.

Nesse período, a natureza natalense aparece muito mais como vítima da constante presença humana, presença essa que provocava a destruição de suas “características originais”, trazendo como conseqüência sérios perigos para a vida

²¹ Ver DA MATTA, Roberto. Op. Cit.

²² Idem. p. 110.

social. Ao mesmo tempo, ela aparece como vilã quando é considerada perigosa, provocadora de acidentes e portadora de maus ares ou de organismos e microorganismos causadores de patologias médicas.

É mister então compreender que, na Natal do início do século XX, a natureza era entendida paradoxalmente como potencialmente boa e má ao mesmo tempo, e que, através da intervenção humana sobre essa natureza, era possível aproveitar melhor os efeitos benéficos e afastar aqueles compreendidos como prejudiciais que dela pudessem advir.

1. A natureza nativa ao mesmo tempo perigosa e em perigo

A imagem da natureza ameaçadora aparece inicialmente em editorial escrito no jornal “A Republica”, de 31 de março 1901, intitulado “Perigo Iminente”. No texto, defende-se a idéia de que os “morros de areia” que cercam a cidade, em especial aqueles que se encontram na região denominada de Areia Preta, “ameaçam parte desta capital”.

Ninguém ignora que os morros de praia, formados de areia movediça, podem desoar-se com muita facilidade, caminhando até se arrazarem completamente. Conforme o tamanho do morro, as areias às vezes sepultam aldeias inteiras e sítios que lhe ficam ao pé²³.

Os “morros de areia” citados pelo articulista nesse editorial são, em um termo geológico mais preciso, as dunas que circundam a cidade.

Segundo o geólogo Patrick Hesp, dunas são formações arenosas vegetalizadas, ou não, formadas nos setores mais próximos do mar das faixas de pós-praia. Elas podem ser formadas em uma diversidade de ambientes litorâneos: na faixa de praia em mar aberto, baías semifechadas, estuários, lagos e lagoas e existem em praticamente todos os tipos de clima, desde as áreas tropicais a áreas de clima frio. Tais formações geológicas são denominadas por uma grande variedade de termos, tais como: dunas frontais, dunas embrionárias, cristas de retenção, cristas de praia, cordões de dunas paralelas ou dunas transversais, em Natal, convencionou-se, popularmente, chamar as formações dunares de “morros”. As dunas, geralmente, tomam formas de cristas convexas vegetalizadas,

²³ Perigo Iminente. A República, 31 de março de 1901

alinhadas paralelamente à faixa de praia, separadas entre elas por depressões côncavas²⁴.

Para Olavo Santos Júnior, em Natal existem dois tipos de formação dunar: as Paleodunas ou Dunas Fixas e as Dunas Móveis, o que as diferencia é o aspecto físico-geológico, fruto de ações intempéricas, e o fato de serem as paleodunas cobertas de vegetação²⁵.

Essa discussão, sobre o perigo oferecido pelas dunas de areia que circundam a cidade do Natal, seria retomada por inúmeras vezes nas páginas da imprensa e, em especial, na célebre palestra proferida pelo jornalista Manoel Dantas em 1909.

Naquele momento, em 1901, o que o editorial do jornal apontava como sendo o grande potenciador desse perigo era, exatamente, o uso que a população fazia das dunas. Ao afirmar que “o morro de Areia Preta está começando a desmoronar-se para o lado da cidade”, o jornalista assinala, a gravidade do problema.

Entre os principais sujeitos dessa degradação natural o articulista apontava:

Primeiramente consentiu-se que a acção dos lenheiros acabasse a vegetação que cobria o morro e fixava as areias. Depois não sabemos com que intuito, ou em virtude de que desleixo, fez-se uma espécie de caminho do plano para o cimo do morro, que tornou-se o *sport* favorito da garotada vadia que todas as tardes se exercitava naquela subida, preparando o caminho às areias e determinando a futura destruição de parte desta capital.²⁶

Exposto o problema, suas causas e causadores, e, por fim, as conseqüências que poderiam acarretar a destruição das dunas da região de Areia Preta, o jornal pede então providências por parte da administração da Intendência Municipal para que adote medidas que tenham o intuito de deter a invasão da areia, o jornal apontava como ações necessárias a “proibição rigorosa de transito nas partes escalvadas do morro, como também na fixação das areias por meio de plantações de arvores, arbustos e grammas adequadas”²⁷

Em outubro do mesmo ano, o governador Alberto Maranhão, na companhia do presidente da Intendência municipal, Joaquim Manuel Teixeira de Moura, e do chefe interino da Comissão de Melhoramento do Porto, em visita à praia de Areia Preta,

²⁴ HESP, Patrick. **A gênese de cristas de praias e dunas frontais**. p. 119

²⁵ SANTOS JUNIOR, Olavo. **Características geotécnicas dos solos da região de natal-rn**. http://www.ufrn.br/sites/producao_ct/sec1_1.html-07/07/2007

²⁶ Perigo Iminente. A República, 31 de março de 1901

²⁷ Idem.

decidiu fixar as areias das dunas daquela região, uma providência que já havia sido reclamada anteriormente pela imprensa, como vimos acima. Com essa medida, o chamado “perigo iminente” se acabava, permitindo com isso a ocupação e o desenvolvimento do novo bairro de Natal, a Cidade Nova, que, a partir de então, estava livre do perigo de ser soterrado pelas areias das dunas.

Em dezembro de 1902, preocupada com a devastação dos morros, a imprensa denunciava que “vários indivíduos estavam barbaramente devastando os morros do Morcêgo e Areia Preta, abrindo roçados e queimando o matto”²⁸. Para evitar tamanha devastação, a Intendência Municipal mandou guardas e fiscais para prenderem os infratores, chegando a aprisionar um dos indivíduos encontrado em flagrante delito. Segundo o jornal “A República” tal ato era considerado uma infração escrita no código de posturas de Natal.

A citada palestra de Manoel Dantas, cujo título era “Natal daqui a cinquenta anos”, foi proferida no salão nobre do palácio do governo no dia 25 de março de 1909 e tratava-se de um pequeno ensaio ficcionista, em que o autor procurava retratar a Cidade do Natal no ano de 1959. Dantas imaginava uma cidade totalmente modificada representado-a, em seu texto, com uma natureza radicalmente vencida pela técnica²⁹, ou seja, a Natal da palestra de Dantas era uma cidade que havia sofrido uma forte ação humana sobre a natureza.

Os morros de areia foi um tema recorrente na imprensa da cidade desde os primeiros anos do século XX. Na palestra de 1909, Dantas Dizia, rememorando o artigo escrito em 1901:

Contei a história do morro situado em frente à Cidade Nova, deslocando-se sob a ação dos ventos rijos, espalhando sobre as ruas como um vasto lençol tenebroso e mortífero. Fui eloqüente, recorri ao Larousse para dar uma descrição do Saara, evoquei casos fantásticos de cidades inteiras sepultadas sob as dunas, falei das erupções do Vesúvio e da Montanha Pelada, Lembrando Herculano, Pompéia, São Pedro da Martinica, e conclui, fazendo um apelo aos sentimentos humanitários do coronel Joaquim Manuel, benemérito presidente do Governo Municipal, pedindo-lhe lançasse vistas protetoras sobre este perigo iminente que ameaçava a cidade de uma destruição completa.³⁰

²⁸ Devastação dos morros. A República, 22 de dezembro de 1902.

²⁹ Ver ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, A. L., DANTAS, G. **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna. Natal, 1890-1940

³⁰ DANTAS, Manoel. Natal daqui a cinquenta anos. In: LIMA, Pedro de. **O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas**. p. 67

Na fala de Manoel Dantas, notamos que existe certo temor em relação à natureza nativa e uma necessidade de intervenção que tivesse o fim de conter uma possível catástrofe que a história houvera anunciado com inúmeros acontecimentos em todo o mundo. Conter o movimento das dunas era ao mesmo tempo, para Dantas, salvar a cidade e, por consequência, tornar possível o progresso da mesma.

Um outro espaço natural da cidade, que trouxe muita preocupação para as autoridades públicas foi o balneário do Baldo.

O Baldo era uma lagoa natural que, com o tempo, tornou-se a represa d'água de consumo da cidade, para tal foi feita a construção de paredes no ano de 1877 que tinham por finalidade reter e acumular a água potável para posterior distribuição entre a população urbana. No início do século XX, Natal já contava com uma incipiente rede de distribuição de água e com uma empresa para prestação desse serviço, cuja represa para captação d'água era na localidade chamada "Oitizeiro", lugar situado próximo ao Baldo, entre o "balneário" e o rio Potengi, um terreno alagadiço margeado por uma densa mata.

Com o surgimento dessa outra represa para o acúmulo da água de consumo doméstico, a represa do Baldo passou a se tornar um concorrido espaço de encontros e de diversão, especialmente para os boêmios que iam para lá fazer serenatas e saraus poéticos. O lugar também era freqüentado pelo povo pobre em geral que fazia daquele aprazível recanto da cidade o único balneário público existente em Natal, numa época em que o banho de mar era novidade e uma prática de poucos.

Em carta escrita pelo médico Antonio China, profissional da Inspetoria de Higiene do Estado, e publicada em primeira página no jornal "A República", comunicou-se que, atendendo pedido à Inspetoria de Higiene do Município, ficava decidido "o arrasamento do 'Baldo'".

A solicitação para que o Baldo fosse destruído devia-se ao fato daquele espaço ter se tornado, segundo os profissionais da Inspetoria de Higiene do Estado,

Um centro de immoralidades atravessado na principal entrada desta cidade, é um foco de infecção, do qual pela lei dos líquidos em vasos comunicantes, deriva para os depositos da empreza a agua infecta, em que banha-se constantemente desde o individuo portador da dermatite e da ulcera syphilitica, ate o animal gafeirento, não falando das lavagens quotidianas de roupas sujas"³¹.

³¹ Questões de higiene. A República, 15 de junho de 1901

O apelo para o arrasamento do balneário do Baldo, como se percebe, foi motivado por questões de saúde, no entanto o primeiro motivo alegado pelo médico Antonio China era, inegavelmente, o inconveniente moral que havia se tornado aquele espaço, até porque, como disse ele, o Baldo era a entrada principal da cidade, uma espécie de cartão de boas vindas aos visitantes, e que por isso não poderia se tornar um centro de imoralidades. China não aponta concretamente quem estava transformando o Baldo em um centro de imoralidades, mas insinua, a partir de um discurso médico, que isso se deve ao uso que as classes populares faziam cotidianamente do espaço. E, em sendo assim, pode-se compreender que a opção pelo arrasamento do Baldo é, ao mesmo tempo, uma opção pelo fim do uso do Baldo pelas classes populares.



(Fonte: Como se Hygienizaria Natal)

Nessa mesma carta, China afirmava ter pedido à Inspetoria Municipal de Higiene “a conservação das mattas e o asseio dos terrenos em que estas se acham, ao lado sul da fonte”³². Terminava por reclamar de não ter ciência ainda das ações do governo municipal no sentido da conservação e de asseio daquele espaço, já que era perceptível a destruição das matas e o depósito de lixo na área.

Na imagem acima, percebe-se a prática da lavagem de roupa, um dos usos que a população natalense fazia do Baldo, bem como de que a área era circundada por densa vegetação da forma que dizia Antonio China.

³² Idem

Indo por outro caminho que não aquele traçado pelo discurso médico, o historiador Câmara Cascudo provocava uma discussão saudosista, buscando nos relatos de memória, e nas próprias lembranças, reconstituir o panorama natural da cidade. No clássico “História da Cidade do Natal” Cascudo se refere à região do Baldo da seguinte forma:

A fonte do Baldo, assim chamado pelo aterro que faz represar suas águas, é muito importante e de grande utilidade pública. As suas águas represadas, como disse, por um aterro, onde existe um sangradouro que lhe dá saída conveniente, formam um pequeno lago aprazível, que digno de melhor sorte, se presta a todo uso e emprego que a população lhe quer dar³³

Mais adiante Cascudo criticava uma reforma no Baldo feita em 1896 e dirigida pelo médico Segundo Wanderley, então presidente interino da Inspetoria da Saúde Pública, que havia apresentado um plano de saneamento para a cidade, no qual constava o arrasamento da represa. Crítica ainda mais severa fez Cascudo às reformas realizadas pela Inspetoria de Higiene em 1905. Nas suas palavras, “A represa aumentou. A piscina natural minguou. Muito arvoredado foi sacrificado (...). O Baldo (...) foi apagando o prestígio”³⁴.

Câmara Cascudo não pretendia se prestar a ser um crítico de um projeto higienista da elites natalenses do início do século XX, no entanto, para o cronista das chamadas “Actas diurnas”³⁵, o papel social do balneário do Baldo ia além dos papéis de “foco de doenças”, de “lugar infecto” ou de “centro de imoralidades”, papéis esses que eram cotidianamente divulgados pelos médicos. Para ele, o balneário do Baldo era de grande utilidade pública e que digno de melhor sorte, se prestaria a todo o uso e emprego que a população quisesse lhe dar. Nesse sentido, para Cascudo o extermínio do balneário do Baldo era um erro, pois, com isso, a cidade deixaria de possuir um lugar aprazível.

A partir do que vimos, podemos afirmar que a região do Baldo foi, desde o começo do século XX, um espaço de conflito dentro da cidade, um lugar onde os interesses de higiene e salubridade, como defendiam médicos e parte da elite, deveriam ser levados em conta; ao mesmo tempo, um lugar de uso coletivo, onde os pobres de Natal encontravam a água para consumo doméstico, o banho e o lazer; e também o

³³ CASCUDO, Luís da Câmara apud LIMA, Pedro de. **Luis da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal**. p. 59

³⁴ Idem.

³⁵ As “Actas diurnas” eram crônicas escritas pelo historiador Câmara Cascudo desde 1914 e publicadas nos jornais “A Imprensa” e “A República”. Para o historiador Raimundo Arrais as crônicas de Cascudo dos anos 20 corroboraram com a escritura do livro “História da Cidade do Natal”. Ver ARRAIS, R. Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas Cascudianas dos anos 20. p. 12

“lago aprazível”, em que poetas e seresteiros iam, às noites de luar ou nos dias ensolarados, gozar e cantar as belezas do lugar.

Uma outra formação natural que favorecia o surgimento de conflitos eram as lagoas que circundavam a cidade. As lagoas, ou os acúmulos d’água, devem a sua existência em nosso meio natural à formação geológica dos terrenos onde está construída a Cidade do Natal.

Segundo o geólogo Olavo Santos Júnior,

Toda a região é constituída por material de origem sedimentar de idade cenozóica e consistem na Formação Barreiras, Formação Potengi, Arenitos de Praia, Paleodunas ou Dunas Fixas, Dunas Recentes ou Móveis, Sedimentos Aluvionares e de Mangue e Sedimentos Praiais.

Os sedimentos da Formação Barreiras consistem de camadas arenosas a conglomeráticas intercaladas com camadas areno-argilosas, depositadas em ambiente fluvial. A Formação Potengi é constituída por sedimentos de cor avermelhada predominantemente arenosa. Ocupa uma boa parte da superfície da região urbana de Natal. Esses sedimentos estão sobrepostos aos da Formação Barreiras ³⁶.

Como vimos, a cidade do Natal tem uma formação geológica caracterizada por dunas que se apóiam em uma estrutura mais antiga denominada Grupo Barreiras, essa estrutura de formação sedimentar se define por grandes faixas estratigráficas constituídas de silte e de argila, material esse que, devido a sua granulação fina e comportamento plástico, impede a infiltração das águas pluviais para substratos estratigráficos mais profundos. É devido a essa situação geológica que podemos constatar o afloramento de acúmulos d’água, ou simplesmente a formação de lagoas, ao longo de todo o território da cidade. As inúmeras lagoas que afloravam à superfície do solo natalense não foram poupadas de avaliações negativas feitas por muitos profissionais médicos, avaliações essas que, em diversos momentos, elegiam as lagoas como sendo grandes vilãs da saúde pública e da higiene na cidade.

Das lagoas existentes em Natal, a mais famosa delas é a Lagoa de Manoel Filipe, localizada no bairro de Tirol e sobrevivente aos aterramentos, prática comum em Natal, que, amparada em discursos médicos, higiênicos, urbanísticos e econômicos, puseram fim a inúmeras delas, as quais, a partir de tal intervenção, deixaram de fazer parte da paisagem da cidade.

³⁶ SANTOS JUNIOR, Olavo. Op. Cit.

As lagoas em Natal, no início do século XX, tiveram vários usos, dentre os quais: o banho de crianças, de jovens e de pessoas comuns, o banho de animais de trabalho, a lavagem de roupa, a coleta da água para consumo doméstico e até a pesca do peixe miúdo. Essas lagoas foram, e ainda são, um misto de dádiva e castigo, lugar onde a população, especialmente a população pobre, se divertia, se higienizava, de onde tirava o “precioso líquido” para todos os usos; mas também era o lugar traiçoeiro onde alguns morriam por afogamento ao se aventurar no nado; um lugar propício a ser um criatório de mosquitos transmissores da malária ou da febre amarela, bem como um criatório de diversos tipos de verminoses.

A lagoa de Manoel Filipe deve o fato de ter sido poupada de aterramentos, como apontamos anteriormente, a sua localização, mas também a ocasião de ser ela um dos alimentadores da fonte do Baldo, onde estava o reservatório d’água da cidade e para onde as águas da lagoa afluíam em época de chuva.

Em setembro de 1902, a lagoa de Manoel Filipe foi visitada e vistoriada pelo coronel Joaquim Manoel, presidente da Intendência, acompanhado pelo major Raymundo Filgueira, fiscal do 1º Distrito. No relato feito pelas autoridades municipais verificou-se que as águas da lagoa estavam “completamente estagnadas, devendo, quanto antes, ser proibida a lavagem de gente e de animais”³⁷. Para evitar as condições de estagnação e a contaminação das águas e melhorar o aspecto da paisagem da lagoa, a Intendência decidiu por “mandar cercar a lagoa deixando apenas a parte necessária para o bebedouro público”³⁸. Em agosto de 1903 é a vez do Governo do Estado pedir, através de ofício à Intendência Municipal, uma maior atenção à Lagoa de Manoel Filipe. Segundo o documento oficial, era pedido ao presidente da Intendência Municipal mandar “apresentar duas praças do batalhão de segurança”³⁹, que estava sob o comando do mesmo, a fim de ficar em prontidão na lagoa de Manoel Filipe para que se proibisse a lavagem de roupa e o banho. Tal proibição devia-se ao motivo de ser a lagoa uma das fontes alimentadoras de água para o reservatório d’água da cidade, tendo assim, essa medida, um sentido médico-higienista.

Em julho do mesmo ano, o jornal “A República” trouxe uma nota na qual escrevia sobre o fato de querer a população que morava próximo a Lagoa de Manoel Filipe mudar o nome desta para Lago de Genazareth, o motivo se devia ao fato de que a região

³⁷ Lagôa de Manoel Filipe. A Republica, 27 de setembro de 1902

³⁸ Idem

³⁹ A Republica, 08 de agosto de 1903

sul da Cidade Nova, onde estava a lagoa, era conhecida como Palestina e todos os topônimos daquela área tinham nomes relacionados ao lugar sagrado: Galiléia, Jericó, Hefrate, Bethel, dentre outros.

As lagoas e os acúmulos de água, resultados de invernos rigorosos, existentes na cidade, eram constantemente expostas como efetivamente perigosas, sendo um dos maiores problemas apontados nos discursos da elite o uso que a população pobre fazia desses espaços.

A cidade de Natal teve o mar como uma espécie de berço. O fato que já constatamos de a cidade ser circundada por um vasto cordão de dunas, o que provocava, segundo alguns intelectuais natalenses do início do século XX, uma espécie de isolamento da cidade em relação ao resto do mundo, fez do mar de Natal a via de contato do mundo exterior com a pacata capital potiguar, especialmente quando se tornaram mais corriqueiras as viagens marítimas nos paquetes ou nos transatlânticos a vapor.

Dessas viagens, os natalenses mais abastados traziam, além de bagagens, muitas novidades e muitas idéias que ao chegar à cidade promoviam inúmeras mudanças.

Uma das mais flagrantes mudanças estabelecidas pela população local em relação à natureza foi um novo lidar com o mar e com as praias da capital. Nas primeiras décadas do século XX, o banho de mar tornou-se cada vez mais presente no gosto da população, que passou a freqüentar as praias com uma maior assiduidade.

Grupos de famílias, de jovens, de amigos, costumavam ir à praia com o intuito de divertir-se, banhar-se, fazer “pic-nic’s”, passar o tempo, passear e, até mesmo, usar o mar como um instrumento terapêutico, tal como pregava a medicina da época. O médico Januário Cicco, ao tratar da topografia e da geografia médica de Natal, escrevia que a cidade de Natal “é batida pelo vento este-sueste contante e moderado, trazendo à cidade as riquezas de um ar marinho, leve, puro e tonificador”.⁴⁰

Já em março de 1902, um articulista, que usava o codinome de “Lulu Capeta”, escreve uma pequena nota cujo sugestivo título é “Tudo é febre”⁴¹, nela o jornalista fala sobre a criação do bairro da Cidade Nova e do desejo que os natalenses tinham de ir morar no novo recanto da cidade. No texto, ele descreve as modas pelas quais passou o natalense, sendo a “febre dos banhos salgados” aquela que marcaria os primeiros anos do século XX.

⁴⁰ Idem. p. 7

⁴¹ Tudo é febre. A República, 20 de março de 1902



Praia de Areia Preta (início do séc. XX) fonte: CD - Natal 400 anos
(data e autor não identificados)

Na imagem acima, percebemos a pouca ocupação da praia de Areia Preta, uma das praias onde o banho de mar era mais freqüente. Nela percebemos pequenas choupanas ocupadas por pescadores, a presença de jangadas num dos focos principais da imagem estabelece a relação que o natalense que vivia naquela porção da cidade tinha com aquele espaço. Naquele começo do século XX as faixas de praia da cidade era o lugar de morada de famílias de pescadores, que viviam próximos ao mar, tão somente devido a sua atividade de trabalho.

“A febre dos banhos salgados” se estabeleceu, pouco a pouco, em Natal numa perspectiva de sociabilidade burguesa, favorecendo a ocupação de um espaço até então considerado inóspito. Entretanto, foram muitas as queixas no sentido do mau uso por parte da população dessa dádiva natural. Uma série de denúncias sobre esse “mau uso” foi publicada no jornal “A República”.

Numa pequena nota, o jornal diz ter recebido queixas de vários banhistas da Praia do Morcego em detrimento do mau uso feito nos ranchos construídos por eles para vestir e desvestir suas roupas de banho. Segundo a denúncia, os ranchos estavam sendo utilizados por outros banhistas que, além de utilizá-los para vestir-se e desvestir-se dos

seus trajes de banho, estavam aproveitando-os como um lugar cômodo para fazer outras necessidades. Nas palavras do autor da nota,

Outros banhistas mais praticos, que acham certamente mais commodo servir-se do bocado feito, não contentes em se utilizar de um commodo que não lhes pertence, levam a cem cerimonia a ponto de deixar constantemente nos ranchos a prova eloquente dos seus habitos de imundicie.⁴²

A construção rústica feita à base de madeira e palha de coqueiro, que vimos na fotografia anterior, poderia ser tanto um espaço coletivo para os pescadores quanto aquele que tinha a função de vestiário para os banhistas.

Outras denúncias chamavam atenção não em relação à higiene, mas sobre o comportamento moral de alguns banhistas, pois sendo a praia um lugar público era convencional cobrar um bom comportamento de todos aqueles que a freqüentavam.

Em nota dizia o jornal que,

Diversas pessoas, que pretendem freqüentar os banhos de mar na praia do Morcêgo, pedem-nos para reclamarmos a intervenção das auctoridades no sentido da prohibição de tomar banhos despidos, systema posto em pratica até altas horas do dia por varios cavalheiros que não querem dar ao trabalho de vestir uma ligeira fatiota⁴³.

Essa questão apontada pelo jornalista devia-se especialmente a convicções morais e religiosas. O corpo nu aparecia não só como uma manifestação de pecado, mas, sobretudo como uma falta de decoro, de decência. A existência daquela prática considerada incomum nas praias aguçava o medo do jornalista de que comportamento como aquele pudesse não só atingir a moral, mas, até mesmo, expulsar os freqüentadores do balneário.

A praia não era somente o lugar próprio para o banho, mas o lugar para o descanso, para o sossego, para permitir o tempo passar, e, em um determinado momento, passava a ser também o lugar para morar.

No início do século XX, o modismo do banho de mar trouxe a vontade de morar próximo às praias da cidade ou, no mínimo, de viver bons momentos de frente ao mar. É nesse período que começam a ser construídas as primeiras casas próximas à praia, se não para morar, as casas serviam para passar os finais de semana ou para as férias e veraneio.

⁴² Imundície. A República, 28 de janeiro de 1902

⁴³ Praia do Morcego. A República 20 de setembro de 1902

Se antes era a Praia da Redinha o lugar próprio para essas vivências de banho salgado ou de veraneio, como é verificado nos relatos de memória dos articulistas da imprensa e na palestra “Costumes Locais”, proferida por Eloy de Souza em 1909⁴⁴, no começo do século XX, são as praias da Limpa, do Morcego e de Areia Preta que passam a cair no gosto da população da cidade, especialmente daquela população mais abastada que via na ocupação daquelas praias, no que diz respeito ao uso do banho, na construção de casas de veraneio e na construção de casas para moradia, o lugar incontestável da nova aristocracia republicana da cidade. Segundo o historiador Helder Viana,

As praias que durante o século XIX abrigavam apenas as comunidades de pescadores e eram freqüentadas esporadicamente, em épocas de veraneio, pela população cidadina que para lá se deslocava. A partir das primeiras décadas do século XX, a população natalense passou a encarar a orla marítima como um lugar de residência⁴⁵.

Sob o título de “Frioleiras”⁴⁶ um articulista, que assina com o codinome “Catavento”, narrou um dia de domingo que passou na praia da Limpa, um dos mais requisitados balneários da época. Segundo o jornalista, no domingo, reuniu-se naquela praia um grupo de quatro amigos, todos sem preocupações, sem antipatias ou intrigas um com o outro. O dono da casa havia preparado uma peixada que foi saboreada por todos. Depois da peixada, um regalado descanso, “espojado na areia, na contemplação do vasto cenário da natureza”⁴⁷. Comentou o articulista que ficou muito tempo filosofando, pensando na vida do pescador ao ver o barco velejando no mar, pensando na dimensão do mar e na pequenês do barco, pensando na importância que a Fortaleza dos Reis Magos tinha tido outrora e na inutilidade que tinha nos idos de 1902, pensando no mundo. E o tempo passou até que ele percebeu que a noite houvera chegado e pego a ele ainda no mar “embalado à fresca brisa, na vastidão das águas”.

Tal relato assegura que representações como estas que tomam as praias e o mar como ambiente idílico, próprio para a contemplação e para a imaginação parece extrapolar a perspectiva dos poetas e influenciar o comportamento do homem comum.

Um grande problema vivido pelos natalenses era a obtenção de água para o uso doméstico. Até o final do século XIX, a obtenção de água potável apresentava-se como

⁴⁴ Ver SOUZA, Eloy de. **Costumes locais**. p. 33

⁴⁵ VIANA, Helder do N. **A invenção do viver bem**: transformações nos hábitos de consumo na cidade do Natal, 1900-1930. p. 16.

⁴⁶ O termo frioleira, tem o significado de “coisa sem préstimo”, “coisa sem valor”, “algo insignificante”,

⁴⁷ Frioleiras. A República, 21 de outubro de 1902

um problema permanente para a cidade. No início do século XX, em especial nas áreas pobres, a água era adquirida através da busca feita pela população nas fontes existentes na cidade, ou, através da venda domiciliar, um mercado que ainda persistia devido a incipiente rede de abastecimento d'água que atendia tão somente aos bairros da Ribeira e da Cidade Alta.

O reservatório de água da cidade era localizado, como vimos, no Baldo, um misto de balneário público, lugar de diversão e reservatório de água potável. Posteriormente, o reservatório passou a ser no lugar chamado "Oitizeiro" à jusante do balneário do Baldo. Tais reservatórios eram alimentados pelas águas do riacho do Baldo, antigo "rio de beber água", tendo o dito riacho duas fontes alimentadoras que eram a sua nascente no bairro do Alecrim, a oeste e a Lagoa de Manoel Filipe no bairro de Tirol.

O balneário do Baldo e o sítio do Oitizeiro eram localizados em uma depressão topográfica, que era o ponto de demarcação do limite noroeste da cidade.

Como era hábito à época os cemitérios, os matadouros públicos e os depósitos de lixo eram construídos fora dos limites da cidade. No caso de Natal, esses equipamentos urbanos foram construídos nas proximidades do Baldo. O cemitério havia sido construído em meados do século XIX, no subúrbio, no lugar denominado Alecrim, na subida do Baldo, em direção a oeste, o matadouro público era localizado às margens do rio Potengi, próximo à desembocadura do córrego do Baldo, e o depósito de lixo da cidade ficava entre esses dois equipamentos urbanos.

É de se imaginar que a água consumida na cidade tinha, no mínimo, uma qualidade duvidosa.

A carta resposta escrita pelo médico Antonio China, já mencionada anteriormente, aproveitava também para tecer comentários sobre o tratamento e o fornecimento d'água na cidade. Nela, Antonio China diz que

Ainda não ha muito, depois de exame, a que procedemos nos reservatorios da empresa d'agua pedimos oficialmente a captação das aguas pluviaes, que, do trecho meridional da Cidade Alta vão ter nos mananciaes da referida empreza⁴⁸,

Explica então, que esse pedido foi feito com a intenção de que fosse evitada a chegada ao reservatório d'água das águas das enxurradas, pois as águas da chuva

⁴⁸ Questões de higiene. A República, 15 de junho de 1901

lavavam o bairro da Cidade Alta, e devido a sua condição topográfica localizada em lugar mais alto do que o reservatório da empresa d'água, todo o material encontrado pelas águas da chuva, desde lixo a fezes, era conduzido para a região do Baldo e do sítio do Oitizeiro. Em outras palavras, sem o feito de evitar a chegada ao Baldo e ao Oitizeiro das águas vindas da Cidade Alta devido às enxurradas, a água coletada pelos reservatórios de água da cidade já chegava muito contaminada. Nas palavras do médico da Inspeção de Higiene,

Depois de terem lavado todos os quintaes e ruas, lançam alli, levando em dissolução e suspensão, alem do lixo e detritos organicos, as matérias fecaes, que o nosso systema de asseio obriga a depositar na superficie do solo dos referidos quintaes; e até mesmo o conteudo das latrinas, o qual a innundação faz transbordar dos barris, e a enxurrada conduz e lança nas fontes de abastecimento de onde havemos o 'precioso liquido'⁴⁹.

Mais adiante, Antonio China era taxativo quando afirmava que em Natal se bebia “água absolutamente insalubre”, portanto, para o médico, o articulista estava correto em fazer a crítica, mas errava quando não aprofundava a discussão, impondo críticas tão somente aos médicos e à instituição responsável pela saúde pública.

Como vimos a água de consumo oriunda do reservatório do Baldo era destinado aos bairros mais nobres que até então haviam na cidade. Se as pessoas mais abastadas consumiam água insalubre como afirmava Antonio China, é de se imaginar como se servia de água a população pobre de Natal, que somente tinha acesso às fontes naturais, consideradas pelas autoridades médicas como mananciais contaminados.

Por outro lado as pessoas mais abastadas da sociedade natalense, principalmente aqueles que optavam por ir morar na Cidade Nova, cientes da insalubridade da água de consumo ofertada pela empresa d'água da cidade, e conscientes de que realmente o reservatório de água da cidade estava em lugar impróprio, preferiam mandar construir um poço artesiano na sua propriedade. Foi o caso do jornalista Manoel Dantas, então redator chefe “d'A República”, que mandou perfurar um poço artesiano com mais de oitenta palmos de profundidade, cerca de 18 metros, que tinha um aperfeiçoado sistema de bomba e caso a água fosse puxada “a braço” o poço teria uma vazão de 36 litros por minutos⁵⁰.

⁴⁹ Idem (destaque do jornal)

⁵⁰ A República, 03 de março de 1902

O governador Alberto Maranhão também mandou perfurar um poço artesiano em sua chácara localizada na Cidade Nova, o poço contava com cerca de cem palmos de profundidade, por volta de 22 metros, levava água até uma distância de mais de trezentos pés e tinha um funcionamento regular⁵¹.

Enquanto isso a maioria da população consumia água absolutamente insalubre com observava China.

Além das críticas médicas feita por Antonio China e da opção por parte dos mais abastados pela aquisição da água a partir da construção de poços artesianos, a empresa d'água de Natal era constantemente alvo de inúmeras críticas por parte da população e da imprensa, tanto devido à prestação do serviço quanto devido a qualidade da água.

A reclamação dos moradores da cidade, em especial aqueles que moravam no bairro da Cidade Alta era constante como veremos na nota seguinte,

Sabbado, diversos pontos da Cidade Alta não deram uma gotta d'água! Uma vez por outra a empresa do sr. Coronel Nicolau Bigois nos faz dessas pirraças. Si tivesse um fiscal, talvez que esses abusos não fossem repetidos tão amiudadamente.⁵²

Em resposta à nota a empresa d'água diz ser a denúncia sobre a falta de água na Cidade Alta “uma pilheria de máo gosto” e que a empresa era que estava sendo prejudicada, por que os inquilinos do serviço de água prestado pela empresa estavam doando água para terceiros, fazendo com que a empresa tivesse que fornecer duas ou três vezes a mais do que deveria nas condições dos contratos.

O mercado de água como vimos, era restrito a água de consumo doméstico, ou a obtenção de água potável para a efetivação de tarefas diárias que necessitassem do “precioso líquido”. No entanto, já no ano de 1903, começava a surgir na cidade um pequeno mercado de água mineral, cujo uso era, aparentemente, para o desfrute de pouquíssimos, já que a água mineral era considerada uma espécie de bebida fina. Em pequena nota, no dia 26 de agosto, foi noticiado que os integrantes do jornal “A República” haviam sido presenteados pelos comerciantes “Vasconcelos & C.” com “uma amostra da nova marca de cerveja Vienna, de Petrópolis, e uma garrafa de uma especial água mineral alemã, que são, realmente, uma especialidade no genero”⁵³

⁵¹ Poço artesiano. A República, 06 de setembro de 1902

⁵² Empresa d'água. A República, 15 de setembro de 1902.

⁵³ Oferta. A República, 26 de agosto de 1903.

O mau serviço prestado pela empresa d'água e as seguidas denúncias no tocante a insalubridade da água coletada nos mananciais do reservatório da dita empresa para posterior distribuição na cidade, situações essas que iam de encontro ao ideal de progresso e de saúde que parte da elite natalense nutria, fez com que essa elite procurasse uma outra forma de adquirir água, especialmente para o abastecimento do novo bairro da cidade, a Cidade Nova, que havia sido eleito o lugar próprio para a morada dessa elite.

Uma opção já conhecida por alguns cidadãos abastados era a perfuração de poços com o fim de coletar a água do lençol aquífero das dunas locais. Em outubro de 1910 foi notificado no jornal “A República” que a “Companhia Nacional Brasileira Norte-Riograndense de Poços Tubulares” havia terminado a construção de dois poços na Cidade Nova, localizados ambos na Rua Marechal Deodoro. Segundo o articulista,

As poderosas machinas que funcionavam n'esse trabalho perfuraram o primeiro poço até 121 pés, inclusive 49 pés d'agua. O segundo foi perfurado até 92 pés inclusive 52 d'agua. Logo que chegarem da Europa os moinhos e mais pertences esperados, os referidos poços começarão a funcionar.⁵⁴

A perfuração desses poços fazia do novo bairro da cidade um lugar ainda mais saudável, o que vinha a caracterizar mais um corte entre a Natal antiga considerada pela elite como suja, feia e insalubre, e a Cidade Nova, que agora com um sistema próprio de abastecimento de água de boa qualidade tornava-se ainda mais “aprazível e salubre”.

Mas, se, em 1910, o problema da aquisição de água potável tinha, minimamente, sido resolvido na Cidade Nova com a perfuração de poços tubulares de grande profundidade, para os outros bairros da cidade o problema persistia, é o que narra Januário Cicco quando afirma que os natalenses “são servidos por um abastecimento d'água detestável”⁵⁵. Cicco descreve a situação da seguinte forma: “o reservatorio de abastecimento d'água de Natal é um enorme tanque circular, recebendo agua de nascentes proximas e alli conduzidas por bombas; sem outro beneficiamento essa agua é levada ao consumo da população”⁵⁶. E continua expondo as condições de insalubridade da água consumida em Natal, retratando o estado do reservatório d'água que, segundo ele, era

⁵⁴ A Republica, 04 de outubro de 1910

⁵⁵ CICCO, Januário. Op. Cit. p. 19

⁵⁶ Idem. p. 20

Um grande reservatório circular, coberto de telha metálica e protegido por uma tábua de grandes malhas. As suas paredes foram revestidas a cimento e o tempo abriu-lhes lojas onde moram sisudos sapos, respeitáveis cobra, e se divertem as lagartixas. O pó e as folhas seccas allí conduzidas pelo vento entreteem uma certa decomposição, mantida ainda pelo corpo de alguns daquelles animaes que tem a desventura de se sepultar no liquido precioso⁵⁷

A partir dos textos de Januário Cicco, podemos afirmar que a qualidade da água consumida pela população natalense era péssima, mantendo o diagnóstico feito vinte anos antes pelo médico Antonio China de que em Natal se bebia “água absolutamente insalubre”.

Se alguns lugares da cidade eram depreciados por possuírem uma natureza perigosa e se outros espaços eram alvos de denúncias, por exporem a natureza ao perigo, existiam aqueles que eram apreciados por possuírem uma natureza dadivosa e que, por isso, estavam em consonância com o discurso médico.

Em Natal, o espaço celebrado como o mais aprazível, o mais saudável, onde a natureza era generosa e onde se podia viver bem era “o monte”, ou, como notificava o poder público e a elite de Natal, a Cidade Nova.

Desde o limiar do século XX, esse bairro era festejado pela imprensa e pelos intelectuais da cidade.

No editorial do jornal “A República”, do dia 7 de janeiro de 1902, sob o título “A Cidade Nova”, é discutida pelo editor daquela folha diurna a Resolução de número 55 da Intendência Municipal do Natal, datada de 30 de dezembro de 1901. Essa resolução estabelecia a construção do mais novo bairro da cidade, a Cidade Nova, bairro esse que mais tarde viria a se constituir nos atuais bairros de Petrópolis e Tirol.

O editor principiava procurando localizar geograficamente o lugar, expondo que o novo bairro seria edificado “no planalto ao pé dos morros, em local saluberrimo e do mais agradável aspecto physico”⁵⁸. A resolução facultada pela Intendência Municipal determinava que o novo bairro fosse implantado na “área urbana que demura o leste da linha formada pelo prolongamento norte-sul do muro que limita, pelo nascente, a chácara de propriedade do Dr. Santos”⁵⁹

⁵⁷ Idem, p. 31

⁵⁸ A Cidade Nova. A República, 07 de janeiro de 1902.

⁵⁹ Intendência Municipal – Resolução 55. A Republica, 04 de janeiro de 1902.

Na descrição do editor percebe-se a importância que ele dá à ocupação das dunas, ou dos “morros” como escreve. Para ele,

O Governo Municipal compreendeu as vantagens e o futuro grandioso da Cidade Nova como o bairro desta capital destinado a ser o núcleo da grande cidade que, neste século será Natal, talvez uma das maiores do Brasil, uma das cidades importantes do mundo⁶⁰.

Essa discussão sobre o futuro de Natal e o destino que cabe ao bairro da Cidade Nova, como sendo o centro irradiador do progresso e do futuro grandioso da cidade do Natal também seria retomada pelo jornalista Manoel Dantas na já mencionada palestra de 1909. Ao defender o lugar como “salubérrimo” e de “agradável aspeto físico”, o editor do jornal procurou estabelecer um conceito de viver bem, viver com saúde em um lugar aprazível. Tal discussão estabeleceria um novo padrão de ocupação do espaço na cidade, padrão esse permeado de conceitos de salubridade e de saúde individual e coletiva.

A ocupação da Cidade Nova seria uma espécie de reconstrução da Cidade do Natal, arquitetada a partir de parâmetros modernos e sob a égide dos mais modernos conceitos de saúde, higiene e asseio. Era o espaço reservado para a nova aristocracia republicana⁶¹.

A preocupação com o mundo natural não esteve restrita aos aspectos inanimados, mas também foi estendida aos animais. O humanismo, o positivismo e o evolucionismo foram teorias que muito influenciaram o meio intelectual natalense. Um dos intelectuais mais influenciados por essas teorias foi Henrique Castriciano.

Castriciano era um ardoroso defensor das teorias científicas, calcadas nos estudos de Darwin, Haeckel, Spencer, Ihering, Doreste. Ao escrever a “Theoria organica das sociedades”, um importante compêndio sobre as teorias do Darwinismo Social e do Evolucionismo Spenceriano, ele expunha a importância que esses autores tiveram na sua formação intelectual, bem como a influência que esses autores tiveram na sua compreensão de o mundo natural agir de forma efetiva na psicologia das sociedades humanas. Na Teoria Orgânica das Sociedades, Castriciano provocava o leitor com alguns questionamentos que incitavam os seus interlocutores a pensar sobre a sociedade humana e suas relações com os animais, com perguntas como: “quem é que não fica admirado da semelhança que o homem na vida uterina apresenta em relação aos peixes,

⁶⁰ A Cidade Nova A República, 07 de janeiro de 1902.

⁶¹ LIMA, Pedro de. **Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. p. 33

aos anfibios, aos reptis e aos mamíferos?”⁶² ou ainda “na ordem moral, quem ignora a série de emoções, - a alegria, o sofrimento, o ódio, o amor, - que constitui a psicologia animal, fazendo-a tão semelhante a nossa, apesar da nossa vaidade e orgulho?”⁶³

Esses questionamentos feitos por Castriciano, embasados em teorias que à época renovavam o pensamento científico na Europa, trazia para a pequena Natal do início do século XX um debate sobre a relação existente entre a humanidade e o meio natural. Tais questionamentos, que tinham a intenção de elevar a natureza a sujeito paralelo ao homem, ou, simplesmente, incutir no homem a idéia de que ele é também parte da natureza, contrapunham-se à idéia da natureza como um mero recurso, conforme era pensado pelos utilitaristas oitocentistas.

Ao analisar como o natalense tratava os animais, especialmente os animais de trabalho, Henrique Castriciano tinha uma postura, que se pode dizer para a época, inovadora. Ele assume a defesa desses animais e chega até mesmo a propor a criação de leis para a proteção dos animais, tendo como referência os modelos civilizadores europeus.

Sob a alcunha de Rosa Romariz ele nos narra a estória de um boi que estava no matadouro prestes a ser abatido e expõe: “A impressão que tive deante desse misero condenado ao cepo e à faca de ponta de um dos nossos açougueiros, foi a de assistir a execução de uma vítima da mais revoltante das injustiças”⁶⁴ e então ele nos conta que o boi havia sido um “operário”, um forte auxiliar do homem. E continua,

analisando bem a minha emoção, investigando, por um processo muito commum aos introspectivos, o meu estado psychico n’aquello momento, tive a certeza de que a causa da minha compaixão e revolta era o sentimento de justiça em todo indivíduo mais ou menos civilizado.⁶⁵

Castriciano vinha de uma família aristocrática, de posses, e depois da instauração do regime republicano foi sempre cotado a ser partícipe do sistema no Rio Grande do Norte. Essas condições sociais, políticas e financeiras possibilitavam que ele tivesse uma formação intelectual muito sólida. Era bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito do Recife. No Rio Grande do Norte, era um dos principais

⁶² CASTRICIANO, Henrique. **Seleta**: textos e poesias. p. 166

⁶³ Idem

⁶⁴ Idem. p. 24

⁶⁵ Idem

intelectuais ativos do novo sistema político. Homem experiente e viajado estava sempre disposto a discutir as questões mais profícuas ou as mais corriqueiras possíveis.

No caso dessa discussão especial em torno do trato com os animais, Castriciano recorre, nessa crônica, às leis existentes para tal situação e aponta nas leis inglesas o aperfeiçoamento legal. Nas suas palavras:

As leis não tratam disso (...)
Estou vendo nos lábios de alguns leitores um risinho de superior malícia. Não admira; dirijo-me a brasileiros (...). Para nós tudo é redículo, e até mesmo a dor alheia. Os ingleses, cujo egoísmo vivemos proclamamos [sic] em prosa e verso, legislam sobre os animais; no frio paiz britânico existe uma quantidade infinita de associações destinadas a defenderem os cães, os bois e os cavallos. Os jornaes não poupam os que maltratam esses pobres seres tão uteis, e as multas chovem aos centos, sobre os individuos .recalcitrantes.⁶⁶

De fato, as leis locais não legislavam em torno da proteção ou dos maus tratos com os animais, as leis locais estavam mais preocupadas com o asseio e com a aparência salutar da cidade.

No ano de 1902, ouve-se uma crítica à forma de lidar com os animais que puxavam as carroças que levavam o lixo ao depósito de lixo da cidade, relacionado ao medo do aparecimento da peste bubônica em Natal e um conseqüente surto da doença na cidade, tal qual acontecia em Recife. No dia 01 de maio, o jornal “A República” transcreveu uma carta, sem assinante, na qual se lê que havia muitos dias que não passava uma só carroça de coleta de lixo pela Cidade Alta, mas ressalva, “de vez em quando, é certo, vejo passar uns sujeitos muito malcreados, montados em jumentos magros como a necessidade, que diz-se andarem collectando o lixo”⁶⁷.

Em julho de 1903, a Intendência Municipal publica a Resolução de número 76, nela o poder público municipal legislava em torno da questão da criação de animais na cidade, em especial sobre o apresamento de animais criados soltos. Esta resolução retomava as prerrogativas da Resolução n. 4 de 02 de janeiro de 1893, onde, segundo essa lei, os animais que fossem encontrados vagando nas ruas da cidade seriam apreendidos e recolhidos aos currais e cercados públicos destinados para esse fim, o proprietário do animal ficaria sujeito à multa se a apreensão do animal excedesse a um dia e o animal somente seria entregue mediante o pagamento da multa. Caso não houvesse o pagamento da multa, o presidente da intendência municipal providenciaria

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ O lixo. A República, 01 de maio de 1902.

um processo junto ao poder judiciário, e se, mesmo depois de julgado o processo, o proprietário não pagasse a multa, o animal deveria ir a leilão e ser entregue à pessoa que desse o maior valor. Esses leilões eram realizados na porta da intendência e o dinheiro arrecadado nos leilões era recolhido aos cofres do município.

O capítulo oitavo da resolução 76/1903 reafirmava o poder da intendência e dos seus servidores, aqueles responsáveis pela fiscalização, quando dizia que “a pessoa que por meios violentos, tirar do poder do fiscal, guardas ou condutores os animais apreendidos”⁶⁸ ficaria sujeito a pena de oito a quinze dias de prisão, além do pagamento de uma multa de 50\$000 a 100\$000 (cinquenta a cem mil reis), “incorrendo na mesma pena aquelles que por qualquer modo os tirarem dos curraes ou cercados onde estiveram recolhidos”⁶⁹.

O hábito de criar animais soltos na cidade fazia acontecer o sumiço de rezes ou furto do gado como foi exposto no jornal “A República” do dia 17 de julho.

Em outra crônica, dessa vez escrita sob o pseudônimo de “Y”, cujo título era “Pro Anima Vilis”, Henrique Castriciano defende a discussão sobre a semelhança existente entre o ser humano e os animais, discussão essa já aprofundada na célebre “Teoria Orgânica das Sociedades”. Na citada crônica, ele refletia: “suppomos-nos de origem divina, apesar de termos as mesmas funções excretoras e secretoras dos chamados irracionaes”.⁷⁰

Na crônica, Henrique Castriciano retorna à discussão em torno da maneira de lidar com os animais ao relatar os maus tratos dados a um animal de carga, um cavalo, que ele havia observado carregando dois enormes fardos, procurando subir lentamente uma ladeira. A partir da observação da cena ele escrevia, “havia na sua physionomia abatida o traço dos vencidos”, mais adiante Castriciano sentencia “nada deponhe mais contra o estado de civilização de um povo do que o modo barbaro por que elle trata os animaes”.⁷¹

Castriciano era, no Rio Grande do Norte, um dos mais importantes interlocutores da discussão sobre o progresso e as condições de civilidade do povo, apontando por diversas vezes um potencial atraso cultural do povo potiguar em relação aos povos europeus. Na crônica acima citada Castriciano afirmava que a resolução do problema do trato incivilizado com os animais deveria ser dada através da adoção de

⁶⁸ Parte oficial. A República, 13 de julho de 1903.

⁶⁹ Idem

⁷⁰ CASTRICIANO, Henrique. Op. Cit. p. 202.

⁷¹ Idem.

“carroças leves no transporte da cidade”, mas observava desesperançoso que era “lamentável que o comércio ainda se não tenha lembrado de introduzir este melhoramento, aproveitando assim uma das vantagens que as ruas calçadas oferecem a rapidez e a facilidade na circulação dos produtos”⁷² pois, “além de baratear os fretes, o barulho das carroças daria uma ilusão de vida que animaria a nossa pacata e monotona capital”⁷³.

É importante ratificar que a noção de progresso e civilidade que os intelectuais natalenses do início do século XX procuravam afirmar, naquele período, tinha como referencial os modelos sociais implantados na Europa, modelos esses calcados nos ideais burgueses. A intenção da elite intelectual natalense era inegavelmente a de transplantar os modelos sociais europeus, no sentido de construir, em Natal, uma espécie de Europa tropical. Tal procedimento foi muito comum em todo o Brasil, em especial nesse período, como escreve Márcia Naxara.⁷⁴

A discussão sobre o atraso cultural, social e econômico, em Natal no início do século XX, foi uma constante na fala de muitos intelectuais natalenses, da imprensa em geral, dos políticos, e da elite como um todo. A culpa desse atraso residia, na opinião desses diversos sujeitos, nos hábitos pouco civilizados do povo natalense, hábitos esses condenados como ultrapassados, herdados de um passado que deveria ser negado em nome do progresso e da civilização, dentre esses hábitos estava incluído o modo pelo qual a população tratava os animais, em especial os animais domésticos.

2. Natureza, cultura física e diversões

Um novo sentido dado à natureza esteve ligado a importância que ela assumiu no modelo de corpo, de diversão e sociabilidade introduzidos com a modernidade do início do século.

Entre os defensores de uma nova relação dos indivíduos com o mundo natural estava o pedagogo Henrique Castriciano. Humanista, educador, consciente do seu papel cidadão de formador e construtor da nova ordem burguesa no Brasil, defensor do ensino público irrestrito com salas de aula mistas, incentivador da prática de esportes e do escotismo como estímulo para a formação moral e cívica dos jovens, e da convivência

⁷² Idem. p. 203

⁷³ Idem.

⁷⁴ NAXARA, Márcia. **Cientificismo e Sensibilidade romântica**: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX.

com a natureza a fim de providenciar melhor saúde e capacidade física e mental para esses jovens, de forma que os mesmos possam se transformar nos construtores da nova pátria brasileira. Henrique Castriciano se dizia entristecido quando observava que o brasileiro, em especial o natalense, pouca importância dava a essas questões e a essas práticas, o que o fazia concluir que o Brasil estava, dessa forma, fadado à incivilidade e ao atraso.

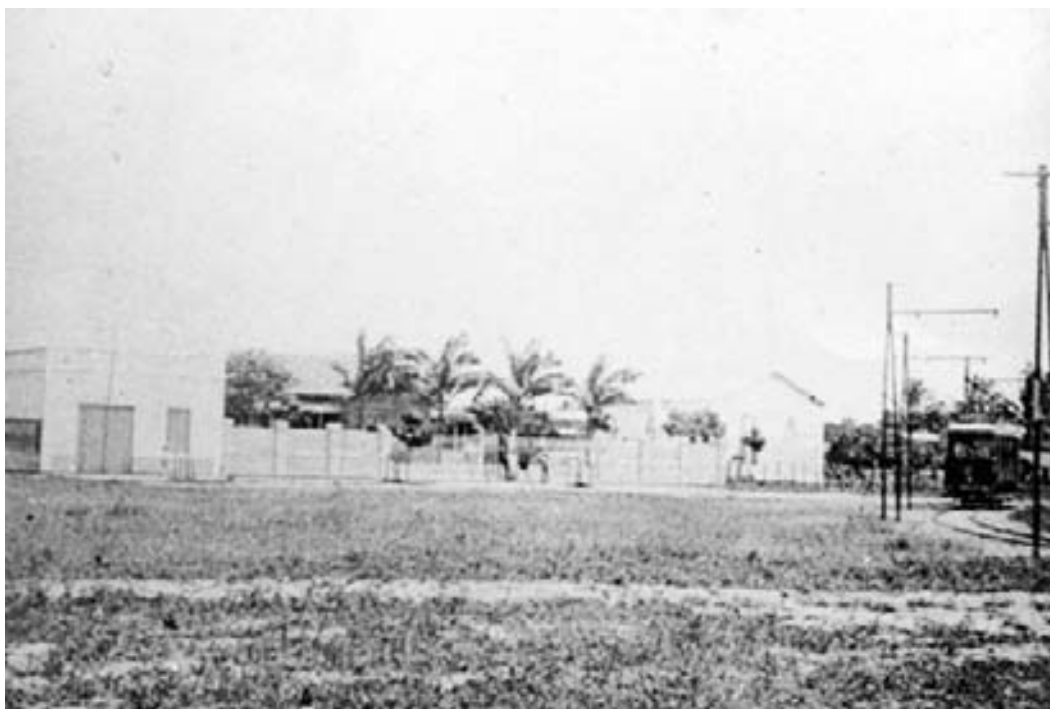
Com o passar do tempo as práticas esportivas e o escotismo foram, pouco a pouco, sendo incorporadas no cotidiano da sociedade natalense, especialmente entre os jovens das classes sociais mais abastadas.

Uma das atividades esportivas mais praticadas pelos jovens natalenses nas primeiras décadas do século XX era o futebol. Sob a influência dos hábitos culturais europeus, mais especificamente ingleses, e com a defesa incessante de Henrique Castriciano, que dedicava parte dos seus estudos e escritos em explicar a importância dos esportes na construção de uma geração saudável, responsável e acima de tudo patriótica.

A juventude de Natal passou a praticar essa modalidade esportiva motivada, primeiramente, pelo modismo, pois, à época, a prática do futebol estava sendo disseminada em boa parte do mundo europeu e também no Brasil, conforme se verifica através da crônica de Castriciano, escrita em 1916, sob o título “A Juventude, os Sports e o Escotismo”, instante em que procurava incentivar a prática esportiva em meio aos jovens da época.

É por volta de 1910 que a prática do futebol começou a ser efetivada em Natal, com a definição de espaços específicos para a realização das partidas. Um dos primeiros locais dessa prática foi a Praça Pedro Velho no bairro da Cidade Nova. Em 11 de maio do mesmo ano, foi notificado que, sob a direção dos sr. Nizario Gurgel e Alberto Roselli, haviam começado “os serviços de aperfeiçoamento do *ground* da praça ‘Pedro Velho’ assentamentos de *goals*, etc”. O campo estava sendo organizado para a realização de um torneio em homenagem ao dia 13 de Maio, segundo o jornal “A República”, na parte da manhã seria realizado um ensaio, o treinamento, e na parte da tarde haveria a realização do *match*, o jogo. Segundo o articulista o torneio do dia 13 de maio ia “despertando grande interesse dos amantes do *sport*, esse torneio dos jovens footballers”⁷⁵.

⁷⁵ Notas esportivas. A República 11 de maio de 1910.



Praça Pedro Velho (início do século XX) fonte: CD - Natal 400 anos
(data e autor não identificados)

Cinco dias depois da realização do torneio seria fundado o Natal Foot-ball Club. A criação do time futebolístico foi feita na residência de Alberto Roselli e na ocasião contava com mais de vinte sócios. O Natal Foot-ball Club vinha a somar-se com a agremiação já existente, o Potyguar Foot-ball Club, no intuito de promover lazer e entretenimento para os amantes do futebol e, claro, permitir uma boa saúde aos praticantes do esporte.

Com a criação do Natal Foot-ball Club, tornou-se comum a realização de treinos, de torneios e de competições semanais entre os dois times existentes, atividades essas que eram bastante concorridas, havendo sempre a presença de um atento público no campo de futebol da Praça Pedro Velho. É importante notificar o fato de que os dois times de futebol usavam o mesmo lugar, a Praça Pedro Velho, tanto para as competições quanto para as atividades de treinamento, como nos mostra o jornal “A República”, de 09 de agosto de 1910, em uma pequena matéria cujo título era “notas esportivas”.

Os treinamentos e jogos eram realizados especialmente na parte da manhã, logo cedo, ou nos finais de tarde, quando o clima estava mais ameno, tendo as referidas

atividades sempre um público cativo, que acompanhava atentamente o desempenho dos jogadores. Em dias de chuva, os treinamentos ou competições eram adiados⁷⁶.

As competições entre os times do Potyguar Foot-ball Club e o Natal Foot-ball Club eram noticiadas como um importante evento e sempre era informado que o time mais preparado físico e tecnicamente era o que obtinha a vitória. Na “nota esportiva” do jornal “A República”, de 24 de agosto de 1910, nos é narrado a realização de um “*match*”, como eram chamadas as partidas oficiais entre os dois times. A competição foi realizada dia 21, no domingo, ocasião em que o Potyguar Foot-ball Club sagrou-se vitorioso. Na nota, o articulista apontava o time do “Potyguar” como superior naquele jogo, usando expressões como “o team do Potyguar composto de poderosos footballers”, “é com a superioridade do Potyguar que termina o primeiro *half-time*”, “todos os jogadores do Potyguar estavam bem ensaiados”⁷⁷.

O uso de termos estrangeiros garantia, na compreensão de muitos, a ligação sócio cultural entre os jovens natalenses e os jovens europeus.

Como é de se observar, o futebol era uma das atividades esportivas mais praticadas em Natal no início do século XX e, inegavelmente, isso se devia em muito às idéias de asseio e saúde do corpo, idéias essas que eram pregadas pela medicina da época e por pedagogos como Henrique Castriciano.

Apesar de todo esse apoio à prática do futebol por parte de uma elite intelectualizada, que via na prática esportiva uma oportunidade para a formação de jovens mais sadios e, portanto, mais capazes de construir uma nação mais forte; apesar dos esportes, em especial o futebol, terem caído no gosto da juventude e passarem a ser praticados tanto pela elite no *Gound* ou no *Field* da Praça Pedro Velho, quanto pelas classes mais populares, usando estas os espaços possíveis de serem usados; é o futebol alvo de críticas por parte de moradores da cidade. Tais críticas tinham a tônica de negação no que diz respeito à cessão do espaço para as atividades futebolísticas, pois tais atividades comprometiam a tranquilidade privada.

Numa carta escrita à redação do jornal “A República”, alguns moradores solicitavam uma atenção maior por parte das autoridades em relação às partidas de futebol que eram praticadas na Praça João Manoel, o leitor assim pedia:

⁷⁶ Notas esportivas. A República 17 de agosto de 1910

⁷⁷ Notas esportivas. A República 24 de agosto de 1910

Roga-se chamar a atenção de quem de direito para um jogo de foot-ball existente à praça João Manoel, por ser sobretudo prejudicial às pessoas que allí residem.

Todas as vezes que os tais *sportmens* dão-se ao prazer do jogo, os telhados soffem bastante por não poderem *shootar* a bolla. Além disso a algazarra dos jogadores é de ensurdecer.⁷⁸

Nessa mesma linha lê-se uma outra correspondência datada de março de 1920 na qual é pedido a proibição de “Um jogo de foot ball que alguns meninos desoccupados realizam quase todas as tardes na praça 24 de maio”⁷⁹

Nessas falas, percebe-se que a preocupação com a saúde dos jovens ou com a questão da construção de uma nação forte não era o foco principal, o centro da denúncia era, na verdade, uma questão mais corriqueira, qual seja, os inconvenientes materiais resultados da prática do futebol naquele espaço da cidade.

No início do século XX, um outro esporte muito praticado pelos jovens em todo o Brasil era o remo, sendo um esporte caro, pois exigia roupa apropriada e equipamentos especiais, os seus praticantes eram, necessariamente, os filhos da elite local, aliás, não só o remo como também outros esportes.

O “Sport Nautico Potengy” foi fundado em agosto de 1910, o clube náutico era dirigido pelo remador Antonio Odilon. O “Centro Náutico” foi fundado em 1915.

Na citada crônica “A Juventude, os Sports e o Escotismo”, Henrique Castriciano dizia que em Natal os exemplos de agremiações esportivas eram poucos, mas as existentes eram a prova de que na formação dos jovens esse ingrediente educativo era muito necessário. Passando então a retratar a experiência do “Centro Náutico”:

Começou a um anno e já conta com cento e desoito socios bem disciplinados: quase todos já sabem nadar e remar e a transformação moral e physica por que pode ser averiguado por todos. Vá vel-os quem quizer ao amanhecer ou ao cahir da tarde, nadando ou remando dentro da nossa formosa bahia, com um vigor de atletas e um espírito de disciplina tanto mais consolador quanto é certo que isso dia a dia está concorrendo para formar a solidariedade que tanto nos falta.⁸⁰

Com a prática do remo, as águas do rio Potengi ganharam um colorido maior, tendo uma presença constante de rapazes robustos, fisicamente dispostos, saudáveis e disciplinados que, ao amanhecer ou ao entardecer, remavam a toques de remos vigorosos, numa luta contra a força da água, o tempo e a distância.

⁷⁸ Varias - A República, 30 de setembro de 1910

⁷⁹ Varias. A República 27 de março de 1920

⁸⁰ CASTRICIANO, Henrique. Op. Cit. p. 324



Centro Náutico potiguar – fotografia de 1921 (autor não identificado). Fonte IHGRN
(CD de fotografias)

Numa discussão sobre a criação das agremiações esportivas na cidade, um cronista do jornal “A República”, de nome Chantecler, afirmava que o surgimento de mais agremiações, resultado da divisão das associações existentes, era “um imenso prejuízo que todos nós devemos destruir”⁸¹, posição que era compartilhada pelo jornalista Braz Contente. No mesmo artigo, Chantecler desabafava: “a nossa terra não possui ainda capacidade para manter numerosas sociedades esportivas e sim uma unica cohesa e disciplinada”⁸², entretanto, o articulista reconhecia que evitar a separação, a dissociação ou a criação de outras agremiações era uma tarefa muito complicada e que já havia sido tentado em relação ao futebol, sendo tal façanha mal fadada. Para ele, era preciso que os jovens praticantes de esporte fossem convencidos da

Utilidade do *sport*, do beneficio enorme que elle traz às populações e aos paizes, quando praticados com método e vigor.
É necessário, antes de tudo, que o indigena se compenetre da necessidade de crear musculos, de formar homens desempennados e rijos, pois estes serão os triumphadores de amanha.⁸³

⁸¹ De minha carteira. A República 20 de setembro de 1910

⁸² Idem

⁸³ Idem

A defesa das associações esportivas e da prática do esporte feita por Henrique Castriciano ia também nessa mesma linha e tendo um intuito pedagógico, no sentido da formação de uma geração de jovens saudáveis e dispostos, que pudessem intervir socialmente na construção de uma nação forte. Para ele, os rapazes deveriam ter um ótimo vigor físico, um bom condicionamento mental e uma excelente saúde corpórea “a fim de que sejam a tranqüila esperança da nação se ella precisar defender-se amanhã”⁸⁴.

No entanto, o surgimento de novas associações desportivas na cidade nos faz pensar que, para os jovens, a prática de esportes estaria mais voltada à vontade de competir do que para a formação de uma geração saudável preparada para defender a pátria, como queriam muitos intelectuais.

Ao mesmo tempo em que defendia a prática do esporte, Henrique Castriciano se tornava um dos maiores incentivadores da criação de agremiações de escotismo no estado. Ele acreditava que essas atividades provocariam o surgimento de uma geração preparada para dirigir os interesses da nova nação republicana. Segundo ele, o seu maior interesse “pelo exito da victoria dos sports em Natal vem justamente da convicção de que muitos dos futuros escóteiros poderão sahir das associações sportivas já formadas por moços capazes de commandar e obedecer”⁸⁵

Pensando dessa forma, ele procurou, em seu texto, se apegar às experiências tanto no esporte quanto do escotismo na Europa, que ilustravam o ideal de civilidade do povo daquele continente.

Na mesma crônica, Castriciano dizia,

ahi está o eterno exemplo os inglezes, em cujos collegios as horas de recreio constam exclusivamente de jogos hygienicos. (...). Aquillo por lá se faz methodicamente: são os jogos do acaso, os de reflexão e os denominados táticos, o cricket e o foot ball, destinados a formar a disciplina e a decisão prompta. Ninguém ignora que a formação social do inglez tem a sua base nos exercicios phisicos; mas é na França de agora que podemos encontrar um exemplo frisante da acção educadora dos sports⁸⁶

Mais adiante, citando o filósofo francês Henri-Louis Bergson, um dos mais importantes filósofos do início do século XX, professor do Collège de France e ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1927, Castriciano declarava ser “o espirito

⁸⁴ CASTRICIANO, Henrique. Op. Cit. p. 323

⁸⁵ Idem, p. 325

⁸⁶ Idem, p. 323

de ordem da nova geração francesa devido à disciplina mental e à capacidade associativa, sem dúvida originada, em grande parte, dos jogos esportivos”⁸⁷.

Sobre a prática do escotismo, Henrique Castriciano refutou o pensamento da época e a fala de muitos conservadores para os quais o escotismo era visto como “um brinquedo de vadios”. Foi a partir dos exemplos da Inglaterra, da França e da Itália que ele explicou a importância que essa prática havia tido na formação moral, bem como na formação cívica dos indivíduos daquelas nações.

No caso brasileiro, Castriciano constatava que as agremiações esportivas e a prática do escotismo estavam começando a ser vivenciadas em muitas partes do país. Por fim, ele procurou conclamar a todos para somar esforços na multiplicação das associações e agremiações esportivas e de escotismo no Rio Grande do Norte: “nós, os rio-grandenses do norte, não podemos ficar atrás, quer em relação aos sports, propriamente ditos, quer em relação ao escotismo”⁸⁸.



Associação de escoteiros (autor não identificado). Fonte IHGRN
(CD de fotografias)

⁸⁷ Idem, p.324

⁸⁸ Idem, p. 326

Os esportes, especialmente o remo e o futebol e, as práticas de escotismo tornaram-se, no início do século XX em Natal, uma atividade cotidiana, e muitos jovens da sociedade natalense passaram a adotá-la, tanto para conviver com a natureza na busca de uma saúde melhor, quanto, como pregava Castriciano, para se educar no sentido do patriotismo.

Nesse período os grupos de escoteiros se proliferaram em Natal. A participação de jovens, em especial dos jovens que estudavam nas escolas públicas, era massiva como vemos na fotografia acima. O mais importante dos grupos de escoteiros da cidade era o grupo da escola “Frei Miguelinho” no Alecrim, que era sempre convocado para auxiliar nas mais diferentes tarefas que deveriam ser empreendidas pelo poder público, dentre as quais: campanhas de vacinação, campanhas de educação sanitária ou ainda para se incorporarem nos eventos cívicos.

Assim, como os esportes e o escotismo, as formas de diversão e de sociabilidade introduzidas no início do século XX estiveram fortemente ligadas a um novo sentido do mundo natural. É fato que muitas das antigas formas de diversão e de convívio social dos séculos anteriores se fizessem em meio à natureza, entretanto foi nas primeiras décadas do século XX, que essa relação assumiu uma nova conotação, que podem ser assinaladas através de expressões como “brincadeira sadia” ou “entretenimento saudável”.

A natureza costumava ser palco de muitas festas, era habitual a realização de aniversários, casamentos e outras atividades ao ar livre, em sítios, chácaras e praias.

No período das festas natalinas, um articulista de codinome “Catavento” escreveu um artigo permeado de lembranças, cujo título era “Frioleiras”, nele o jornalista afirmava: “tínhamos o divertimento bom, a expansão sadia de um dia de festa especialmente consagrado à natureza”⁸⁹. Informou que com o mesmo afã que se arrumavam para ir à missa da meia noite, as mulheres, donas de casa, vigiavam as panelas ao fogo “para que nada perdesse do seu aroma forte o quitute bem preparado que, de manhan, cêdo, à sombra dos cajueiros e ao coro das patativas, uma família alegre (...) iria saborear nas praias da Ridinha ou nas encostas dos morros”⁹⁰. Mais adiante, ele reafirma o contato com a natureza, “e à brisa fresca das noites de dezembro, ia iam as famílias, em grupos, pela estrada ou pelo rio em fora, remoçados os velhos por

⁸⁹ Frioleiras. A República, 23 de dezembro de 1902.

⁹⁰ Idem.

se sentirem fortes no culto da natureza, esperançados e alegres todos”⁹¹. Nesse artigo “catavento” provoca, em tom saudosista, uma discussão de retomada das atividades desenvolvidas na natureza, mas também invoca a necessidade de mais uma vez se consagrar um dia de festa à natureza, mesmo que não seja aquela da sua memória.

Os articulistas “d’A República” criticavam o novo estilo das festas de final de ano, que, segundo alguns deles, nada mais eram do que “um arremêdo do Natal”, ou que “não encontra mais as bellas tradições populares”. Ainda segundo eles, o natal moderno mais parecia uma festa estrangeira que em pouco lembrava as festas de antes.

A natureza era palco de festas com data marcada, mas também de atividades festivas improvisadas. Muitas festas eram realizadas sem o interesse de uma data especial, mas com o intuito de juntar as pessoas em torno de determinados interesses ou gostos.

No domingo, 03 de maio de 1903, um grupo de amigos, pessoas da elite intelectual da cidade, resolveu “passar o dia convivendo espiritualmente numa agradável sessão litteraria, em plena natureza, à sombra das arvores”⁹². Nas primeiras horas da manhã, o tal grupo de amigos, formado por Alberto Maranhão, Manoel Dantas, Segundo Wanderley, Antonio de Souza, Augusto Bezerra, Pedro Avelino, Luis Emygdio, Manoel Coelho, Francisco Cascudo, Joaquim Anselmo, Adelino Maranhão, José da Penha, Henrique Castriciano, Domingos de Barros, Valle de Miranda e o tenente Helio, tomou um trem especial na estação central em direção ao sul, saltando “na aprasivel e pittoresca propriedade do coronel João Duarte, em Pitimbú, que com suas aguas correntes e cristallinas, com seus mangueirais copados e imponentes, offerecia encanto e repouso”⁹³. O dia se desenrolou com banhos de rio, almoço, torneio de tiro ao alvo e muita leitura, desde a leitura do novo livro de versos de Henrique Castriciano do qual se “leu varias paginas vibrantes e impressionadoras”, até às leituras de autores clássicos como Goethe e Herculano. Ao findar a tarde, todos voltaram para Natal “com a satisfação intima e a saudade vaga de um dia bem passado”.⁹⁴

Outra atividade festiva em meio à natureza e que foi muito concorrida deu-se em agosto de 1910, na chácara de residência de Pio Barreto, foi uma festa realizada “à sombra de magnificos arvoredos”, na qual se ofereceu um “epiparo almoço a muitos cavalheiros de sua especial estima”, eram convidados da festa os mais ilustres cidadãos

⁹¹ Idem

⁹² Convescote. A República, 04 de maio de 1903.

⁹³ Idem

⁹⁴ Idem

da elite natalense. Após o almoço, os convidados foram contemplados com a apresentação dos “violonistas Heronides França e José Antonio Areias, auxiliados por outros musicistas inteligentes e apreciáveis. Deleitaram todos os convivas fazendo vibrar, alli, os maiores accordes de seus magicos instrumentos”⁹⁵; além da música instrumental, foi também ouvido o cantor Paulo Moreira que, “satisfatoriamente”, cantou diversas modinhas brasileiras e fados portugueses. A festa transcorreu com muito sucesso até a noite.

Nos anos vinte tornou-se comum a prática pedagógica das aulas passeios, atividades escolares desenvolvidas fora do ambiente da escola, ao ar livre, onde era discutido o conteúdo trabalhado pelos professores na sala de aula e mostrado a forma como aquele conteúdo se apresentava na natureza. Essas aulas, agradáveis e salutareas, eram geralmente realizadas nos jardins da cidade, como a que aconteceu no dia 15 de abril de 1920, quando o grupo escolar Augusto Severo realizou, com a presença do diretor do grupo, Nestor Lima, todos os professores e uma grande quantidade de alunos, nos jardins da Praça Augusto Severo, uma série de lições de geografia e de botânica, mesmo com a intensa chuva que caía no dia.⁹⁶

3. A natureza construída

Como natureza construída, podemos entender todo e qualquer equipamento, urbano ou não, que tenha como fim certa representação de um determinado meio natural, local ou não, e que seja compreendido por todos os que fazem uso do mesmo como sendo uma espécie de reconstrução daquilo que se poderia perceber como natureza nativa. Mas, é importante salientar que essa admiração deve-se, essencialmente, ao fato da comprovação de que aquilo que está sendo contemplado é na verdade uma construção humana, construída sob os cuidados e sob o controle do homem.

José Augusto Drummond, comentando a tese de Leo Marx, acerca do contraste entre “máquina” e “natureza”, corrobora com a idéia de que “quase todas as paisagens elogiadas pelos escritores clássicos e contemporâneos amantes da natureza são na verdade “jardins”, áreas rurais criadas e manejadas pelos humanos”⁹⁷. Ainda segundo

⁹⁵ A Republica 01 de agosto de 1910

⁹⁶ Pelo ensino - passeios escolares. A Republica 20 de abril de 1920

⁹⁷ DRUMMOND, José Augusto. Op. Cit. p. 13

Drummond, “Marx mostra como o homem ocidental ama as paisagens que ele mesmo controla ou constrói, forma nada sutil de gostar de si mesmo”⁹⁸. Já o historiador Alain Corbin atesta que “de um modo geral a admiração da paisagem implica a evocação do homem”⁹⁹.

Procurando fazer uma discussão em torno das obras de autores românticos brasileiros e suas elaborações e representações sobre a natureza, e comentando, em especial a obra “O sertão de Coelho Neto”, crônica de Olavo Bilac, a historiadora Márcia Naxara é muito pouco reticente ao afirmar que o autor “na verdade ama a natureza domesticada, tratada ‘com arte e carinho pela mão do homem’”¹⁰⁰

Sendo assim, podemos afirmar que contemplar a natureza é, para os seres humanos, ao mesmo tempo, contemplar a própria obra, admirar o próprio trabalho, avaliar a intervenção do homem sobre a “natureza nativa”.

O uso dos espaços públicos, em especial das praças, paços e jardins para o encontro das pessoas, bem como para a realização de eventos foi uma prática corriqueira em Natal no início do século XX. Eram muitos e diversificados os usos das praças como espaço de sociabilidade e, até mesmo, como lugar de atos políticos.

A praça era o mais importante dos espaços públicos, onde as pessoas se encontravam, os casais de namorados tornavam público o seu romance, as pessoas de mais idade matavam o tempo. Onde se fazia as quermesses, as festas, as bandas de música interpretavam os grandes compositores, os poetas realizavam os seus sarais, as crianças brincavam. A praça era o lugar para tomar sorvete, as pessoas aparecerem para serem vistas, onde eram realizados eventos cívicos e também onde ocorriam os mais importantes atos políticos na cidade.

Em trabalho recente, a antropóloga Lisabete Coradini afirma ser a praça um dos mais importantes espaços de sociabilidade de uma cidade, um verdadeiro “palco de sociabilidade”. Para ela, a praça é “entrecortada nos diferentes tempos e espaços por olhares, usos e diferentes formas de apropriação, as redes de sociabilidades fazem da praça o palco possível da vida urbana”.¹⁰¹

Como vimos, a praça é o lugar próprio das efemeridades, mas também é o lugar para grandes homenagens e rituais cívicos.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ CORBIN, Alain. **O território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. p. 58.

¹⁰⁰ NAXARA, Márcia. Op. Cit. p. 246.

¹⁰¹ CORADINI, Lisabete. **Espaço e sociabilidade**: Praça XV. p. 21

Com a morte do deputado federal e aeronauta Augusto Severo em 11 de maio de 1902, a elite política natalense decidiu mudar o nome da mais importante praça da cidade, dando a ela o nome de Augusto Severo. No dia 17 de maio do mesmo ano, a Intendência Municipal resolveu mudar a denominação da Praça da República para Praça Augusto Severo, em homenagem ao notável potiguar que houvera morrido na cidade de Paris, a bordo do seu balão experimental “Pax”.

A homenagem ao deputado Augusto Severo deveu-se sim a sua notoriedade como homem da ciência, mas também e principalmente, pelo fato de ser ele um integrante do clã dos Albuquerque Maranhão, oligarquia dominante na política nordestino-grandense durante os primeiros anos do período republicano.

A antiga Praça da República era localizada no bairro da Ribeira, em um dos pontos mais importantes da cidade, era para ela que afluíam as mais importantes ruas do bairro, era um lugar de grande afluxo de pessoas. A Ribeira era o bairro de vocação comercial da cidade, o que mais se desenvolvia. Por todas essas questões é de se compreender que a Ribeira e, especialmente, a Praça da República era o lugar propício para se fazer uma grande homenagem.

Para que a homenagem se tornasse completa, a elite natalense fez uma grande campanha para arrecadar dinheiro, com a intenção de mandar esculpir na Europa uma estátua de Augusto Severo em ferro para colocá-la no centro da praça.



Praça Augusto Severo – estátua. fonte: CD - Natal 400 anos (início do século XX)

Como vimos, a praça era o lugar próprio para o encontro, o lugar para onde as pessoas afluíam nos momentos de ócio, o lugar apropriado para as conversas ou para outros afazeres que não o laboral.

Sendo ela esse espaço essencialmente público e de lazer, tal fato favorecia com que alguns comerciantes do ramo do entretenimento investissem nas suas proximidades. É caso do comerciante Joaquim Henrique de Moura, mais conhecido como “Moura” que instalou um estabelecimento nos limites da Praça da República (Praça Augusto Severo), cujo nome era “Café Socialista”.

Ao tratar da inauguração da reforma do famoso estabelecimento, o jornal “A República” antecipou as novidades do “café” e afirmava, “podemos dizer que o Café Socialista vai ficar um estabelecimento digno da capital”¹⁰², explicou também que com a reforma o “café” passaria a contar com excelentes jogos de recreio e uma boa confeitaria e especialmente “o inexcelsível conforto das frondozíssimas mungubeiras, da Praça da República, que irão ser um dos seus melhores atractivos”¹⁰³.

Na segunda-feira, um dia depois da inauguração da reforma do “Café Socialista”, relatava-se que a festa de inauguração havia sido um sucesso e que, a partir daquela data, o estabelecimento passaria a promover eventos na Praça da República, principalmente, aos domingos, onde iria tocar a “banda de música da segurança” ou a “banda do Heronildes”. No dia 07 de outubro, foi noticiado que o proprietário do “Café Socialista” havia contratado “a música do batalhão de segurança para todos os domingos fazer uma retreta na Praça da Republica das seis horas da tarde às nove da noite, só com o fim de proporcionar aos publico e fregueses, horas de agradável passatempo”¹⁰⁴. Além do contrato da banda do batalhão de segurança, era noticiado também que Joaquim Moura pretendia construir “quanto antes, um modesto, mas elegante corêto, para a musica, cuja collocação será feita no centro da praça”¹⁰⁵.

O estabelecimento de Joaquim Moura era um dos mais freqüentados espaços de entretenimento da cidade e, como vimos, o território da praça era uma espécie de “quintal” do “Café Socialista”, tendo o mesmo um apoio irrestrito por parte do corpo jornalístico “d’A República”. No sábado, 17 de outubro, o jornal intima a sociedade natalense a freqüentar o café, sob pena de a cidade perder o espaço de diversão. Nas

¹⁰² Café Socialista. A República, 02 de outubro de 1903.

¹⁰³ Idem

¹⁰⁴ Café Socialista. A República, 07 de outubro de 1903.

¹⁰⁵ Idem

palavras do articulista, “amanhã (...) haveria retreta de musica (...) em frente ao Café Socialista. É preciso que o público corresponda aos bons desejos do Moura, ao contrário adeus retreta na Praça da Republica”¹⁰⁶

As “retretas” da banda de música do batalhão de segurança se tornaram, nos anos de 1910, um fato corriqueiro e todos os domingos o coreto existente no centro da Praça André de Albuquerque, ou o coreto da Praça Augusto Severo, era ocupado pela banda, que tocava músicas conhecidas de autores consagrados como Wagner, Mozart, Verdi, dentre outros.

A praça era também o lugar apropriado para a realização de atos religiosos como o que aconteceu em agosto de 1910, na Praça Pedro Américo, onde se organizou uma “animada kermesse em benefício da nova capela que alli vai ser erigida em honra ao glorioso patriarca S. Pedro”¹⁰⁷. Em outubro do mesmo ano, foi realizada, dessa vez na Praça Augusto Severo, uma outra quermesse, na ocasião o evento estava sendo preparado pela “comissão encarregada pela construção da capela dos Reis Magos”¹⁰⁸ que seria construída no alto do “Monte Petrópolis”.

No mês de novembro, época em que se realiza as festas da padroeira da cidade, as atividades da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação eram transferidas para a Praça André de Albuquerque, onde eram realizadas as quermesses, as novenas, os leilões em prol da paróquia e os folguedos populares em homenagem à padroeira.

Os jardins e praças da cidade traziam para a mesma um ar de cosmopolitismo e de “civilização” que, segundo alguns intelectuais natalenses, inexistia no cotidiano da cidade, favorecendo os desfiles garbosos de rapazes e moças e de senhores e senhoras aos finais de tarde e início da noite.

Toda cidade civilizada, além de um povo à moda européia, de ser alvo constantemente do progresso econômico, de ter praças organizadas para que a população pudesse “ver e ser vista”, de ser construída a partir de parâmetros de higiene e salubridade, tinha que, necessariamente ser bem arborizada.

Em um artigo escrito no jornal “A República”, o jornalista de codinome “Catavento” relatava um breve diálogo entre ele e um suposto viajante. Dentre os motivos que levaram o viajante a vir visitar Natal estava inicialmente a curiosidade, despertada depois de ver o nome da cidade em muitos mapas de hidrografia e de

¹⁰⁶ Café Socialista. A República, 17 de outubro de 1903.

¹⁰⁷ Varias. A República, 08 de agosto de 1910

¹⁰⁸ Varias. A Republica, 07 de outubro de 1910

geografia, por isso ele “desejou conhecer de perto essa terra exótica que se chama Natal”. É bem provável que o viajante esperasse encontrar na cidade a tão propalada “natureza exuberante”, uma natureza agigantada que tornava o Brasil uma espécie de lugar exótico¹⁰⁹. Mas, para o seu desencanto, deparou-se com uma pequena cidade que mais lembrava uma aldeia, e com uma natureza que em pouco lembrava as famosas florestas brasileiras.

A propósito de distrair o viajante, o jornalista convidou-o para jogar dominós debaixo das “mungubeiras do Moura”. Participar do jogo o tal viajante recusou, mas aceitou se deliciar “com um ponche de tamarindos que elle engoliu por entre meia dúzias de carêtas”.

Dizia o viajante que havia gostado da cidade, em especial dos jornais, achava-os modernos. Com o alongar da conversa o viajante fez um breve comentário sobre as árvores que, naquele momento, lhes sombreavam, eram as “mungubeiras do Moura” que na verdade estavam plantadas na Praça da República, comentário esse que estimulou o seguinte diálogo:

- Que bellas arvores! A brisa sopra ligeiro e traz-me uma impressão de frescura balsâmica, que tonifica o organismo moído pela canicula da sua terra, já deviam ter arborisado a ladeira da Cidade Alta
- Estas arvores que o senhor vê, mais dia menos dia vão abaixo, por que desafiam o protesto diário da população natalense¹¹⁰

Ao ouvir o absurdo comentário do jornalista o viajante indagou,

“- Então o povo é avesso à sombra?

- À sombra não, porque gosta muito de viver em casa, mas a arvore.”

Curioso o tal viajante pergunta,

“- È possível?”

E então “Catavento” lhe narrou a seguinte estória,

- Ora si é. Ha annos um presidente da Intendencia, ouvindo dizer que nas cidades importantes como a nossa, as praças e as ruas eram arborisadas, teve a idéa desastrada de esgotar os cofres municipaes com a arborisação de alguns bairros.

O povo potestou logo porque as arvores iriam prejudicar a beleza dos aspectos de superficie plana, a meninada foi tirando as tariscas de madeira dos cercados para fazer bодоques e algumas arvores, que affrontaram a má vontade popular, foram cortadas implacavelmente, porque só serviam para ajuntar passarinhos¹¹¹

¹⁰⁹ Ver Da Matta, Roberto. Op cit. e Naxara, Márcia Op. Cit.

¹¹⁰ Frioleiras. A República, 06 de março de 1902.

¹¹¹ Idem.

O diálogo acima exposto pode ser compreendido dentro de discussões que à época estavam na ordem do dia, qual seja? O da modernização da cidade e o debate antagônico entre civilização e barbárie. Percebe-se no mesmo, apesar de que tal questão não seja mencionada, a presença do discurso dicotômico entre civilizado e bárbaro. Nesse contexto, a elite natalense, personificada na figura de “Catavento”, se auto-institui os “civilizados” da cidade.

A elite natalense, ou, como afirma Márcia Naxara, a elite brasileira, apontava no próprio povo o que defendia não servir para ela, por isso a efetivação de uma representação tão estereotipada do natalense, ou do brasileiro, como inculto, bárbaro e incivilizado.¹¹²

E nesse caso, o fato de não aceitar a presença das árvores, somente poderia caracterizar a população natalense de inculta, bárbara e incivilizada.

Ao assumir o discurso de repulsa ao “outro”, sendo o outro o próprio povo, a elite brasileira, nesse caso especial, a elite natalense, queria na verdade assumir-se minimamente “européia”.

Para a elite natalense do início do século XX, nada era mais importante do que procurar copiar em Natal um espaço que, mesmo de forma diminuta, se assemelhasse ao “mundo civilizado europeu”. No caso particular de Natal, esse espaço era o bairro da Cidade Nova, que, como já vimos, o seu Plano previa a construção de duas praças, a Praça Municipal, depois chamada de Praça Pio X, e a Praça Pedro Velho, também conhecida como Praça Cívica.

Em junho de 1903, foi notificado que a Intendência Municipal, aproveitando o período invernos, cogitava fazer a arborização da Praça Pedro Velho. O projeto de arborização da “pracinha da Cidade Nova” foi alvo de Algumas notas do Jornal “A República”, pois, segundo os jornalistas e alguns leitores, havia três casas construídas de taipa e muito velhas, prontas para serem derrubadas. No mesmo dia foi transcrita uma carta, dirigida à redação do jornal, de um suposto leitor, na qual eram pedidas providências ao Presidente da Intendência Municipal, Joaquim Manoel Teixeira de Moura,

No sentido de serem retirados umas casinhas de taipa que ainda existem no meio da Praça Pedro Velho, na Cidade Nova porque ditas casinhas nem servem mais decentemente para a commodidade dos seus donos, e são um perigo para a hygiene e os bons costumes¹¹³.

¹¹² NAXARA, Márcia. Op. Cit. p. 294.

¹¹³ Cidade Nova. A República, 02 de junho de 1903.

Depois de muito defender a derrubada das casas, que se dizia estar no meio da praça, o leitor terminava por dizer o seguinte: “parece-nos que não ha conveniencia de proprietario que seja superior à conveniencia da decencia e da salubridade publica”¹¹⁴. Entendendo o tal leitor como decência e a salubridade pública a derrubada das casas que estavam, havia muito tempo, construídas em meio ao espaço que naquele momento tivera se tornado praça.

A contenda entre o jornal “A Republica” e os proprietários das casas existentes na praça teria continuidade no dia 05 de junho, quando o jornal transcreveu uma outra correspondência, dessa vez atribuindo a um suposto morador da Cidade Nova, de nome S. Tafeta, que dizia que “não ha lei nenhuma que obrigue a Intendencia Municipal a indemnizar pequenos casebres edificados em terrenos devolutos, por onde tem que correr as ruas e praças”¹¹⁵. Diz ainda que “a permanencia desses casebres tem sido uma concessão que não se justifica deante do aformoseamento da cidade”¹¹⁶.

Depois de defender que os interesses coletivos estariam acima dos interesses individuais, de que a presença das casas era inconveniente à decência e à saúde coletiva, de que as casas enfeavam a cidade e de que o governo municipal não estaria obrigado a indenizar construções em terrenos devolutos, o tal S. Tafeta foi taxativo ao dizer que o proprietário deveria tratar imediatamente de retirar a sua casa “porque mais dia menos dia a Intendencia pode mandar bota-la abaixo à sua custa”¹¹⁷. Nesse momento, o suposto leitor d’A República dava um ultimato aos moradores das casas, sem no entanto indicar um lugar de morada para os mesmos.

Tempo depois, o jornal “A República” continuou a peleja para a retirada das casas no meio da Praça Pedro Velho. No artigo de título: “Vadios”, o jornal narrou o seguinte episódio:

Esta noite, houve uma algazarra infernal, de incomodar a vasihaça, num casebre em ruínas, existente no meio da Praça Pedro Velho (...). Nesse casebre reune-se às noites e aos domingos uma sucia de vadios, que levam o tempo a incomodar a visinhaça.¹¹⁸

Em outro artigo, datado de 05 de julho, um outro episódio, semelhante ao anterior, foi narrado pelo jornal “A República”:

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Correio da casa. A República, 05 de junho de 1903.

¹¹⁶ Idem

¹¹⁷ Idem

¹¹⁸ Vadios. A Republica, 18 de junho de 1903.

Num casebre em ruínas, existente na Praça Pedro Velho como uma ameaça à segurança e à hygiene publicas, reuniu-se de sabbado até hoje de manhan uma sucia que levaram todo esse tempo num samba com berreiro infernal, incommodando a visinhança¹¹⁹

E continuou, “ha tempos aquelle casebre é ponto escolhido para pratica de actos immorais”. Por fim, o articulista apelou para a lei, apoiando-se no ato da Intendência Municipal que havia criado a praça e ordenado a retirada de todos os casebres que impedissem a construção da mesma.

Fatos como esses favoreciam e davam fôlego às inúmeras críticas proferidas pelo jornalista Elias Souto, proprietário do Jornal de oposição “O Diário do Natal”, que chamava o bairro da Cidade Nova de “Cidade das Lagrimas”¹²⁰. Continuadamente o jornal de solto relatava algum episódio acontecido na Cidade Nova que reafirmava a sua crítica sobre a construção do novo bairro da cidade.

A criação do bairro da Cidade Nova, em janeiro de 1902, previa a construção de avenidas e ruas retas e largas, sendo as segundas perpendiculares as primeiras, de forma que pudessem circular por todo o espaço os ares benéficos advindos do mar. A resolução que criou o bairro não tinha, em princípio, um projeto de arborização, foi somente em outubro de 1903 que a intendência Municipal agiu nesse intento, prescrevendo um plano de arborização para a Cidade Nova.

A resolução de número 88¹²¹ previa a plantação de mungubeiras ao longo das ruas e avenidas da Cidade Nova, excetuando os ângulos das esquinas e a linha interna das praças, onde seriam plantadas palmeiras imperiais. Primeiramente, disporiam as palmeiras em cada ângulo formado pelas ruas e avenidas, nos espaços entre uma palmeira e outra, ou seja, entre uma esquina e outra, seriam plantadas as mungubeiras sempre equidistantes e separadas por, no mínimo, dez metros.

Em julho de 1904, Augusto Tavares de Lyra, então governador do estado, mandou edificar o novo jardim da Praça Augusto Severo. O serviço foi contratado ao arquiteto Herculano Ramos. A reforma do Jardim da dita praça foi realizada com a finalidade de aparelhar a cidade com mais um equipamento moderno, que desse a Natal uma aparência de cidade civilizada. A obra tinha como propósito maior o aformoseamento da capital, era uma obra que, segundo o governador, dignificava a

¹¹⁹ Samba. A Republica, 05 de julho de 1903.

¹²⁰ Dia a dia - Ridiculos em tudo. O Diário do Natal, 06 de agosto de 1904.

¹²¹ A Republica, 15 de outubro de 1902

cidade, tornando-a não somente mais bela, mas, essencialmente, melhor de se habitar. Tal ajardinamento tinha também um propósito de asseio e de higiene do bairro da Ribeira, pois a referida praça, quando em épocas chuvosas, era constantemente alagada. Para evitar os alagamentos, foi feito na área um grande aterramento para posterior construção do jardim. Segundo Cascudo, Herculano fez uma façanha, “transplantando árvores adultas e transformou o recanto melancólico num parque tropical cheio de sombras acolhedoras, bancos confortáveis, pontes toscas, cabana rústica”¹²² que, em sua opinião, era um “logradouro indispensável para as cidades de clima quente, exigindo repouso para as amplas ensolarizações”.

A partir dessa fala, podemos compreender que o jardim da Praça Augusto Severo tinha também uma função profilática, pois o mesmo era dotado de uma grande quantidade de árvores o que favorecia que o espaço tivesse um ar de boa qualidade e o conforto do lugar promovia bem estar às pessoas que o freqüentavam.



Praça Augusto Severo – jardim construído por Herculano Ramos
fonte: CD - Natal 400 anos (início do século XX)

O ajardinamento da Praça Augusto Severo foi alvo de inúmeros elogios por parte de muitos natalenses. À época da construção do jardim, uma casa comercial da cidade, o Armazém Progresso, instalado no bairro da Cidade Alta, ao fazer a

¹²² CASCUDO, Luís da Câmara apud LIMA, Pedro de. **Luís da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal**. p. 57.

propaganda do sortimento de mercadorias da casa inicia o texto propagandista, apesar de tal texto ser exposto no jornal da oposição, com um forte louvor à obra. A nota publicitária dizia o seguinte: “tem atualmente despertado a atenção do respeitavel publico desta capital a obra em construção e pelo que a todos parece ser bella um agradabellissimo ponto de diversões”¹²³.

Mas também era alvo de muitas críticas durante muito tempo, quando o jornalista Elias Souto notificava que, o Jardim da Praça Augusto Severo era uma obra que poderia esperar por um tempo de menores dificuldades.

1904 foi um ano de estiagem no interior do estado, houve grandes perdas nas lavouras, os agricultores tiveram muitos prejuízos e uma quantidade considerável de pessoas teve que migrar para as cidades com a única finalidade de poder sobreviver.

Este era o principal argumento dos articulistas do jornal da oposição. foram muitos os artigos escritos no “O Diario do Natal” que, ferrenhamente, criticavam o governador pela sua opção de fazer uma obra muito onerosa aos cofres públicos ao invés de se ocupar em amenizar os problemas ocasionados pela estiagem.

No artigo de título “O jardim”, é dito no “O Diario do Natal” que

O governador do Estado ao passo que abandona os miseros flagelados pela calamidade que nos aniquilla, lembrou-se, nesta quadra de angustias e miserias, quando a fome e o exodo acabam a população norte-rio-grandense – de mandar construir um jardim publico que está consumindo contos e contos de réis do Estado¹²⁴

Ainda segundo o jornal o governador estava

Construindo uma obra de luxo, de recreio (...). Não ha dinheiro para as despezas mais urgentes (...); mas ha dinheiro para ajardinar as praças, porque teem o nome de Augusto Severo e os oligarchas precisam de um campo para largas recreiações, para os piqueniques¹²⁵

No dia 16 de julho do mesmo ano, o editorial do “O Diário do Natal” divulgou que a contratação da obra do jardim público ao arquiteto Herculano Ramos foi feita com verba da união destinada ao socorro das vítimas da seca.

Sob o título “Não justifica”, o editorial do “Diario” expõe: “não condemnamos em absoluto a obra do jardim da praça Augusto Severo, achamos mesmo que é um

¹²³ Jardim publico. O Diário de Natal, 10 de julho de 1904

¹²⁴ O jardim. O Diário de Natal, 03 de julho de 1904

¹²⁵ Idem.

serviço necessario para o aformoseamento e salubridade desta cidade”¹²⁶, mas ratifica que não é o momento e que a verba usada para a obra deveria ser aplicada no socorro aos flagelados.

A manutenção dos jardins e a preservação das árvores existentes nas praças e ruas da cidade era, por vezes, uma preocupação expressa por muitas pessoas. Em agosto de 1904, foi reclamado pelos articulistas do Jornal “A República” a presença de animais soltos pela cidade, ocupando os mais variados espaços em todos os recantos da cidade. Segundo os jornalistas, “a Praça André de Albuquerque, a mais freqüentada desta cidade, também é honrada com a presença de gados de toda a espécie”¹²⁷. Depois de reescrever o texto e fazer uma severa crítica ao jornal “A República”, crítica essa feita a partir do título da matéria, o jornalista Elias Souto escreveu mais uma vez sobre a obra do jardim público da Praça Augusto Severo, dessa vez não mais criticou em relação a verba utilizada, mas à própria estrutura arquitetônica do futuro jardim. Nas palavras de Souto, tirando proveito do que havia escrito os articulistas do jornal “A República”, “apesar de vagarem pelas ruas centenas de rezes, como affirma a ‘Republica’, diz-se que o sr. Herculano Ramos não collocará gradis no jardim que está fazendo, porque não se usa mais nas praças”¹²⁸.

Em agosto de 1910, uma outra reclamação denunciava a presença de animais soltos na cidade, o articulista chamava “atenção do fiscal da Ribeira para dois cavalos que pastam soltos, à noite, na praça Leão XIII, os quais muito damnificam a arborização da mesma praça”¹²⁹.

Os animais que eram criados soltos nas ruas, invadindo casas, jardins e praças, destruindo os espaços “aformoseados” da cidade, davam à mesma um aspecto bucólico, como acusou o artigo citado por Elias Souto, o que ia de encontro aos ideais de progresso tanto apregoados na época, e burlava a Resolução de número 76 da Intendência Municipal que, como vimos, legislava em torno da criação de animais soltos no perímetro urbano da cidade.

Uma outra experiência de intervenção sobre o mundo natural esteve ligada às grandes obras de infra-estrutura que passou a capital. As mudanças do ambiente urbano,

¹²⁶ Dia a dia - Não justifica. O Diário do Natal, 24 de julho de 1904

¹²⁷ Dia a dia - Um jornal indecente. O Diário do Natal, 11 de agosto de 1904 (O texto foi transcrito do jornal A República dos dias 8 e 9 de agosto do mesmo anos. A intenção do jornalista Elias Souto era atingir a oligarquia Maranhão a quem atribuía a propriedade do gado e que por se portar como órgão oficial da dita oligarquia o jornal A República agia indecentemente ao apontar o gado e deixar de apontar os proprietários dos animais)

¹²⁸ Idem

¹²⁹ Várias. A República, 06 de outubro de 1910

no sentido de se adequar às demandas mercantis, possibilitaram operações profundas no meio natural. As reformas ou melhoramentos do porto de Natal, por exemplo, significaram uma importante transformação na antiga paisagem da barra do Potengi.

No final do século XIX, era cada vez mais notória a crença de que o desenvolvimento e o progresso da cidade passaria pelo porto de Natal: “quando o Rio Grande do Norte, após a proclamação da República, entrou na plena posse de Estado autonomo, compreendeu que o problema magno, do qual dependia todo o seu futuro, era a abertura da barra”¹³⁰, atestava o jornal “A República”. Externando esse antigo interesse, o articulista começava a narrar o processo que se deu, a partir de então, para a efetivação de um serviço de engenharia que tivesse por fim a ampliação da abertura da barra do rio Potengi para que no porto da cidade pudesse atracar navios de grande calado, os chamados transatlânticos.

Explicou que, em 1893, foi criada a Comissão de Melhoramento do Porto e que para ela foi nomeado o engenheiro Cunha Lima. Diz que sob a direção dele a comissão não obteve êxito, mas com a saída do mesmo e a nomeação do engenheiro hidráulico Souza Gomes, em 1895, as primeiras obras para o melhoramento do porto começaram a serem postas em prática. Segundo o editor, o engenheiro Souza Gomes fez um estudo do porto “e traçou um plano que consistia primeiramente na fixação das dunas para impedir o accumulo de areias no canal, dragagem do canal, etc”¹³¹. Ainda segundo o articulista, devido os trabalhos realizados por Souza Gomes, todos acreditavam que “dentro de um anno, o porto desta capital daria acesso aos navios de grande calado”¹³².

Antes de terminar os trabalhos no porto de Natal, em 1896, o engenheiro Sousa Gomes veio a falecer e para o seu lugar foi nomeado o engenheiro Gaspar Nunes Ribeiro. No primeiro momento Nunes Ribeiro deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos por Souza Gomes, “mandando continuar o serviço de fixação das dunas, procedendo a sondagens e concluindo com o concurso de um seu auxiliar mais competente do que s.s. a carta hydrographica da barra”¹³³.

A administração de Nunes Ribeiro à frente da Comissão de Melhoramento do Porto foi alvo de muitas críticas por parte da imprensa local, que o acusava de desvio de verba e de incompetência. No dia 30 de maio, Nunes Ribeiro deixou Natal, seguindo

¹³⁰ Melhoramento do porto. A República, 12 de maio de 1902.

¹³¹ Idem

¹³² Idem

¹³³ Melhoramento do porto. A República, 20 de maio de 1902.

em direção ao Rio de Janeiro, deixando a chefia da Comissão de Melhoramentos do Porto. Sendo empossado em seu lugar o engenheiro Pereira Simões.

Com a crise instalada na administração Nunes Ribeiro, os serviços de melhoramentos do porto foram paralisados, sendo retomados somente no mês de novembro já sob a direção de Pereira Simões.

No dia 18 de novembro, Pereira Simões enviou para a imprensa uma circular da Comissão de Melhoramentos do Porto, na qual dizia ter iniciado no dia anterior os trabalhos de dragagem dos bancos de areia da barra do porto, que na opinião dele, era uma obra de “essencial melhoramento compatível com o nosso estado financeiro”¹³⁴.

Os serviços de melhoramento do porto tiveram continuidade, mesmo com todas as dificuldades, mas se deteve especialmente à dragagem dos bancos de areia da barra.

Em outubro de 1903, foi construído um novo batelão, uma embarcação de piso reto e fundo chato, que serviria para o desembarque e o transbordo de carga, que, no caso dos serviços do porto, ajudaria no transporte da areia retirada pela dragagem no fundo da barra do rio. Segundo o jornal “A Republica”, “o novo batelão é sólida e caprichosamente construído, é o primeiro de uma serie que o digno engenheiro-chefe, dr. Pereira Simões, contractou com o fim de melhor aproveitar no transporte de areia o serviço da pequena draga ‘Priexmann’ de que dispõe a comissão, tem a capacidade de cinquenta toneladas”¹³⁵. No dia 20 de outubro do mesmo ano, o novo batelão foi lançado ao rio em meio a uma grande festa em frente à Avenida Silva Jardim. A embarcação estava toda enfeitada de bandeiras e foi jogada nas águas do rio “flutuando airoosamente”, depois de cair na água, o novo batelão a “reboque do Potengy fez uma viagem rio acima, seguida de uma flotilha de pequenos barcos, voltando a fundear em frente ao edificio das machinas”¹³⁶. A festa teve fim no barracão armado pelos operários da Comissão de Melhoramentos do Porto que estava enfeitado de bandeiras e folhagens.

No dia 13 de novembro do mesmo ano, o equipamento de dragagem pertencente à Comissão de Melhoramento do porto fez uma escavação próximo à foz do Potengi, do lado esquerdo da mesma nas proximidades da Praia da Redinha, junto a pedra da *Baixinha* e do lugar conseguiu arrancar e suspender uma grande pedra, cujo peso era de

¹³⁴ Dragagem do porto. A República, 19 de novembro de 1902.

¹³⁵ Lançamento de embarcação. A República, 17 de outubro de 1903.

¹³⁶ Idem.

mais de uma tonelada. A pedra tirada do local foi levada ao edifício da Comissão de melhoramentos, ficando exposta para a população.

No mesmo dia, foi inaugurado um posto meteorológico na repartição da Comissão de Melhoramentos do Porto. O posto ficou sob a responsabilidade do engenheiro Octavio Arantes, que, a partir de então, teria a prerrogativa de fazer toda e qualquer aferição meteorológica no que diz respeito ao clima, temperatura, pressão atmosférica, umidade do ar, direção dos ventos, condições de visibilidade, condições de navegabilidade. Segundo o jornal “A República”, o posto era equipado de termômetros, barômetros, pluviômetros, cronômetros, anemógrafos e anemômetros, sendo tais aparelhos fabricados pelos mais acreditados fabricantes. Para o articulista,

O dr. Pereira Simões, digno chefe da comissão, levando a termo esse empreendimento prestou um relevante serviço à comissão que dirige, e bem compreendeu o alcance e natureza dos trabalhos do porto, dependentes para sua boa execução das observações meteorológicas¹³⁷

As aferições realizadas pelo posto meteorológico da Comissão de melhoramentos do Porto passaram a ser cotidianamente noticiadas pelos jornais, fazendo parte do corpo de matérias corriqueiras da imprensa local.

A necessidade de dragagem dos depósitos de areia da barra do rio Potengi, cuja finalidade era a de alargar e aprofundar cada vez mais o canal de navegação em direção ao porto de Natal, exigiu da Comissão de Melhoramentos do Porto mais um batelão para o trabalho de transporte da areia retirada do leito do canal pela draga, a embarcação foi contratada pela comissão e lançada nas águas do Potengi no dia 11 de agosto de 1904¹³⁸.

As obras do porto tiveram continuidade durante todo o período das primeiras décadas do século XX, e o porto assumia a cada dia uma importância maior para a cidade. Batelões, dragas, operários, transformavam cotidianamente a barra do rio Potengi tornando o porto de Natal “um dos melhores do Brasil” como era dito à época.

¹³⁷ Posto meteorológico. A República, 13 de novembro de 1903.

¹³⁸ Novo Batelão. O Diário do Natal, 11 de agosto de 1904

Capítulo II

Natureza, asseio, higiene e saúde numa cidade com vocação para a doença.

A questão da higiene e do asseio, tanto público quanto particular, tanto corporal quanto social, estava, no início do século XX, na ordem do dia.

Segundo Martins, a palavra higiene tem origem no mito grego de Hygeia, considerada a deusa da saúde na Grécia antiga. Explica esse autor que “para nós a palavra se refere a asseio, limpeza. No entanto, seu significado primitivo é muito diferente: representava tudo aquilo que se pode fazer para manter ou restaurar a saúde”¹³⁹.

No início do século XX, em Natal, a idéia de higiene traduzia todo o aparato tanto médico, quanto sócio-cultural, capaz de permitir a estabilidade da saúde individual e coletiva.

A partir da segunda metade do século XIX e do no início do XX, em todo o mundo, mas, especialmente na Europa, as ciências médicas passaram por inúmeros avanços, muitas concepções foram revistas, diversas idéias foram repensadas e várias práticas tiveram que ser dispensadas, pois as mesmas já não condiziam com a realidade de progresso, civilidade e avanço técnico-científico que se afirmava ser característicos daquele período.

O mundo burguês necessitava de novos parâmetros da ciência médica, de novos horizontes no pensamento médico, de forma que pudesse construir uma nova realidade social, calcada nas idéias de higiene e de salubridade.

Em Natal, “uma cidade isolada que guardava tênues liames interprovinciais”, como dizia Cascudo, ou ainda, “isolada do mundo”, como afirmava Henrique Castriciano¹⁴⁰, esses avanços ocorridos na ciência médica foram experimentados em doses homeopáticas. Em outras palavras, na capital potiguar, enquanto a medicina progredia mundo afora e o pensamento médico se modificava, por aqui ainda se pensava e se praticava como no século XVIII. No entanto, isso não significa que autoridades públicas, higienistas e até mesmo a população estivessem totalmente alheios a esse processo, na verdade, o que se pode perceber é que em Natal, pouco a pouco, esses avanços iam sendo vivenciados.

¹³⁹ MARTINS, Roberto de Andrade. **Contágio**: História da prevenção das doenças transmissíveis, p. 31.

¹⁴⁰ ARRAIS, Raimundo. Op.cit. (estudo introdutório)

1 – Teorias médicas: entre os miasmas e os micróbios

Durante muito tempo da história da humanidade, existiram duas grandes autoridades nas ciências médicas: Hipócrates, que viveu na Grécia no século VI a. C., considerado o “pai da medicina”; e o médico greco-romano, que viveu no século II da era cristã, Cláudio Galeno. A esses dois médicos é atribuída a escritura de vários livros, cujos princípios médico-científicos perduraram por mais de um milênio. Somente com o fim da Idade Média os postulados dos princípios médicos da antiguidade clássica passaram a ser contestados. No século XVI, o médico suíço Paracelso afirmava que: “o maior obstáculo ao desenvolvimento do conhecimento era o respeito aos livros tradicionais”¹⁴¹. Para provar que havia se livrado da influência dos pensadores clássicos da medicina, Paracelso queimou em praça pública os livros de Galeno. No entanto, somente no século XVIII surgiria um pensamento que iria transformar a ciência médica: a teoria dos miasmas.

O arcabouço teórico sobre a idéia dos miasmas defendia que os problemas de saúde eram originados a partir de gases exalados da matéria orgânica em decomposição, bem como de que essa decomposição se realizava em ambientes úmidos. Segundo Martins, essa idéia foi elaborada pelo médico italiano Giovanni Lancini, que, em seu livro *os Eflúvios nocivos dos pântanos* escrito em 1717, dizia que: “no calor do verão, a fermentação e putrefação de animais e plantas causaria uma exalação ou eflúvio, que causaria doenças”¹⁴². Ainda segundo Martins,

No século XVIII, tornou-se bastante popular a teoria dos miasmas, não apenas para explicar as enfermidades dos pântanos, mas todas as doenças produzidas por cheiros de coisas estragadas e podres. A limpeza não era um problema estético e sim uma questão de saúde, ou seja, de higiene (no sentido original da palavra).¹⁴³

As idéias em torno da teoria dos miasmas fizeram com que a questão da higiene, individual ou coletiva, passasse a ser tratada como algo essencial, em especial nos aglomerados urbanos, resultando em uma grande melhora na saúde pública. Segundo

¹⁴¹ MARTINS, Roberto de Andrade, *Op. Cit.* p. 82

¹⁴² *Idem*, p. 90.

¹⁴³ *Idem*, p. 110.

Martins, “a teoria dos miasmas é um interessante caso de uma concepção errada que foi extremamente útil à humanidade”¹⁴⁴

No final do século XIX, resultado de um grande avanço técnico-científico, surgiu uma nova teoria médica, que viria estabelecer novos parâmetros científicos para a medicina e, conseqüentemente, uma maior compreensão dos processos de contaminação e contágio das doenças, bem como o melhor tratamento das mesmas. Era a teoria microbiana. Segundo Avilla-Pires, a medicina “deixa, a partir de então, de ser empírica e artesanal para derivar soluções tecnológicas (...)”¹⁴⁵. A teoria microbiana surgiu, como já se disse, fruto dos avanços técnicos ocorridos no final do século XIX, no entanto é importante ressaltar que, desde as primeiras décadas daquele século, muitos médicos e microbiologistas, dentre os quais, Agostino Bassi, Ehrenberg, Antoine Doné, Jacob Henle e Félix Pouchet já admitiam a hipótese de que as doenças contagiosas tinham como causa principal a invasão do corpo por organismos vivos. Mas, foi somente em meados da década de 1860 a partir das pesquisas de Antoine Béchamp e Louis Pasteur que a teoria microbiana se firmou quanto conceito científico na medicina.

No Brasil, o médico Oswaldo Cruz é o grande propagador desse pensamento médico e elaborador de políticas públicas higienistas, cujas concepções se baseavam na microbiologia e na teoria microbiana¹⁴⁶.

Na pequena Natal do início do século XX, miasmas e micróbios se misturaram nos discursos dos médicos, contudo é possível perceber que, com o tempo, os discursos e as práticas médicas vão, pouco a pouco, se orientando no sentido dos avanços propugnados pela teoria microbiana, mesmo que conciliadas com práticas ultrapassadas.

Em editorial do jornal “A Republica”, no ano de 1901, era defendido de forma clara os princípios da teoria dos miasmas.

A matéria recebe o título “de interesse geral” e, logo no início, aponta o principal vilão da falta de higiene e asseio na cidade: o povo.

Nas palavras do articulista, “uma questão extremamente descurada entre nós é a hygiene, no seu sentido mais complexo e lato, e não tanto por vicio organico da politica e do mecanismo administrativo, como por culpa geral nossa, isto é, da população residente”¹⁴⁷, continua a afirmar que a questão da higiene é, sobretudo, uma questão

¹⁴⁴ Idem, p.91.

¹⁴⁵ AVILLA-PIRES, Fernando Dias de. **Fundamentos Biológicos da Saúde Pública e as Práticas Alternativas**, p. 71.

¹⁴⁶ Ver SCLiar, Moacir. **Oswaldo Cruz: entre micróbios e barricadas**.

¹⁴⁷ De interesse geral. A República, 11 de junho de 1901.

coletiva e de interesse de todos, desde o setor administrativo que possui um corpo de profissionais para trabalhar nessa área, até o cidadão comum que também deve zelar por uma boa higiene e um bom asseio na cidade. Para o editor, “a hygiene é assumpto que por sua natureza não comporta sophismas, argumentos e todo e qualquer jogo de opinião no sentido de fazer-se carga somente à administração”¹⁴⁸, nesse sentido, era a higiene e o asseio um assunto que envolveria todo e qualquer indivíduo que se preocupasse com a coletividade.

Em determinado momento, o articulista se utiliza de um discurso tomado por princípios religiosos para dar continuidade à sua argumentação expondo que,

Si bem comprehendessem todos o dever sagrado, tanto quanto os mais inilludiveis de qualquer religião, que temos de manter em primeiro logar e sobre tudo illeso o nosso corpo, para termos são e escoreito o nosso espirito, ninguem andaria com os olhos no poder publico, para elle appellando somente e delle tudo solicitando em beneficio da saude collectiva.¹⁴⁹

Nesse texto, percebe-se a idéia, presente em muitas religiões, mas especificamente no cristianismo, de que o corpo do homem é a morada de Deus e que se o corpo está sadio o espírito também está são.

Afirma ainda ser um erro grosseiro e imperdoável entender que somente o governo teria o dever de intervir quando o assunto fosse saúde pública e que se cada indivíduo, a partir da sua própria ação particular, tivesse iniciativa sobre a questão da higiene e do asseio, “o resultado seria naturalmente e forçosamente o não terem os governos a fazer nesse particular, restringindo-se a sua acção ao circulo limitado de zelar o que fosse de pura intervenção official”.¹⁵⁰

A partir de então, o texto começa a condenar as práticas reconhecidas como não higiênicas, impondo nessa discussão aquela visão característica da teoria dos miasmas. Primeiramente, o articulista procurou retratar as condições de habitabilidade na cidade, dizendo que “quem visitar e percorrer a maioria das habitações da nossa população convencer-se-á de que anunciamos uma verdade. O desleixo, o abandono e o desasseio ferem as vistas menos indagadoras e exigentes nesse assumpto”.¹⁵¹

¹⁴⁸ Idem

¹⁴⁹ Idem

¹⁵⁰ Idem

¹⁵¹ Idem

A questão da habitabilidade, da construção das casas a partir de parâmetros higiênicos e do asseio doméstico, era um dos pontos fundamentais na defesa do extermínio dos ares miasmáticos causadores das diversas doenças, segundo a teoria dos miasmas.

Um outro ponto ao qual o articulista se prende diz respeito às condições de higiene no matadouro público municipal. Nesse momento, ele procurou expor o que seria efetivamente do trato do poder público e, convocando os fiscais da Inspetoria de Higiene, dizia que para ele tais funcionários deveriam

Verificar *de visu* a execução que teem os diversos ramos que se ligam ao serviço confiado à sua capacidade de profissionaes e à sua consciencia de homens civilizados. Vão ver o que se está fazendo no matadouro publico, onde o escoamento de sangue é feito porta! Maneira que não nos admira si amanhã ou depois desenvolver-se uma doença infecciosa n“aquela parte da cidade tal é a immundicie e o fedor insupportavel do sangue em decomposição. E isso acontece, para variar, todos os dias, de um mez mais ou menos a esta parte.¹⁵²

O editorial termina afirmando a importância do tema e de como o mesmo favorecia a abundantes discussões, que, não faltando ao jornal “tempo, vida e saude – tão ameaçadas pelos miasmas deleterios que respiramos na nossa boa terra -”¹⁵³ tal discussão seria retomada.

Dias posteriores, o mesmo jornal transcreveu em primeira página uma carta escrita e datada de 12 de junho daquele ano pelo médico Antonio China, profissional da Inspetoria de Higiene, órgão estadual responsável pela saúde pública no Rio Grande do Norte. Nela estava postulada uma resposta ao referido editorial, daquele jornal, do dia 11 de junho, que como vimos, tratava da questão da higiene e do asseio na cidade tanto pela população quanto pelos órgãos públicos responsáveis.

Na carta, Antonio China refutava, apesar de afirmar que tudo o que estava escrito era muito mais um desagravo do que uma refutação, as denúncias feitas pelo articulista “d’A República” sobre o comportamento dos profissionais médicos da Inspetoria que, ao invés de tornar mais conhecidos os princípios do asseio, preferem estimular o consumo dos “remédios de botica”. Expunha também que, sendo ele médico adjunto da Inspetoria de Higiene Pública e, portanto co-participante da responsabilidade que

¹⁵² Idem

¹⁵³ Idem

envolvia o corpo sanitário estadual, não podia eximir-se da obrigação de prestar alguns esclarecimentos.

Para Antonio China

A hygiene, já não aludindo as suas práticas mais subtis, mas às suas exigências mais grosseiras, constitue um ramo de administração deploravel e creminosamente abandonado em nosso Estado, e tanto mais isso pesa à responsabilidade do governo municipal, quanto é certo, que aquella tem por objectivo manter nossa saude alongando o mais possível nossa existencia e preparando gerações mais felizes ¹⁵⁴.

Em seu texto, China procurou explicar que as políticas de higiene eram desenvolvidas tanto por autoridades estaduais quanto por autoridades municipais, segundo as suas palavras, “as auctoridades sanitarias estaduaes, no que diz respeito ao saneamento publico, limitam-se a apresentar àquelle governo medidas que reputam acertadas e pedir-lhes sua execução” ¹⁵⁵.

Afirmou categoricamente que as autoridades estaduais vinham desenvolvendo as suas atividades. Explicou que o papel que cabia aos profissionais da saúde pública em âmbito estadual estava sendo cumprido e que, portanto, a Inspeção de Higiene Estadual sentia-se “desobrigada”.

Apesar de sentir-se “desobrigado”, o médico reforçava a disposição de trabalho dos profissionais da Inspeção de Higiene Estadual, quando expunha que apesar do

Exiguo contingente de recursos daquela inspeção, no caso do matadouro público, mesmo exorbitando o plano circunscrito daquela instituição e dos seus profissionais, aconteceu por ocasião de, a exigencias desta inspeção, mudar-se o local da carnagem, que então se fazia sobre colonias de vermes, à margem do rio, sem cobertura que a abrigasse do sol e da chuva ¹⁵⁶.

A seguir, em resposta ao acúmulo de sangue exposto pelo articulista “d’A República” no citado editorial, Antonio China explica que

Tendo-se quebrado o canno do exgotto do matadouro no seu ponto de cruzamento com os trilhos da linha férrea, com muita antecedencia, verificando pessoalmente o estrago, pedi por duas vezes, à Intendencia, que mandasse proceder ao concerto inadiavel, resultando de sua não execução tornar-se aquelle sitio inacessivel, tal é o fetido que ehxala ¹⁵⁷

¹⁵⁴ Questões de hygiene. A República, 15 de junho de 1901

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Idem.

Com essa explicação, o agente público “co-responsável” pelas questões de higiene, asseio e saúde pública proferiu: “a culpa, pois, não foi nossa”, procurando dessa forma eximir a si e à inspetoria estadual de qualquer responsabilidade.

Ele dizia em sua carta que, antes da imprensa denunciar as conseqüências, a Inspetoria de Higiene Estadual já havia levado ao conhecimento da Intendência ou da empresa prestadora do serviço.

Aproveitando o espaço cedido pela imprensa, o médico procurou fazer também uma discussão em torno da qualidade da água consumida na cidade.

Como vimos no capítulo anterior, quando se tratou sobre o uso da água pelos natalenses, o abastecimento d’água em Natal era feito a partir do sítio do Oitizeiro, local do depósito da empresa concessionária do serviço d’água na cidade. Na mencionada carta, Antonio China dizia que a inspetoria estadual houvera pedido o arrasamento do Baldo, afirmando ser aquele lugar “um foco de infecção” e que tal atitude dever-se-ia também pelo fato de as águas daquele balneário escoarem, “pela lei dos líquidos em vaos comunicantes”, para os depósitos da empresa d’água, a água infectada daquele balneário. Para a Inspetoria de Higiene do Estado a destruição do balneário do Baldo era a única medida capaz de melhorar a salubridade da água da cidade.

Sobre essa discussão em torno do arrasamento do Baldo, percebe-se, mesmo que não seja intencional, a aplicação de uma das medidas profiláticas mais recomendadas pelos defensores da teoria dos miasmas: o extermínio ou o aterramento dos espaços alagados ou de acúmulo de água.

Explicou ainda o inspetor de higiene que a inspetoria estadual havia pedido a conservação das matas que circundavam o referido depósito de água da cidade e o asseio dos terrenos em que estas matas se achavam, no entanto, segundo ele,

Não nos consta, por ora, que o Governo Municipal tenha mandado destruir taes mattas e depositar alli o lixo publico, como mandou fazer nas immediações do matadouro cuja casa estava prestes a ser sepultada pela inmundicie circumvisinha, porem, tambem é certo, podemos garantir que ella não effectuou as medidas reclamadas ¹⁵⁸

Ao fim das suas argumentações, o médico defendeu a implantação de um sistema de esgoto na cidade, de forma que os dejetos pudessem ser removidos para mais distante, explicando que sem tal sistema a população continuaria obrigada a conviver com a incômoda presença de dejetos nas portas de detrás das suas casas, bem como com

¹⁵⁸ Idem

outros “focos pathogenicos”, e, devido a tudo isso, bebendo água insalubre, por mais que tivessem todos a noção exata do asseio individual.

No término da sua carta, China pede ao jornal que procure publicar sempre o “*insignificante* expediente da Inspectoria de Hygiene”¹⁵⁹, de forma que a população tomasse conhecimento do que estava fazendo aquela instituição pública.

Um outro artigo do jornal “A República” retomou a discussão sobre a questão da insalubridade aliada ao problema da água estagnada, sob o título “é com o fiscal”, o articulista relatava sobre as chuvas ocorridas por aquela época em Natal, primeiros meses de 1902, e expunha que, devido a um bom inverno, formaram-se inúmeras lagoas nas ruas do bairro da Ribeira, acúmulos de água esses que estavam sendo um verdadeiro transtorno para a população do bairro e, por isso, era pedido alguma resolução por parte do poder público em torno do problema. Procurando fazer uma defesa das reclamações feitas pela população, calcando-as em um conteúdo científico, o articulista escrevia: “como não ignora-se, as aguas empoçadas expostas ao sol por seis, oito ou mais dias, são uma excellente fábrica de microbios, e o cheiro que exalam, é por demais insuportável”¹⁶⁰. Ao término do artigo, é dito que o fiscal do segundo distrito, capitão Anacleto Ferreira, prestaria um relevante serviço à população daquele bairro se acabasse com “taes focos de infecção”.

Percebe-se, nesse texto, notadamente, a convicção do jornalista de que as águas estagnadas e o cheiro exalado dessas águas seriam verdadeiros focos de doenças. E mesmo utilizando a palavra “microbio”, a linha da defesa científica estava à luz da teoria dos miasmas.

O ano de 1902 foi de temor por parte da população natalense, quando na cidade do Recife viveu-se uma epidemia de peste bubônica, durante quase todo o ano muitas matérias veiculadas pela imprensa procuraram tratar do assunto. Em maio desse ano, numa matéria que tratava sobre o lixo era escrito que

A primeira condição de salubridade publica é a remoção e incineração do lixo, porque, como ninguem ignora, o lixo em fermentação é um foco permanente de infecção e dos mais perniciosos, principalmente na quadra invernos¹⁶¹

¹⁵⁹ Idem (grifo do jornal)

¹⁶⁰ É com o fiscal. A República, 26 de abril de 1902.

¹⁶¹ O lixo. A República, 01 de maio de 1902.

Mais uma vez os miasmas provocadores das mais diversas doenças eram expostos como um perigo potencial, como foco permanente de infecção e de doenças fruto da fermentação, ou seja, da decomposição do lixo.

Preocupados ainda com o problema da peste bubônica no Recife, que não havia até então sido debelada, no ano de 1903, continuavam as denúncias sobre a falta de limpeza pública em diversas partes da cidade. No mês de agosto daquele ano, um leitor do jornal “A República” pedia providências ao fiscal, no sentido de retirar um entulho que estava depositado em frente à padaria de um tal sr. Teixeira, localizado na Rua 13 de Maio, pois, para o denunciante, o referido entulho estava “exalando um fetido insupportavel e convem quanto antes ser retirado”¹⁶².

Além do lixo, que parecia ser um problema corriqueiro na cidade, outras denúncias tratavam do espaço público ocupado por restos mortais de animais que eram jogados, às vezes, nas praças mais movimentadas. Em outubro de 1903, foi denunciada a existência de animais mortos em avançado estado de putrefação na Praça André de Albuquerque, segundo a pessoa que fazia a denúncia, os habitantes que moravam no local pediam a atenção das autoridades “para o facto de haver constantemente na dita praça animaes mortos em adiantado estado de putrefação. Como agora mesmo se está observando, o que como sabeis é altamente prejudicial a hygiene e salubridade publicas”¹⁶³.

Como se percebe, a exalação dos cheiros, a fermentação e o estado de putrefação da matéria orgânica eram, na fala das pessoas que procuravam denunciar, algo de perigoso e de prejudicial à salubridade.

Uma outra doença que trazia muita preocupação era a varíola. Durante quase todo o ano de 1905, grassou na cidade do Natal uma forte epidemia dessa doença, que se tornou durante muito tempo o alvo central das preocupações por parte do poder público e da população em geral, quando o assunto era saúde pública.

O tratamento da varíola, já naquela época, era feito de forma preventiva e para tal era usado o método profilático da vacinação¹⁶⁴.

A vacina contra a varíola foi descoberta pelo médico inglês Edward Jenner em 1796. Tal descoberta pode ser dividida, segundo Martins, em dois importantes

¹⁶² Entulho. A República, 29 de agosto de 1903

¹⁶³ Escrevem-nos. A República, 15 de outubro de 1903.

¹⁶⁴ Segundo o historiador Roberto de Andrade Martins “a vacinação é um exemplo clássico de técnica médica que surgiu sem nenhuma explicação, mas que funcionou”. MARTINS, Roberto de Andrade, Op. Cit. p. 108.

momentos: o primeiro deveu-se a observações feitas por médicos ingleses a partir de práticas ancestrais realizadas na China e na Índia, nas quais as crianças sadias eram inoculadas com materiais das feridas de variolosos que estavam acometidos da doença em estado avançado. Com isso, as crianças ficavam imunes à moléstia e não adoeciam, essas atividades eram realizadas por sacerdotes ou sacerdotisas, que assumiam o ato como atividade de um ritual religioso. O segundo tipo de observação deveu-se efetivamente a um experimento empírico realizado por Jenner que, fazendo pesquisas no final do século XVIII com vacas, descobriu que as pessoas que haviam adquirido a doença das vacas, *cow-pox*, não mais eram acometidas de varíola. Com essa descoberta, o médico inglês passou a fazer experimentos inoculando o pus das feridas das tetas das vacas e, posteriormente, o das feridas de pessoas doentes em crianças, obtendo resultados positivos em torno da sua descoberta e publicando um trabalho científico em 1798¹⁶⁵.

Como vimos na nota da página anterior, a vacinação quanto agente de profilaxia não tinha uma explicação muito plausível, no entanto tornou-se, a partir do empirismo, uma técnica muito utilizada pela medicina.

Em Natal a vacinação, como método para evitar a proliferação da varíola, já era utilizada no século XIX, e, pelo que se percebe, isso se devia muito mais às práticas cotidianas realizadas pela medicina do que aos conhecimentos existentes em torno da ciência médica.

No ano de 1905, a varíola se propagou na cidade durante vários meses, sendo por muito tempo um dos temas preferidos, abordado tanto pela imprensa quanto pelos poderes públicos instituídos.

Sob o título “Um absurdo”, uma nota no jornal “A República” denunciava que na travessa Ulisses Caldas havia um amontoado de trastes velhos e de lixo, os quais, segundo o informante, haviam pertencido a um doente de varíola falecido não fazia muito tempo. Para o denunciante, o fato era inconcebível, um verdadeiro absurdo, pois, como ele dizia, no momento pelo qual atravessava a cidade “em que a varíola se desenvolve de maneira assustadora, parece-nos isso por demais agravante, porquanto tudo aquilo estava a exalar mau cheiro, incomodando assim não só aos moradores daquelles arredores, como também dos transeuntes”¹⁶⁶. Por fim, o reclamante expõe que era “preciso que todos concorram para o saneamento da nossa capital (...) no sentido de

¹⁶⁵ MARTINS, Roberto de Andrade, Op. Cit. p. 95

¹⁶⁶ Um absurdo. A República, 27 de abril de 1905

evitar, o mais possível, a propagação da terrível epidemia, entre nós”¹⁶⁷. Pois, o Estado, através da Inspetoria de Higiene, já vinha tomando providências nesse sentido.

No mês de maio daquele ano, foi feita uma outra reclamação no mesmo jornal. Dessa vez, sob o título “Com o fiscal”, o texto tece comentários sobre a existência de um lamaçal na Avenida Rio Branco no bairro da Cidade Alta, mais precisamente, em frente ao muro da casa do senhor Antonio Caldas, dizia que tal lamaçal devia a sua origem às águas servidas que escapavam do quintal da citada residência e que, segundo o reclamante, tinha um fétido horroroso que era uma ameaça à saúde pública, especialmente naqueles tempos de epidemia em que passava a cidade.¹⁶⁸

Em julho do referido ano, um pequeno jornal que circulava pela cidade, cujo nome era “O trabalho”, trazia uma matéria de título “A peste”, que tratava exatamente da varíola. Nela, o jornalista afirmava que a doença se alastrava pelos dois principais bairros da cidade, aumentando cotidianamente o número de vítimas. Lamentava que o trabalho da Inspetoria de Higiene parecesse diminuir na medida em que o problema aumentava e que eram fatos, e não palavras, que provavam a verdade do que estava sendo afirmado. Segundo o autor, “diversos pontos da cidade e da ribeira continuam a ser o que d’antes eram – um terrível foco de miasmas”¹⁶⁹. Para ele, eram os gases miasmáticos os principais responsáveis pela existência e proliferação daquela epidemia, e, tendo essa compreensão, ele aponta um dos locais considerados como um dos mais ativos focos de miasmas: “sirvam de exemplo o lamaçal e as águas estagnadas que rodeiam o estabelecimento do capitão Braulio Heroncio”¹⁷⁰, o ponto foi indicado pois, segundo o jornalista, esse era o local mais castigado pela epidemia na cidade.

Mais uma vez, sobressai-se a idéia de que as águas estagnadas e os amontoados de lixo expostos à fermentação, os maus ares, eram os principais agentes causadores de doenças, e, mesmo que as opiniões sobre o papel e as atividades desenvolvidas pela Inspetoria de Higiene fossem divergentes, não se tinham dúvidas do papel exercido pelos miasmas deletérios como elementos de fundamental importância para a proliferação de diversos males que acometiam a população da cidade.

Quando a preocupação com a peste bubônica e a varíola foi diminuída, um outro problema de saúde passou a ser apresentado. Em 1910 foi o cólera que se tornou preocupante.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Com o fiscal. A República, 23 de maio de 1905.

¹⁶⁹ A peste. O trabalho, 30 de julho de 1905.

¹⁷⁰ Idem.

O cólera era um dos problemas patogênicos mais estudados na Europa e, por consequência, sabia-se já bastante sobre a doença. Segundo Martins, o vibrião do cólera foi detectado pelo naturalista francês Felix Pouchet em 1849¹⁷¹. Sendo, portanto, o cólera uma das primeiras patologias médicas para a qual se viu detectado cientificamente a presença de um microorganismo causador da moléstia.

Mais uma vez, a referência sobre a doença viria da cidade do Recife, não porque a mesma estivesse sendo acometida por uma epidemia de cólera, mas sim porque de lá teve início uma grande preocupação com o problema, pois, na Europa, vivia-se uma situação de epidemia da doença e a cidade do Recife era um dos mais importantes portos comerciais do país, que recebia diariamente muitos navios vindos do velho continente.

Em outubro daquele ano, foi transcrito do jornal “A Província de Pernambuco” uma matéria cujo título era “Precauções contra o cholera”, em que eram expostas as recomendações para o combate e o tratamento da doença, feitas pelo inspetor de higiene de Pernambuco. No texto do inspetor pernambucano não se percebe apreensão alguma no que diz respeito às questões de cheiro do ar, exalações putrefatas, fermentação ou matéria orgânica em decomposição, as preocupações estavam centradas, essencialmente, no trato com a água, com o doente e seus pertences e com a alimentação. Segundo o servidor público pernambucano,

O germen do cholera se transmite principalmente pela água e roupas. A transmissão pelo ar é quasi nula. É nas dejeções (matérias feacas e vomitos) que existe o germen do cholera. A água de beber deve ser objecto de uma attenção especial. A água fervida dá uma segurança absoluta¹⁷².

Mais adiante, ao escrever sobre a alimentação, é dito que:

As saladas, bem como o uso dos legumes crus e das fructas devem ser evitados (...) não se deve tocar nos alimentos sem lavar antes as mãos com sabão. Os alimentos que se contaminarem pelas moscas e que não possam sofrer a acção do calor, devem ser abolidos. É preciso exterminar as moscas por todos os meios¹⁷³.

Dois dias depois de editado o texto do jornal pernambucano, o inspetor de higiene do Rio Grande do Norte, Calistrato Carrilho, escreveu uma matéria homônima à

¹⁷¹ MARTINS, Roberto de Andrade, p. 123.

¹⁷² Precauções contra o cólera. A República, 22 de outubro de 1910.

¹⁷³ Idem.

transcrita, esboçando a opinião da inspetoria de higiene norte-riograndense, bem como quais as precauções a serem tomadas pela população.

Apesar de ao longo do texto Calistrato Carrilho reconhecer e recomendar as precauções suscitadas pelo médico de Pernambuco, e, apesar de reforçar a idéia de que o cólera era uma doença causada por um “gérmen”, por um “agente”, ou seja, por um micróbio, o médico potiguar enfatiza entre as medidas de prevenção contra a referida doença os cuidados em relação à “pureza do ar” e as “emanações úmidas e desagradáveis”. Nas palavras do inspetor de higiene potiguar, o primeiro cuidado a se tomar para evitar a proliferação do cólera era:

Conservar nas habitações, tanto quanto possível, a pureza do ar, pois os efeitos maleficos nos que infringem semelhante precaução, mais se ascentuam nas epochas epidemicas. (...) logo pela manhã se renovará o ar dos aposentos, o que se fará no correr do dia, evitando-se emanações humidas e desagradaveis.¹⁷⁴

Percebe-se com essa fala que alguns dos princípios que ordenavam o discurso de Carrilho estavam concatenados à antiga teoria dos miasmas, estabelecendo relações que não necessariamente condiziam com a atuação do agente patogênico causador do cólera. Pois, como vimos anteriormente, segundo o inspetor de higiene de Pernambuco, a transmissão pelo ar é quase nula, portanto, pode-se dizer que as preocupações do inspetor potiguar se amparavam muito mais na tradição da ciência médica do que nos estudos que vinham sendo realizados àquela época.

No ano de 1920, o médico Januário Cicco escreveu o livro “Como se higienizaria Natal”, esse texto se tratava de uma topografia médica, estilo de escrita científica muito corrente no final do século XIX e início do XX.

Importantes estudos sobre as topografias médicas no Brasil, cujos títulos: Geografias e topografias médicas: os primeiros estudos da cidade concreta e As Topografias Médicas no Brasil do início do Século XX: aportes históricos ao estudo da relação meio ambiente e sociedade (o caso de Natal-RN), foram realizados pela professora Ângela Ferreira e sua equipe de pesquisa do Departamento de Arquitetura da UFRN, ambos traduzem de forma sucinta o arcabouço conceitual das chamadas “geografias e topografias médicas”, apontando o texto de Januário Cicco, já mencionado, como sendo um estudo de geografia e topografia médica, o qual é

¹⁷⁴ Precauções contra o cólera. A República, 24 de outubro de 1910.

analisado e criticado, priorizando as questões levantadas sobre a cidade, sobre a natureza na cidade e sobre a saúde. Segundo Eduardo e Ferreira,

Os tratados conhecidos por Topografias e Geografias Médicas transporam, ao longo dos tempos, o campo de vinculação com a medicina, sendo também considerados uma ramificação da Geografia humana. Ao contemplarem o estudo do homem em suas relações com o meio, utilizam-se de alguns conceitos e descobertas de outras disciplinas correlatas como a Antropologia, a Etnografia, a Estatística, a Demografia, a Arqueologia e a História.¹⁷⁵

Esses tratados médicos, sanitários, ambientais e humanos eram expostos a partir de um desenvolvimento textual que procurava, ordenadamente, registrar a cidade no seu contexto histórico; fazer uma análise da geografia física da área em relação ao relevo, ao clima, à vegetação e outros aspectos físico-geográficos; descrever o espaço nas suas condições socioeconômicas, tais como: produção agrária, situação econômica, comércio, profissões, festas e vestimentas; descrever o meio urbano a partir de preceitos da higiene urbana fazendo parte dessa descrição a situação das moradias, o abastecimento d'água, o apontamento de edifícios anti-higiênicos e outros; posteriormente, eram apontados os índices demográficos como: estatística de natalidade, mortalidade e nupcialidade; e por fim a situação patológica da cidade.¹⁷⁶

Sendo as geografias e topografias médicas Estabelecidas a partir desse formato, é de se ter em consideração que tais estudos são de fundamental importância para a compreensão do meio natural, das condições de higiene e saúde no espaço urbano, das características médico-patológicas e do processo de construção da cidade, a partir das considerações ratificadas pelo ideal médico-higienista do início do século XX.

“Como se higienizaria Natal” cumpria efetivamente esse papel, propondo medidas profiláticas, que tinham por fim transformar a cidade do Natal em um espaço urbano livre dos condicionantes patológicos.

Atento às discussões médicas do seu tempo, Januário Cicco, não mais defendia, categoricamente, a antiga teoria dos miasmas. Na contemporaneidade de Cicco, o novo discurso médico residia na teoria microbiana, não se acreditava mais que as doenças

¹⁷⁵ EDUARDO, A. R. B.; FERREIRA, A. L. de A. **As Topografias Médicas no Brasil do início do Século XX: aportes históricos ao estudo da relação meio ambiente e sociedade (o caso de Natal-RN)**. In: FERREIRA, A. L.; DANTA, G. **Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)**. p. 139.

¹⁷⁶ FERREIRA, A. L. de A.; EDUARDO, A. R. B.; DANTAS, A. C. de C. L. **Geografias e topografias médicas: os primeiros estudos da cidade concreta**, p. 87.

fossem, tão somente, causadas pelos gases miasmáticos, mas sim por microorganismos como bacilos, bactérias ou vírus. Ao analisar o livro “como se higienizaria Natal”, o urbanista Pedro de Lima diz que “por sua formação e por sua erudição, a teoria dos miasmas não faz nenhum sentido para Januário Cicco. Ao contrário, o autor enfatiza, ao longo do texto, a origem microbiótica e bacilar das doenças”¹⁷⁷.

No capítulo sobre a topografia de Natal e sua geografia médica, Cicco faz uma apresentação minuciosa sobre os bairros da cidade, as dificuldades sanitárias existentes bairro a bairro e propõe as resoluções para por fim a esses problemas. Dentre as questões mais problemáticas para a saúde pública em Natal, ele aponta: os alagamentos constantes na “Cidade Baixa”, ou seja, Ribeira e Rocas, as águas acumuladas nas lagoas, a região alagada do Baldo, a presença do cemitério no meio urbano, a contaminação do lençol freático, a presença do matadouro público muito próximo ao centro urbano e o destino do lixo.

Nas discussões sobre a necessidade da higienização de Natal, Januário Cicco busca, na medida em que tece comentários sobre as doenças que acometem a população natalense, realçar que essas doenças dependiam sim do clima da cidade e do seu ambiente físico-geográfico, mas, essencialmente, da proliferação de microorganismos. Em determinado momento, ele fala de “zoo-parasitismo”¹⁷⁸. Mais adiante, Cicco diz que “tendo em cada domicílio e nas cercanias da cidade, pequenos e grandes focos de larvas, não é para se extranhar que no próximo verão, depois do inverno que nos visita agora, a febre amarela resurja (...)”¹⁷⁹. Em outro momento, ele escreve “continuam nos arredores de Natal os maiores focos de mosquito; ninguém lhes deu remédio salvador (...) e nem à verminose”¹⁸⁰. A partir dessas falas, pode-se concluir que Januário Cicco, apesar de viver na provinciana cidade do Natal, estava, como foi dito, atento à sua contemporaneidade, no tocante ao discurso médico.

Convencido da teoria microbiana, bem como de que esses microorganismos se desenvolvem e se propagam, preferencialmente, em ambientes úmidos e na água, Januário Cicco propôs à administração pública municipal uma gama de intervenções que, na opinião dele, resultaria numa cidade mais sadia e melhor de se viver. Ao tratar das condições de alagamento do bairro da Ribeira e das Rocas durante o inverno, ele

¹⁷⁷ LIMA, Pedro de. **Saneamento e modernização em Natal**: Januário Cicco, 1920. p. 60

¹⁷⁸ CICCO, Januário. Op. Cit. p. 15.

¹⁷⁹ Idem, p.19.

¹⁸⁰ Idem, p. 21.

expunha que se via: “logo quanto é sem dificuldades o seu saneamento, bastando-lhe o aterro e o nivelamento com as proprias areias das collinas”¹⁸¹. Percebe-se aqui que, para Cicco, sanear essa área a qual denominava de Cidade Baixa, consistia, tão somente, construir galerias pluviais e aterrar, com a areia das dunas que as circundavam, todas as lagoas existentes naquela localidade, nivelando assim o terreno e proporcionando maior conforto e salubridade para a população daquela parte da cidade. Sobre a localização e os efeitos nocivos promovidos pelas lagoas, Cicco dizia o seguinte: “Natal tem collecções liquidas pelas suas cercanias, que não foram de nenhum modo beneficiadas”¹⁸². Mais uma vez, ele propõe o aterramento. Para Januário Cicco, o beneficiamento para as inúmeras lagoas existentes em todo o território e o entorno da cidade era o mesmo que foi proposto para as lagoas da “Cidade Baixa”, ou seja, aterrar com as areias que as circundam, tudo em nome da higiene e da salubridade. A região do Baldo, espaço espremido entre a Cidade Alta e o Alecrim, um antigo balneário da cidade, foi descrito por Januário Cicco como um dos lugares mais insalubres da capital potiguar, no entanto, diferentemente dos higienistas anteriores, ele não propôs o seu total arrasamento, mas sim:

Um pequeno trabalho de hydrographia sanitaria, estabelecendo uma galeria subterranea com a capacidade necessaria para conduzir essa agua aos terrenos do Oitizeiro e evitando a sua infiltração pelos mananciais visinhos, teria ainda o interesse de aterrar o Baldo, correndo as aguas pelo dreno subterrâneo, acabando deste modo fonte de tantas moléstias.¹⁸³

Mais adiante, Januário Cicco faz um breve relato sobre o mangue do rio Potengi, que se desenvolve ao término do córrego do Baldo, e, estabelecendo idêntico diagnóstico ao que é feito em relação às lagoas, propõe o mesmo receituário para o mangue, pois segundo ele “a mistura de agua doce à salgada do mangal que margina toda aquella parte da cidade presta-se admiravelmente à procriação de larvas de anophelinas, e d’ahi a indicação para se beneficiar aquella zona paludosa”¹⁸⁴

Apesar de, como já foi mencionado, Januário Cicco corroborar com o discurso médico do seu tempo, defendendo os novos pensamentos da ciência médica, realçando a importância dos microorganismos na propagação das doenças; quando são relatadas as medidas profiláticas que ele considerava necessárias para uma melhor salubridade na

¹⁸¹ Idem, p. 9.

¹⁸² Idem, p. 19.

¹⁸³ Idem, p. 32.

¹⁸⁴ CICCIO, Januário. Op. Cit. p. 32.

cidade, o que se percebe é que elas se assemelham àquelas que eram propostas pelos defensores das idéias da teoria dos miasmas.

Para o urbanista George Dantas

Embora a teoria miasmática tivesse refluído e sido praticamente desconsiderada com as pesquisas de Pasteur, a concepção mesológica perduraria no século XX (...) ou mesmo na topografia e geografia médica de Cicco. Atualizando os conhecimentos médico-sanitários por meio dos avanços da teoria microbiana, Cicco retomava essa concepção para compreender a insalubridade da cidade e da região, construindo uma relação estreita entre o ambiente urbano ou rural, as moléstias e os hábitos da população.¹⁸⁵

Essa fala de Dantas consegue expor de forma concisa uma realidade no que diz respeito às práticas médicas em Natal no início do século XX, quando, naquele momento, misturavam-se idéias, concepções e proposições no intuito de intervir na formatação de uma cidade mais saudável. Não que esse conjunto confuso, tal qual apresenta Dantas, representasse uma realidade de crise, como expõe no seu texto o urbanista, mas que pudesse sim representar um contexto de profusão de idéias que providenciavam um sem números de propostas no sentido de fazer da cidade do Natal a “cidade mais saudavel do Norte do Brazil”, como dizia Cicco. Nesse sentido, partindo dessa compreensão, cabe aqui destacar o que expõe a professora Lenina Lopes que, citando Pedro Nava, diz o seguinte: “as grandes idéias médicas não pertencem a este ou àquele século, não são sucessivas e sim coexistentes”¹⁸⁶.

A partir desse pensamento de Pedro Nava é possível compreender que, numa cidade como Natal do início do século XX, longe geográfica e mentalmente dos grandes centros europeus onde o pensamento e as práticas médicas se desenvolviam, a medicina seria tão somente o resultado de práticas e de idéias amalgamadas pelo tempo.

Em Natal, no início do século XX, as idéias médicas e as proposições dos profissionais da saúde pública se amalgamavam nesse contexto profuso de concepções no qual vivia a medicina, estabelecendo uma relação contrastante entre o pensamento científico e a materialização desse pensamento, com o intuito único de transformar a cidade num espaço permeado pela salubridade, em outras palavras, transformar Natal num lugar bom para se viver¹⁸⁷.

¹⁸⁵ DANTAS, George. **Crise urbana em Natal na virada para os anos 1920**: impasses da modernização e saberes técnicos, p. 79.

¹⁸⁶ SILVA, L.L. S. **Caminhos e bifurcações da formação médica**. p. 01

¹⁸⁷ Ver: VIANA, Helder do N. Op. Cit.

2 – Dois grandes problemas: o matadouro público e o depósito de lixo.

O matadouro público e o depósito de lixo e o cemitério eram equipamentos urbanos de grande necessidade em uma cidade que, como Natal do início do século XX, se pretendia em progresso, em desenvolvimento. Tais equipamentos cumpriam também a função de higienizar a totalidade do corpo urbano.

Como já vimos, a elite natalense do início do século XX se pretendia civilizada à moda dos europeus, por esse motivo, esses equipamentos foram incorporados à teia urbana, e, já no século XIX, passaram a ser construídos fora dos limites da cidade.

Essa idéia de construção de espaços considerados insalubres nos limites periféricos das cidades surgiu, segundo Michel Foucaut, no final do século XVIII, na França como uma proposta sócio-política que ele chamou de “medicina urbana”. Para Foucaut, a medicina urbana implantada em Paris no século XVIII tinha três grandes objetivos:

1º) analisar os lugares de acumulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos e endêmicos (...). 2º) a medicina urbana tem um novo objeto: o controle da circulação. Não da circulação dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar. 3º) outro grande objeto da medicina urbana é a organização do que chamarei distribuições e seqüências. Onde colocar os diferentes elementos necessários á vida comum da cidade? (...)¹⁸⁸

A partir da segunda metade do século XIX e, mais precisamente, no limiar do século XX, foi que o Estado através da Inspetoria de Higiene, os médicos e a elite letrada natalense assumiram, potencialmente, a necessidade de implantar na cidade algo semelhante ao que foi posto em prática em Paris no final do século XVIII, procurando construir e manter fora dos limites da cidade esses três equipamentos urbanos. No entanto, o lugar escolhido como adequado para a construção dos mesmos seria continuamente alvo de críticas, pois a sua localização ficava às margens do córrego do Baldo e do sítio “Oitizeiro”, onde se localizava a fonte de água da cidade.

O matadouro público era um dos equipamentos mais criticados, por causa da sua localização e devido à prática de descarte e do transporte da carne até o local de venda, considerada prejudicial à saúde.

¹⁸⁸ FOUCAUT, Michel. **Microfísica do poder**. p. 89.

Como vimos anteriormente, o médico Antonio China, em 1901, na sua carta dirigida à redação do jornal “A República”, falava da exigência feita pela Inspetoria de Higiene Estadual para que se fizesse a mudança do lugar da carnagem, pois a mesma era feita “sobre colonias de vermes, à margem do rio, sem cobertura que a abrigasse do sol e da chuva”. Na mesma carta, o médico apontava que o governo municipal havia mandado depositar nas imediações do matadouro, o lixo público, permitindo que a casa que servia de matadouro ficasse “prestes a ser sepultada pela imundície circumvisinha”. Percebe-se, a partir desse relato, que, apesar das recomendações sanitárias feitas pela Inspetoria de Higiene, o matadouro público municipal carecia de melhoramentos urgentes.

Em uma pequena nota de esclarecimento escrita no jornal “A República”, tratando sobre o destino dos detritos urbanos, o lugar onde se localizava o depósito de lixo foi, exposto como junto ao matadouro. A nota dizia o seguinte: “o lixo é todo transportado para o local designado pela Hygiene, junto ao Matadouro, onde se procede a sua incineração”¹⁸⁹.

Mesmo tendo ciência das críticas referentes à localização do abatedouro e das práticas insalubres no que diz respeito ao lidar com a carne, a fala do intendente, Joaquim Manoel Teixeira de Moura, ao apresentar o Relatório da Intendência aos seus sucessores no ano de 1905, era de que o matadouro público não era tão insalubre quanto se dizia. Nas palavras de Teixeira de Moura, tal equipamento, apesar de não ter mudado de lugar, questão, aliás, que o intendente julgava indispensável, havia “sido todavia, muito melhorado, quer interna, quer externamente”¹⁹⁰.

Não é bem o que se vê quando, quinze anos depois, o médico Januário Cicco escreve “Como se higienizaria Natal” e reforça, de forma mais contundente, as críticas feitas por Antonio China. Cicco dizia que um pouco além do Passo da Pátria havia,

O admiravel Matadouro de Natal, que é o mais sordido attentado à vida de uma população, o mais frisante attestado de abandono a que a autoridade sanitaria entrega a vida dos habitantes desta terra, permitindo dentro da cidade o Matadouro (...) tendo ao lado a esterqueira e o lixo de toda *urbs*, e onde se regala de podridão o *hygienista* daquela zona – o urubú.¹⁹¹

¹⁸⁹ O lixo. A República, 19 de abril de 1902.

¹⁹⁰ Relatório Apresentado pelo intendente Joaquim Manuel Teixeira de Moura à intendência da cidade do Natal eleita para o Triênio 1905-1907, em 01 de janeiro de 1905.

¹⁹¹ CICCO, Januário. Op. Cit. p. 29..

Apesar das inúmeras críticas sobre o matadouro, especialmente no que diz respeito à sua localização e a vizinhança com o depósito de lixo, não é perceptível nas mesmas um aceno no intuito de destruir tal equipamento, percebendo-se então que o mesmo era uma necessidade. No entanto, é feito, constantemente, o pedido da sua remoção para lugar o mais distante do centro da cidade, como fez Januário Cicco ao dizer que “afóra as innumeras medidas de hygiene collectiva (...) é ainda de inadiavel necessidade retirar para logar proprio o Matadouro”¹⁹²

No que diz respeito ao trabalho do matadouro público, um dos principais alvos de crítica era o manuseio da carne que posteriormente seria posta à venda para consumo, especialmente a forma como essa mercadoria era transportada do matadouro para os pontos de revenda.



Rua Dr. Barata (início do século XX) fonte: CD - Natal 400 anos
(data e autor não identificados)

O jornal “A República”, de 01 de abril de 1902, trazia um artigo cujo título era “transporte de carnes verdes”, nele o jornal denuncia que muitos comerciantes da Rua Doutor Barata, no bairro da Ribeira, uma das mais importantes ruas comerciais da cidade, estavam reclamando do “systema de se transportar para o mercado a carne das

¹⁹² Idem, p.30.

rezes abatidas na Ribeira, passando por aquella rua, em costas de burro, escorrendo sangue sem o menor amparo”¹⁹³ e continuam, segundo o articulista, a reclamar os comerciantes, afirmando que “além do espectáculo repugnante que isto causa aos moradores daquela rua, uma das de maior movimento desta cidade, accresce que os pingos de sangue sujam as calçadas e os produtos expostos nos mostradores da loja”¹⁹⁴ Por fim, o articulista do jornal sentencia: “o fiscal deve intervir, ou para prohibir a passagem da carne verde pelas ruas de grande movimento ou, o que seria melhor, para obrigar os marchantes a envolverem a carne em saccos de lona”¹⁹⁵

Percebe-se com esse texto que o transporte da carne era realizado, até então, sem uma grande fiscalização por parte dos órgãos públicos da higiene, e também a existência de práticas arcaicas no manuseio da carne e no transporte da mesma para os pontos de comercialização. No entanto, tais atos eram alvos de crítica tanto da população quanto da imprensa.

No dia 26 de abril de 1902, atendendo aos apelos que se faziam a respeito do manuseio e da condução da carne, a Intendência Municipal edita a seguinte resolução, sob o título “Condução de carne verde”:

De ordem do sr. Presidente da Intendencia municipal desta cidade, faço publico para sciencia e conhecimento dos donos de rezes abatidas para consumo publico nesta capital, que fica marcado o praso de quinze dias a contar da data deste, para se munirem de caixas apropriadas à condução de carnes verdes para o mercado público, conforme o modelo que se acha no posto municipal do referido mercado, sob pena de não o fazendo, será feito à custa dos mesmos donos, a razão de oito cento reis por cabeça, a condução das alludidas rezes.¹⁹⁶

No mês de julho do ano de 1902, a Intendência Municipal ratifica a resolução de abril, editando a Resolução 66, nela o poder público municipal reconhecia que: “o modo pelo qual se está fazendo a condução de carnes verdes do matadouro publico para o ‘mercado’ é prejudicial à saúde publica e contra prescripções da hygiene”¹⁹⁷. Nessa resolução, a Intendência obrigava aos marchantes a transportar a carne do matadouro para o mercado em carroças apropriadas para esse transporte, o não cumprimento da resolução acarretaria em uma pesada multa de (1\$000) mil reis por rês apreendida.

¹⁹³ Transporte de carne verde. A República 01 de abril de 1902.

¹⁹⁴ Idem

¹⁹⁵ Idem

¹⁹⁶ Condução de carne verde. A República, 28 de abril de 1902.

¹⁹⁷ Intendência Municipal - Resolução 66. A República, 01 de agosto de 1902.

Mesmo havendo uma resolução tratando do manuseio, do transporte e da comercialização da carne, datada de abril de 1902, que previa multas e sanções àqueles que descumprissem o estatuto legal, percebe-se que, com o correr do tempo, poucas mudanças são introduzidas no lidar com a carne na cidade de Natal.

No ano de 1920, uma pequena nota trata do assunto, e expõe:

O sr dr Calistrato Carrilho, inspector de hygiene, officiou hoje ao sr presidente da Intendencia Municipal pedindo providencias no sentido de ser a carne verde destinada ao consumo publico transportada em vehiculos appropriados e não em costas de animais, como está acontecendo¹⁹⁸.

A nota retrata bem a continuidade das práticas pouco higiênicas no lidar com o transporte da carne destinada ao consumo da população da cidade, no entanto é importante registrar que, nesse momento, a denúncia parte do inspetor de hygiene, Calistrato Carrilho, que, no sentido de procurar desenvolver a sua função, exige por parte do poder municipal uma maior fiscalização sobre o transporte do produto.

Januário Cicco também retrata a situação da falta de cuidados higiênicos no trato com a carne. Segundo ele Não deveria

ficar esquecido o modo por que se faz o transporte da carne verde do Matadouro ao Mercado, que é levado em costas de animaes, exposta às poeiras, às moscas e ao nosso olhar de condemnados à tolerancia criminosa da nossa Edilidade, permitindo tão feio espectaculo, attentatorio tembem à nossa saúde¹⁹⁹.

O problema do matadouro público aliado às práticas arcaicas de manuseio da carne foi durante aqueles primeiros anos do século XX uma preocupação constante, sem, no entanto obter uma resposta satisfatória por parte do poder público, que preocupado muito mais com as questões do desenvolvimento econômico e com o desenvolvimento material, não efetivou uma política pública no sentido de evitar um espetáculo atentatório à saúde pública, como dizia Januário Cicco, mas também atentatório ao estado de civilidade tão enaltecido pela elite burguesa natalense àquela época.

O lugar do lixo, tal qual seria o lugar do matadouro público, deveria ser fora da cidade como determinavam as regras da hygiene. Em Natal, o depósito de lixo foi

¹⁹⁸ Várias. A República, 30 de janeiro de 1920

¹⁹⁹ CICCO, Januário. Op.cit. p. 30

efetivamente posto nos limites considerados como externo ao limite urbano, no entanto, como vimos, seguindo essa mesma idéia de que esses equipamentos deveriam ser postos na periferia da cidade, o depósito de lixo foi colocado ao lado do matadouro público, próximos ao cemitério que era nas vizinhanças do reservatório de água da cidade.

Veremos adiante que a preocupação com a produção de lixo na cidade tomou, em determinados momentos, um vulto de extrema importância, tornando-se um dos temas preferidos nas crônicas jornalísticas e nas colunas de opinião e de pedidos veiculados pelos principais órgãos de imprensa de Natal.

“Providencias”, esse é título de um artigo jornalístico, em que se pedia ao poder público uma maior atenção na prestação do serviço de coleta de lixo da cidade a fim de que a saúde da população fosse preservada. Na nota, o articulista denunciava a existência de “um grande despejo de lixo, constante de detritos vegetaes depositados no angulo do muro da residencia do Dr. Samuel Agnew, superintendente da Estrada de ferro”²⁰⁰. Afirmava ainda que faziam três ou quatro dias que naquela mesma coluna havia sido solicitada da Intendência uma “boa atenção para o que diz respeito ao mister do asseio das ruas da cidade”²⁰¹. Por fim, o articulista reclamava providências para o fato denunciado e reiterava a confiança em ser atendido, pois a seu ver o problema denunciado tratava-se “de um abuso, o qual, punivel em condições normaes da saúde publica, torna-se mais carecedor de repressão no nosso actual estado sanitario”²⁰². Afirmava ainda que nesses assuntos de asseio e de limpeza pública o menor descuido “constitue falta imperdoável, pois dahi pode resultar consequencias lamentáveis, e as vezes irremediaveis para a população, principalmente para as classes mais pobres que teem mais exposta a saúde à invasão das enfermidades, à mingua de conforto e hygiene”²⁰³.

A coleta do lixo e o asseio das ruas da cidade, pelas críticas que eram feitas na imprensa, eram atividades que deixavam sempre a desejar, sendo, vez por outra, tecidas pesadas críticas à empresa contratada para tais serviços.

Em detrimento de uma possível epidemia de peste bubônica, que ocorria em Recife e poderia vir a ocorrer em Natal, essa discussão em torno do problema do lixo tornou-se ainda mais fecunda.

²⁰⁰ Providências. A República, 02 de maio de 1901.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem.

Uma pequena nota de título “Limpeza pública” dizia que os moradores do trecho da Rua Visconde do Rio Branco, além do beco de S. Antonio queixavam-se, “que ha perto de um mez não passa por alli a carroça da limpeza publica”²⁰⁴

Numa outra oportunidade, a denúncia era taxativa: “a nossa capital está immunda”. Assim começa o texto que carrega como título “o lixo”, constatando que a cidade estava muito suja. Nele, o denunciante dizia que esse era “o qualificativo que cabe, em vista dos montões de lixo que se accumulam até nas ruas de maior circulação”²⁰⁵.

A crítica em relação à questão do lixo, que é uma constante, nesse momento de iminência da invasão de uma epidemia de peste bubônica, tornou-se além de necessária, crucial. De forma radical, o articulista sentencia: “esperar pelo serviço de limpeza pública para a remoção do lixo é uma utopia”²⁰⁶, explicando que é perigoso amontoar o lixo em um único lugar, o que possibilitava, dessa forma a formação de “um perigoso foco de infecção”. Para por fim aos amontoados de lixo pela cidade o articulista propunha então a incineração dos detritos no próprio local em que estão acumulados e, para que houvesse uma efetiva desinfecção, receitou a adição no ato da queima do lixo de um pouco de alcatrão.

No dia 09 de abril, depois de noticiar que o governador do estado, Alberto Maranhão, havia mandado por à disposição das autoridades encarregadas do serviço de limpeza da cidade “varios animaes próprios para o transporte do lixo”, o jornal “A República” continuou a denunciar os acúmulos de lixo em diversos lugares da cidade. Segundo o jornalista, “na ladeira do Passo da Patria, existe grande quantidade de lixo”, e as denúncias prosseguiram: “ao lado da caixa d’água na antiga rua dos Tocos, existe, num quintal da viuva do finado capm. Manoel Anastacio, um deposito de lixo e materiaes fecaes, que é uma verdadeira ameaça à salubridade publica”²⁰⁷. Uma outra denúncia fazia referência à existência de lixo acumulado próximo ao quartel do “contingente 27” e expõe: “num terreno devoluto (...), no becco, entre as ruas Visconde do Rio Branco e a rua dos tocos, ao lado da chacara do dr. Calistrato, existe uma grande quantidade de lixo”²⁰⁸.

²⁰⁴ Limpeza pública. A República, 05 de abril de 1902.

²⁰⁵ O lixo. A República 07 de abril de 1902.

²⁰⁶ Idem

²⁰⁷ Limpeza pública. A República 09 de abril de 1902.

²⁰⁸ Idem

Vê-se com essas notícias que a cidade realmente tinha um serviço de limpeza pública deficitária, havendo lixo acumulado por toda parte da cidade, inclusive num bairro aristocrático como era a Cidade Alta.

As denúncias sobre os amontoados de lixo eram cotidianas.

Voltando a tratar da questão do lixo na cidade, um dia depois de revelar os lugares de amontoamentos, procurando não somente fazer a denúncia, mas também colaborar com o serviço de limpeza pública, fez-se novamente o apontamento dos lugares onde existiam os maiores acúmulos de detritos, em especial nas ruas da Cidade Alta. E então a folha diurna se propôs, “no sentido de auxiliar as auctoridades sanitarias e o encarregamento da limpeza publica para ver si se consegue desembaraçar esta capital dos montões de lixo que ameaçam a salubridade publica”²⁰⁹, a destacar “dois dos mais ativos repporters para procederam a um inquérito minucioso sobre a limpeza pública desta cidade”²¹⁰. Dito isto, o jornal começou a notificar os lugares onde o lixo estava amontado: muito lixo próximo à caixa d’água, entulho na rua do Sarmento, entulho na rua 21 de julho contendo até galinhas mortas, na rua do meio que houvera sido limpa a dois dias havia vários montões de lixo, num beco ao lado da rua 21 de julho tem acumulado grande porção de lixo, ao lado da rua 21 de março existe um entulho de lixo e lama podre, ainda na 21 de março existe um grande monturo, entre a rua da Palha e a rua Nova existe um montão de lixo, no extremo sul da rua coronel Bonifácio há um grande depósito de lixo, está completamente imunda a rua que fica atrás da Salgadeira, a rua Presidente Passos tem grande quantidade de lixo, na rua Padre Pinto ao lado sul existe um grande cisqueiro²¹¹.

Além de indicar os lugares onde existia lixo, os repórteres também notificaram os lugares que estavam asseados dentre os quais foram destacados: a rua da salgadeira, o largo 11 de julho atrás da cadeia, o largo do quartel do 27, em frente ao Hospital da Caridade .

Com essa descrição, percebe-se que o problema da coleta do lixo era realmente muito grande, especialmente nas ruas do bairro da Cidade Alta. No entanto, é de se constatar que o “inquérito minucioso” feito pelos “ativos repórteres” “d’A República” foi realizado tão somente nas ruas daquele bairro, não existe nenhuma indicação de que os tais repórteres autores do tal inquérito tenham minuciosamente realizado averiguação

²⁰⁹ Limpeza pública. A República 10 de abril de 1902.

²¹⁰ Idem

²¹¹ Limpeza pública. A República, 10 de abril de 1902.

alguma em outros bairros, especialmente naqueles bairros periféricos ou, como chamava Cascudo, nos “bairros exteriores”²¹².

As críticas proferidas pelo jornal “A República” tiveram também o intento de culminar com a afirmação de que os poderes públicos estavam fazendo a sua parte para impedir a entrada da peste bubônica na cidade do Natal.

No dia 11 de abril, voltando a tratar mais uma vez do problema do lixo, o jornal traz um artigo cujo título é igual ao do dia anterior “Limpeza publica”, aliás, essas duas palavras conjuntamente foram repetidas muitas vezes em diversos artigos do jornal, tanto para fazer denúncias quanto para anunciar as medidas tomadas pelos poderes públicos. Como vimos, o artigo homônimo do dia anterior tratava de fazer muitas denúncias sobre o estado de asseio no qual se encontrava as ruas da cidade. No entanto, o contexto do texto escrito neste dia, apesar do título ser o mesmo, era o de avaliar o trabalho realizado pelos órgãos responsáveis pela limpeza pública. Logo no começo do texto, o articulista afirmava que prosseguiam “com toda a actividade, por parte das autoridades estaduais e municipais, os trabalhos de limpeza publica desta capital, de modo que, dentro em pouco vel-a-emos asseada e livre do lixo que ameaçava a salubridade pública”²¹³. Continuando a dar o abono às atividades desenvolvidas pelos poderes públicos, o articulista dizia: “foi desde ontem, duplicado o pessoal encarregado da limpeza publica”²¹⁴, Expõe que o presidente da Intendência, o coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura, houvera ordenado a queima de todos os montes de lixo e que antes da incineração fosse lançado nos mesmos um pouco de piche, diz ainda que o governador do estado havia autorizado “o dr. Antonio China e Francisco Cascudo a empregarem mais uma ou duas turmas de trabalhadores no serviço de incineração do lixo e remoção de entulhos no bairro da Ribeira”²¹⁵.

Segundo o articulista, as medidas mais intimidadoras ficaram a cargo da Inspeção de Higiene.

Dizia o artigo que depois de visitar os edifícios da estrada de ferro, a fábrica de tecidos, a fábrica de cigarros Vianna & Lyra, a fábrica de cigarros de Horácio Sales, o Hotel Viterbino, o Hotel Commercial, o Restaurante Internacional e as tipografias dos jornais “A República” e a “Gazeta do Comercio”, ficou atestado de que esses estabelecimentos se achavam em regulares condições de higiene.

²¹² Cascudo, Luis da Câmara. **História da cidade do Natal**, p. 245

²¹³ Limpeza pública. A República 11 de abril de 1902.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Idem.

Apesar da fábrica de cigarros de Vianna & Lyra ser atestada em condições regulares de higiene, o inspetor de higiene, médico Segundo Wanderley, “intimou os proprietários (...) a retirarem o torrador de fumo existente à rua Senador José Bonifácio”²¹⁶, bem como intimou “o sr. Hermógenes Medeiros afim de retirar o matadouro e salgadeira existentes no fim da rua Santo Amaro, do bairro da Ribeira”²¹⁷.

No mesmo dia, ao mesmo tempo em que avalizava as atividades desenvolvidas pelos poderes estadual e municipal no intuito de evitar a entrada da Peste bubônica na cidade, o jornal, mais uma vez teceu críticas à empresa contratada para o serviço de limpeza pública. Dizia, na ocasião, em uma pequena nota, que era de conhecimento que no portão da casa senhor Manuel Coelho, inspetor da alfândega, tinha uma grande quantidade de lixo e que, segundo um informante, esta havia sido depositado ali pelos próprios empregados da empresa. Desta feita, o jornal mandou um recado para o dono da empresa de limpeza, Joaquim Lustoza, “mandar retirar, já e já, não se esquecendo de observar aos seus empregados que isto é uma brincadeira de muito máo gosto!”²¹⁸

Na confirmação de que o governador estava trabalhando com afinco, no intuito de preservar a cidade do Natal do problema existente em Recife, a peste bubônica, o jornalista continua expondo que o governador “acompanhado do presidente do governo municipal, percorreu toda a cidade, examinando e fiscalizando os trabalhos da limpeza pública”²¹⁹.

Depois de ratificar a disposição dos gestores públicos, que iam *in loco* verificar e fiscalizar os trabalhos de limpeza da cidade, a folha diurna apontou outros infratores e inimigos da limpeza pública em Natal, além do concessionário do serviço de limpeza, asseio e conservação da cidade e seus funcionários. Dessa vez, o jornal indicou a população como vilã, nas palavras do articulista tem-se “notado o abuso de certos proprietários e moradores, que, ainda bem não se termina a limpeza de uma rua ou praça, tratam logo de acumular o lixo na via publica”²²⁰.

Respondendo a uma matéria publicada no jornal de oposição, o “Diário do Natal”, em que era afirmado estar sendo o lixo incinerado em terrenos devolutos, em qualquer lugar da cidade, o jornal “A República” deu voz a Raymundo Filgueira, fiscal da Cidade Alta, que disse não ser exato o texto publicado na folha oposicionista, pois, segundo ele,

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ O lixo. A República 11 de abril de 1902.

²¹⁹ Limpeza pública. A República 14 de abril de 1902.

²²⁰ Idem.

o lixo era “todo transportado para o local designado pela Hygiene”²²¹ e lá era feita a incineração. Ainda segundo Filgueira, “nos terrenos devolutos o fiscal manda queimar somente algumas folhas seccas e papeis velhos e isto mesmo depois de convenientemente misturados com pixe”²²².

A resposta dada pelo funcionário público teve, no mínimo, um pouco de esquecimento, pois, como vimos em um artigo escrito dias antes pelos atuantes repórteres da folha situacionista, era afirmado que o intendente havia ordenado a queima de todos os montes de lixo, o que dá para pressupor que tais montes iriam ser incinerados no lugar em que estivessem, sem a necessidade do transporte para o depósito de lixo, bem de que os tais montes de lixo não era somente formado por folhas secas e papeis velhos.

Ainda sob o temor da chegada da peste bubônica em Natal, o jornal “A República” dizia ter recebido uma carta, na qual eram feitas diversas críticas à empresa encarregada do serviço de coleta de lixo e ao serviço por essa empresa coordenado. Segundo o suposto denunciante, “é estranhavel, (...), que na imminencia da invasão desta capital pela peste bubônica (...) a boa vontade manifestada pelo governador do Estado de asseiar a capital não seja secundada pelas pessoas mais directamente interessadas nesse serviço.”²²³

Para o suposto leitor, o problema da coleta do lixo, especialmente na Cidade Alta, era exatamente a falta da coleta, e, saindo em defesa do governo do Estado, dizia que: “quando se começou a fazer a limpeza das ruas, allegando o contractante da limpeza publica que não podia dar conta da remoção do lixo, o Estado foi em seu auxilio”²²⁴. No entanto, ainda segundo o suposto denunciante, depois de receber a colaboração por parte do poder público estadual “parece que o contractante entendeu que não tinha mais obrigação de remover lixo por sua conta, tanto que ha muitos dias não transita mais uma só carroça pela Cidade Alta, onde o lixo vive exposto nas calçadas, decompondo-se ao sol e à chuva”²²⁵.

O leitor reforçava ainda mais a idéia de que o serviço de limpeza da cidade era realmente de má qualidade, quando fazia referência aos funcionários da empresa, que, segundo ele, eram “malcreados” e mesmo quando passavam pelas ruas para efetuar o

²²¹ A República, 19 de abril de 1902

²²² Idem.

²²³ O lixo. A República, 01 de maio de 1902

²²⁴ Idem

²²⁵ Idem

serviço de coleta do lixo, chegavam às portas “com os caixões seccos, respondendo com máos modos às reclamações que lhes são dirigidas”²²⁶.

Por fim, sem meias palavras, ao interpretar a fala de Joaquim Lustoza “que de outro modo não pode fazer o serviço”, o suposto escritor da carta para a redação “d’A República” pedia a rescisão do contrato, pois, segundo ele, “na actual emergência, a defesa sanitaria de uma capital não pode estar à mercê das conveniencias de um só individuo”²²⁷.

Dias depois, uma pequena nota que mais uma vez tratava da questão do lixo, sendo dessa vez assinada, não por uma pessoa somente, mas por várias pessoas, que assinavam como “muitos prejudicados”, apesar de curta, procurava ratificar a denúncia feita no dia 01 de maio, expondo que “desde o dia 25 de abril ultimo que os conductores do lixo não fazem a arrecadação nas casas das ruas Visconde de Rio Branco e 21 de março e quando acontece por alli passarem, não fazem causa dos chamados dos creados, e seguem resmungando malcreações”²²⁸. Reforçando, em tese, que o maior problema da limpeza pública era o contrato com a empresa de Joaquim Lustoza.

Apesar dos governos afirmarem, cotidianamente, que estavam trabalhando numa perspectiva de tornar a cidade a cada dia melhorada, avançada, desenvolvida, mesmo com os discursos de progresso, desenvolvimento e melhoramentos, a problemática do lixo continuou sendo palpável, exigindo medidas eficazes que pusessem fim à mesma.

Em dezembro de 1903, uma nota no jornal “A República” relembra a existência do problema dizendo que havia alguns dias que a carroça de coleta de lixo não passava pela Ribeira, estando o cisco a apodrecer em frente às portas, termina por dizer uma frase que poderia ser interpretada como emblemática quando o assunto era limpeza pública em Natal: “e é assim que se faz a limpeza publica”²²⁹.

O relatório da Intendência Municipal do ano de 1905, ao tratar sobre a remoção do lixo para o forno de incineração, reconhecia que este serviço deixava muito a desejar, que somente com um avultado dispêndio poderia ser regularizado e que se achava somente circunscrito a apenas um número limitado de ruas, aquelas consideradas como de maior importância. Visto que esta fala não é de uma pessoa que estava a denunciar um serviço público deficiente, mas do intendente do município, a pessoa responsável pelo bom andamento dos serviços públicos da cidade, a conclusão a que se pode chegar

²²⁶ Idem

²²⁷ Idem

²²⁸ Lixo. A República, 07 de maio de 1902.

²²⁹ Lixo. A República, 10 de dezembro de 1903.

é a de que a problemática referente à limpeza pública em Natal, pelo nos primeiros anos do século XX, era simplesmente caótica e de uma difícil resolução.

O relatório do intendente tornou-se ainda mais reforçado com outra denúncia publicada dias depois, na qual se escrevia que estava “sendo pessimamente feita a limpeza publica d’esta cidade”²³⁰.

No ano de 1910, o governo do estado apontava para uma solução que, segundo se entendia, seria definitiva, pois havia uma determinação do governador Alberto Maranhão de que, a partir do dia primeiro de outubro, a limpeza pública seria de responsabilidade da Inspetoria de Higiene Pública, sendo o responsável direto pelo serviço o inspetor de higiene Calistrato Carrilho, que

Superintenderá pessoalmente todo o serviço em quanto não começar a funcionar a empresa de melhoramentos dos srs. Velle Miranda & Domingos Barros na seção referente à remoção e destruição do lixo da cidade²³¹.

Em 1920, a coluna “varias” do jornal “A República”, espaço que tratava de variados assuntos, trazia uma nota sobre um amontoado de entulho na Rua São Tomé, no bairro da Cidade Alta. O denunciante expõe que “na rua S. Thomé existe ha dias um entulho que já devia ter sido removido para o forno de incineração. Para o caso pedem-nos chamarmos a atenção da E. Força e Luz”²³².

Em outra nota, era chamada a atenção da inspetoria de higiene sobre o caso de um amontoado de lixo em uma travessa no bairro da Ribeira, diz o texto:

Pedem-nos chamarmos a atenção do sr dr inspetor de hygiene para o estado de immundicie em que se encontra a Travessa Venezuela no bairro da Ribeira, onde alguns comerciantes deitam taboas velhas, capim, cascas de fructas, latas velhas e caixas com lixo, além de aguas servidas, deixando aquelle trecho quasi intransitavel. A hygiene deve fazer cessar esse grande abuso em beneficio geral.²³³

Ao que se percebe, o problema da limpeza pública ainda não havia tido uma solução definitiva, mesmo com o inspetor Calistrato Carrilho superintendendo pessoalmente e recomendando a intensificação do serviço de limpeza na cidade, como

²³⁰ Limpesa publica. A República, 22 de maio de 1905.

²³¹ Varias. A República 30 de setembro de 1910.

²³² Varias. A República 16 de janeiro de 1920.

²³³ Varias. A República 27 de março de 1920.

mostra uma nota datada de fevereiro de 1920²³⁴. Eram ainda muito constantes as críticas à empresa concessionária dos serviços de limpeza e asseio de Natal.

Januário Cicco dizia que em Natal era realizada “uma falsa limpeza que se faz nas principais ruas e praças”²³⁵. Podendo-se, com essa fala, compreender que os bairros populares, mais afastados do centro da cidade, não tinham acesso ao serviço de limpeza pública.

A fala do doutor Cicco é pontual em torno da discussão sobre a questão da limpeza pública na cidade do Natal. Ela aponta para certa inconstância no que diz respeito a esse serviço, e, ao reler-se o relatório de Intendência Municipal apresentado em 1905, o que se percebe é que, naquela época em Natal, realmente se fazia “uma falsa limpeza”.

3 – O medo das epidemias: a peste e a varíola.

Ao longo do processo histórico da humanidade, muitas sociedades se construíram com base em dicotomias que a dividiam, bipartindo-as, estabelecendo relações entre seres ou estados antagônicos. Tais dicotomias estavam sempre relacionadas à noção de bem e mal ou de bom e mau, de forma que essas sociedades pautavam o seu fazer social, calcando as suas decisões a partir desses princípios.

Uma dessas dicotomias é o entendimento em torno do binômio Saúde e doença. O historiador Roberto de Andrade Martins, no livro *Contágio*, indica que, nas primeiras sociedades, os cuidados com a doença se misturavam com as práticas míticas religiosas, tanto no sentido da busca da cura quanto na compreensão sobre o fenômeno da doença. Explica que nessas sociedades existia uma relação imbricada entre religião e estado de saúde, bem como de que deuses e deusas influenciavam tudo o que dizia respeito às questões de salubridade do corpo social ou do corpo do indivíduo.

Parafraseando o historiador Roy Porter, pode-se dizer que a guerra entre a doença e os homens, travada no campo de batalha da carne, tem começo e meio, mas não tem fim. Uma guerra em que, nos campos de batalha, misturam-se conhecimentos científicos, conhecimentos empíricos e, ainda nos dias atuais, crenças sobrenaturais ou soluções espirituais, buscadas, geralmente, quando o tratamento médico se mostra

²³⁴ Pela higiene. A República 14 de fevereiro de 1920.

²³⁵ CICCO, Januário. Op.cit. p. 21

ineficiente, ou ainda, quando o profissional médico não consegue estipular um diagnóstico preciso sobre a doença que acometera o indivíduo.

Em Natal, no início do século XX, esse conflito entre o homem e a doença era travado cotidianamente, mesmo quando a guerra era tão somente uma promessa.

No mês de abril de 1902, a cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, vivenciou um surto de peste bubônica. À época, a capital pernambucana era a principal praça comercial com a qual os comerciantes de Natal faziam negócios, essa aproximação entre as duas cidades fez surgir em Natal um grande pavor de que a cidade fosse acometida com o mesmo problema.

A imprensa, o Governo estadual e a Intendência municipal se mobilizaram a fim de impedir que a peste fecundasse e se proliferasse em terras natalenses, procurando, ao mesmo tempo, acalmar a população e incitar o exercício máximo das mais elementares técnicas de higiene e de asseio.

“A República” de 02 de abril de 1902, num artigo intitulado “Peste Bubonica”, trouxe a notícia de que estava confirmada a existência do mal na cidade do Recife, que a epidemia tinha um caráter benigno e que, devido aos recursos que a ciência dispunha àquela época e as providências tomadas pelos governos federal e local, a peste deveria ficar circunscrita àquela localidade. No entanto, era necessário recobrar os cuidados.

Segundo o artigo, “a peste bubonica é a epidemia mais fácil de combater, porque se o faz proficuamente com a limpeza e a hygiene”²³⁶. Com esse receituário simples, o articulista do jornal explica que mesmo na iminência da invasão da peste em Natal, a população deveria manter a calma, e reforçava que cada um, individualmente, devia “premunir-se por meio da hygiene na sua habitação, hygiene no corpo e hygiene na alimentação”²³⁷. Por fim, declara o jornal que dará “o devido interesse a esse assumpto, (...) publicando os conselhos higienicos e medidas prophylaticas que nos parecem de resultados praticos”²³⁸.

Um dia depois de detectada a presença da doença no Recife, foram anunciadas as primeiras providências tomadas por Alberto Maranhão, então governador do estado, a fim de evitar a chegada da peste bubônica à Natal.

Na seção de telegramas d’A República do dia 04 de abril, foi notificado que os parlamentares norte-riograndenses haviam negociado com o diretor de saúde do

²³⁶ A peste bubonica. A República 02 de abril de 1902.

²³⁷ Idem

²³⁸ Idem

governo federal, o Dr. Nuno Andrade, conseguindo a tomada de algumas medidas que tinham a finalidade de evitar a proliferação da peste bubônica iniciada em Recife. A mais importante dessas medidas foi a proibição da saída de embarcações do porto da cidade do Recife com destino a outros portos até que o serviço sanitário pudesse se organizar para impedir que a doença chegasse em outras localidades. Na mesma seção, era noticiado que o Dr. Andrade enviaria para o Rio Grande do Norte vacina, soro curativo e seringa, enviando também as instruções de uso desse material. Por fim, o jornal dizia que o diretor de saúde do governo federal estava trabalhando com o intuito de impedir que a peste bubônica penetrasse em outros estados da federação.

Naquele mesmo dia, foram anunciadas outras medidas tomadas pelo poder público estadual e municipal, dentre as quais a de que o inspetor de higiene mandaria, “auxiliado pela polícia e pela Intendencia, proceder ao mais rigoroso asseio da cidade e à extinção dos ratos, e fará visitas diárias aos domicílios e estabelecimentos públicos, proibindo o uso de fructas e mais generos de má qualidade”²³⁹; e outras, quais sejam: “a nomeação de delegados de hygiene e saúde do porto”²⁴⁰; “fazer a desinfecção de passageiros, correspondencia, roupa e bagagem em galpão especial à margem esquerda do rio”²⁴¹; e submeter “os passageiros à observação de nove dias na fortaleza dos Reis Magos”²⁴². Foi noticiado também que o médico Antonio China havia sido comissionado pelo governo do estado para, juntamente com o segundo delegado da capital, Francisco Cascudo, “proceder à limpeza e desinfecção das casas particulares e estabelecimentos comerciais do bairro da Ribeira, ordenando a remoção de qualquer objeto ou mercadoria que se possa prestar a foco de infecção”²⁴³.

No mesmo jornal, lê-se uma pequena nota com o título “limpesa das ruas”, versando sobre a atuação das autoridades públicas que, em auxilio à Inspetoria de Higiene, deveriam cuidar do asseio da cidade.

Na nota é exposto que o

Coronel Joaquim Manoel, presidente da Intendencia, e o major Joaquim Soares, delegado de polícia da Cidade Alta, percorreram hoje, pela manhan, diversas ruas da capital, matadouro, baldo e fontes públicas, em observação, e tomaram em seguida sérias providencias para se proceder rigorosas limpesas em todas as ruas da capital²⁴⁴

²³⁹ Peste bubonica – as providencias. A República 04 de abril de 1902.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Idem.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Limpesa das ruas. A República 04 de abril de 1902

O primeiro caso de atuação das autoridades de higiene com o afincio de deter a chegada da peste bubônica em Natal foi a detenção de um comerciante da cidade de Macaiba, cujo nome era Barbalho. Segundo a nota do jornal,

S. exa. o governador do estado, tendo sciencia de que vinha hoje do Recife, pela estrada de ferro, o tenente-coronel Barbalho, negociante de Macayba, mandou o dr. Segundo Wanderley, acompanhado do capm. Lustosa e seis praças esperal-o no Refoles, onde foi intimado a recolher-se à Fortaleza dos Reis Magos, afim de purgar a quarentena...²⁴⁵

Apesar de, num primeiro momento, procurar evitar o pânico, no artigo em que eram noticiadas as medidas tomadas pelos poderes públicos para evitar a entrada da peste bubônica na cidade, era trazida também a notícia de que as correspondências vindas do Recife não estavam sendo submetidas à desinfecção, terminava o jornalista por afirmar que “a medida de desinfecção da correspondencia no correio deve ser rigorosamente observada, porque os jornais são um excelente vehiculo de microbios.”²⁴⁶

Os casos de peste bubônica ocorridos no Recife provocaram o surgimento de propagandas comerciais de produtos de limpeza nos órgãos de imprensa da cidade. Em uma delas, cujo título era “Contra a Peste Bubonica”, lê-se: “Contra a peste bubonica vende o ‘Novo Seculo’ excelentes sabonetes, como sejam: sabonetes de accido phenico, ditos de creolina, ditos de thimo borico, ditos de accido borico, ditos de alcatrão, ditos de glycerina, etc”²⁴⁷. A propaganda do armazém Novo Século, uma das instituições comerciais mais benquistas da cidade, culminava, como é comum nas propagandas comerciais, de forma suficientemente apelativa com um importante aviso: “Às mães de família, que são as únicas pessoas competentes para a desinfecção sua e de seus filhos, só devem banhar a si e a seus filhos com estes sabonetes, pois são poderosos desinfectantes”²⁴⁸.

Como vimos, uma das primeiras atitudes da imprensa foi procurar acalmar a população, no entanto é perceptível o temor por parte da sociedade natalense, bem como a relação contraditória como a imprensa tratou o tema.

No dia 05 de abril, um articulista de codinome “Z” escrevendo sobre a peste bubônica dizia que: “o aparecimento, no Recife, da peste indiana, causando victimas,

²⁴⁵ Peste bubonica – as providencias. A República 04 de abril de 1902.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Contra a peste bubônica. A República 04 de abril de 1902.

²⁴⁸ Idem.

trouxe à população desta capital fundados receios”²⁴⁹, depois de considerar as medidas tomadas pelos poderes públicos e denominá-las de “acção prompta e energica”, aconselha o seguinte: “não se deixem tomar pelo terror, o peor conselheiro em taes emergencias. Calma e sobretudo muito asseio são os meios que a sciencia recommenda como preventivos à invasão do mal”.²⁵⁰

O jornalista de codinome “Lulu Capeta”, responsável por uma seção do jornal “A República”, que fazia comentários de forma jocosa com os vários fatos ocorridos na cidade e que sempre terminava o seu texto em forma de uma quadra versificada, ao se dedicar a escrever sobre a peste bubônica terminava com os seguintes versos: “Limpeza sim, mas limpeza/E muita desinfecção/São precisas, com certeza/Na presente ocasião”²⁵¹

No sentido de procurar expor que o governo federal também se preocupava com a proliferação da peste bubônica no Recife, bem como o possível alastramento do problema em outras localidades, o editorial do jornal “A República”, de 08 de maio, tratou sobre as instruções que a Diretoria de Saúde Pública do Governo Federal enviara para o governador do Estado, a fim de que fosse evitada a entrada da peste bubônica no Rio Grande do Norte.

Caso a doença já tivesse acometido algum indivíduo, a Diretoria de Saúde também indicava instruções profiláticas que evitassem a propagação da mesma.

As instruções ditadas pelo diretor de saúde o médico Nuno Andrade, e enaltecidas pelo editorial “d’A República”, eram divididas em três fases: o preparo da resistência urbana, a resistência da população, e no caso de invasão.

Segundo o Dr. Nunes Andrade, “cidade resistente, sanitariamente, é aquela que o germen das molestias infecciosas não encontra condições favoraveis de vida”.²⁵² Para o Dr. Andrade, para saber se uma cidade tem uma boa resistência urbana os fatores indicados são: o estado de asseio das “superfícies livres”, ou seja, das ruas, praças e caminhos; bem como o estado das “superfícies reclusas”, ou seja, das casas, pátios, etc.

Para o diretor de saúde do governo federal, “a condição primaria da resistencia é o asseio. Em uma superficie perfeitamente limpa, o germen não encontra alimento e morre por inanição”²⁵³.

²⁴⁹ Notas da semana. A República 05 de abril de 1902.

²⁵⁰ Idem

²⁵¹ A bubonica. A República 05 de abril de 1902.

²⁵² A peste bubonica. A República 08 de maio de 1902.

²⁵³ Idem

“Outra condição fundamental de resistencia urbana é a *ausencia de ratos*. Estes animaes infeccionam-se facilmente e transportam a molestia por toda a parte”²⁵⁴.

Depois de deixar claro que a presença do rato é fator fundamental para a existência de uma epidemia de peste bubônica, Nuno Andrade explicava que ainda não se conseguiu meio prático de extingui-los numa cidade, mas era importante notificar que “os ratos não transmittem a molestia ao homem nem dentro dos canaes em que vivem, nem nas superficies das ruas; mas sim dentro das casas em que o homem habita”²⁵⁵. Portanto, o papel de diminuir o número de ratos, com o fim de evitar o alastramento da peste bubônica era, principalmente, da população.

Exposta a forma de conter o avanço da peste no sentido mais coletivo, mais ligado às tarefas do poder público, o Dr. Andrade passou então a explicar o que a população deveria fazer para evitar a propagação da doença.

Nesse momento, o diretor de saúde faz uma discussão que, àquela época, estava na ordem do dia, qual seja: a idéia de que existem os corpos fortes e os corpos fracos, de que frente aos problemas de saúde, os primeiros lutam e dominam, enquanto os outros “reagem escassamente e succumbem”.

Essa discussão está na base dos princípios da eugenia,²⁵⁶ que, no Brasil do início do século XX, era defendida numa perspectiva de construção de uma “raça” forte, a partir da crença de que os fracos, ou seja, os negros e indígenas, iriam ao longo do tempo serem substituídos por sujeitos mestiços com características da raça branca européia. Essa discussão estava na base do incentivo à imigração, do racismo e da idéia do branqueamento da população.²⁵⁷

Para o Dr. Nunes Andrade, a “resistencia *minguada* dos fracos pode, entretanto, transformar-se em resistencia eficaz mediante à vaccina. A vaccina equipara o fraco ao forte, porque suppre artificialmente as deficiencias da resistencia natural.”²⁵⁸

²⁵⁴ Idem (grifo do jornal)

²⁵⁵ Idem

²⁵⁶ A eugenia era compreendida como uma ciência do controle social, que tinha a finalidade de melhorar as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente. No Brasil, do final do século XIX e início do XX, os princípios eugenista figuraram como uma importante linha de pensamento, especialmente ligado à medicina legal. Um importante representante dessa linha de pensamento no Brasil foi o médico Nina Rodrigues, professor da faculdade de medicina da Bahia, considerado o “pai” da medicina legal no país.

²⁵⁷ O historiador Renato Ortiz no livro cultura brasileira e identidade nacional faz uma importante discussão em torno das questões de raça, natureza e identidade nacional, apontando importantes intelectuais do início do século XX como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha, e o papel que esses intelectuais tiveram na formação de um ideal de nação no Brasil.

²⁵⁸ A peste bubonica. A República 08 de maio de 1902 (grifo do jornal).

A defesa da vacina como agente imunizador e eficaz no combate e no extermínio de diversas doenças e, claro, a sua utilização profilática era, naquele momento da nossa história, uma das principais políticas públicas no que diz respeito à saúde no país, sendo, por vezes, realizada de forma extremamente autoritária, resultando em conflitos, como no caso da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro em 1904.

Na defesa do emprego da vacinação como medida de profilaxia, Dr. Andrade diz que

É mister vaccinar, e vaccinar sobretudo os *mais expostos*” e explica: “são mais expostos a) os indivíduos que tem contato com os pestosos; b) os que habitam casas facilmente *empestáveis* - depositos de generos seccos, padaria, trapiches &; c) o pessoal dos hospitaes, os médicos, enfermeiros &, d) os empregados da polícia sanitária ²⁵⁹

Por fim, o diretor de saúde pública expõe quais as medidas a serem tomadas em caso de invasão da doença, ou notificação de casos. Para ele, o primeiro a fazer era isolar o enfermo e desinfetar a casa do mesmo. Nunes Andrade era enfático quando o assunto tratava da implementação das medidas profiláticas contra a invasão da peste, dizendo,

Aos medicos clínicos e aos encarregados das visitas aos indigentes que não chamem medico, incumbem as notificações à autoridade. Essa notificação deve ser *obrigatória*. Do contrario toda a prophylaxia publica fica solapada pela base ²⁶⁰.

As recomendações da Diretoria de Saúde Pública Federal foram bem recebidas por parte das autoridades sanitárias norte-riograndenses, que temiam o surgimento de casos de peste bubônica na cidade.

Passado o ano de 1903 e depois de controlada a epidemia em Pernambuco era constatado, para alívio geral, que em Natal não houvera tido nenhum caso de acometimento de peste bubônica naquele período.

Um outro problema de saúde enfrentado pelos natalenses era a varíola que, vez por outra, aparecia, atormentando a cidade.

A varíola foi, desde o início do século XIX, um dos grandes problemas de saúde em Natal. Na crônica “Notas para a epidemiologia em Natal”, ²⁶¹ o historiador Câmara Cascudo dizia que a varíola se constituiu no flagelo inicial para os natalenses, explicava

²⁵⁹ Idem, (grifo do jornal).

²⁶⁰ Idem, (grifo do jornal).

²⁶¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **O livro das velhas figuras**. p. 29.

que o governo provincial havia à época, 1809, pedido ao governo imperial que enviasse vacinas antivariólica no intuito de evitar uma grande propagação da doença, mas que tal medida não teve apoio popular devido a repugnância que o povo tinha em relação a vacina. Mais adiante, ele expôs que em “1904 e 1905 reavivaram em Natal as cenas dolorosas da epidemia variolosa. Ruas e ruas despovoadas, doentes em abandono, fome (...).”²⁶²

A epidemia de Varíola, entre os anos de 1904 e 1905, alastrou-se por toda a cidade, em especial, nas áreas mais pobres, vitimando muitas pessoas e, apesar da existência do tratamento preventivo através da prática da vacinação, as condições materiais e de salubridade em que vivia a maioria da população da cidade proporcionou a propagação da moléstia.

O ano de 1904 foi marcado nacionalmente, nessa questão relacionada à saúde pública, por um acontecimento que ficou conhecido como Revolta da Vacina. Nesse ano, o governo republicano, no intuito de estabelecer uma política pública de erradicação de algumas doenças, dentre elas a varíola, decidiu tornar a vacinação uma obrigação. Essa medida compreendida por alguns setores como sendo uma atitude arbitrária foi alvo de inúmeros protestos, tendo como centro irradiador a capital federal.

No Rio de Janeiro, onde de fato ocorreu a Revolta de Vacina, os historiadores apontam como um dos mais importantes motivos que provocaram o estopim da revolta a política de remodelação da cidade, o famoso “Bota abaixo” do prefeito Pereira Passos, que, no intuito de reformar a cidade, promoveu a expulsão de grande parte da população pobre que vivia no centro antigo do Rio.

Em Natal, a imprensa de oposição liderada pelo jornal “O Diário do Natal”, procurou relatar cotidianamente os acontecimentos tidos no Rio de Janeiro, defendendo o pensamento dos senadores Lauro Sodré e Barbosa Lima de que a obrigatoriedade da vacina era uma violação dos direitos individuais e uma imposição de um governo arbitrário e ditador.

Em agosto daquele ano, foi publicado pelo jornal “O Diário do Natal” um manifesto que circulava no Rio de Janeiro, incitando o povo a se concitar contra as arbitrariedades do governo e contra as medidas tomadas pelas autoridades responsáveis pela higiene pública. Segundo o manifesto, essas medidas iam de encontro inclusive às leis naturais, pois, “estabelecer a obrigatoriedade de um processo já reconhecido como

²⁶² Idem, p.30

anti-científico e repellido pelo bom senso popular que vê empiricamente os inconvenientes de se metter pus em corpo são (...) é realmente uma calamidade social.”²⁶³ Apesar da discussão em torno do processo profilático da varíola ser, àquela época, uma questão já bastante resolvida e a vacina ser reconhecidamente a medida profilática mais eficiente, a propagação de uma antiga concepção sobre o tratamento preventivo da doença tomava, nesses termos, uma conotação mais política do que científica, o que para o “Diário” soava de bom grado.

Em um artigo intitulado “Pela mocidade”, o mesmo jornal narrava um episódio no qual um grupo de estudantes houvera realizado uma manifestação em favor das causas defendidas pelo senador Lauro Sodré e por Barbosa Lima, essa manifestação ocorrida na Praça André de Albuquerque, em um dia de festa da padroeira da cidade, onde a banda do batalhão estava tocando, foi, segundo o jornal, reprimida pelo governador Tavares de Lyra, gerando posteriormente retaliações por parte do governo aos estudantes que promoveram a tal manifestação.²⁶⁴

Não é possível atestar que em Natal houve alguma repercussão em torno da Revolta da Vacina ou das manifestações públicas ocorridas na capital federal em detrimento da obrigatoriedade da vacinação. Ao que aparenta, esse fato tomou aqui muito mais uma discussão política em torno do poder da oligarquia Albuquerque Maranhão.

A epidemia de varíola que assolava a cidade fez com que a Inspetoria de Higiene promovesse uma campanha de vacinação em Natal por todo o ano de 1905. Em março daquele ano, uma pequena nota daquela inspetoria declarava que o médico Antonio China estava vacinando gratuitamente a população no seu escritório na Rua Dr. Barata na Ribeira. No dia 20 de abril, o jornal “A República” escrevia que o governador

Tavares de Lyra, sempre interessado pelo bem público, acaba de providenciar no sentido de serem vacinados, n’esta capital onde, infelizmente, começa a grassar a varíola, as pessoas que quiserem premunir-se contra essa terrível epidemia²⁶⁵

Curiosamente essa fala procurava retratar um espírito democrático muito incomum no Brasil da época, e especialmente no provinciano estado do Rio Grande do Norte, considerado na prática como sendo um feudo da oligarquia dos Albuquerque Maranhão.

²⁶³ Pelo Rio – Revolta contra a vaccina obrigatoria. O Diário do Natal, 20 de agosto de 1904.

²⁶⁴ Pela mocidade. O Diário do Natal, 17 de novembro de 1904.

²⁶⁵ Vacinação. A República, 27 de abril de 1905.

O surto epidêmico que houvera grassado na cidade durante aqueles dois anos foi anunciado como em forte declínio no mês de novembro de 1905.

Em uma matéria cheia de elogios ao governador, à Inspeção de Higiene e ao Padre João Maria, o articulista “d’A República” dizia que, “após uma lenta agonia, succumbiu, em seu repasto vil de podridões e lágrimas, o monstruoso flagello, que por longos meses, trouxe a nossa população em torturas e sobressaltos”²⁶⁶

5 – Drenagem e esgotamento sanitário: o problema das águas servidas

O destino da água servida, aquela que é utilizada para as atividades de asseio e limpeza tanto pessoal quanto doméstica, era um dos problemas mais delicados em Natal, no início do século XX. Como era totalmente inexistente uma rede de esgotamento sanitário e de drenagem na cidade, era habitual que o destino da água servida fosse a rua.

Em 1902, que como vimos havia um grande temor de que se efetivasse uma possível epidemia de peste bubônica na cidade, além da problemática do lixo, a imprensa apontava a destinação dada às águas servidas como outro grave problema, mais um elemento perigoso e um possível meio de propagação de doenças.

Para a imprensa, o consórcio entre lixo e água servida deixava a cidade à mercê da peste.

No dia 10 de abril de 1902, o jornal “A República”, ao denunciar que as ruas da Cidade Alta tinham um grande acúmulo de lixo, aproveitava o ensejo para expor que as ruas daquele bairro tinham também grande quantidade de lama acumulada. Segundo os “ativos repórteres”, do jornal “A Republica”, que, como vimos anteriormente, foram destacados para fazer um “minucioso inquérito” sobre a limpeza pública da cidade, aproveitavam para indicar que “na rua do Meio (...) existem vários montões de lixo, correndo águas sujas de diversas casas. Do quintal da casa do sr. Braz Janini são grande quantidade de águas servidas que estão empossadas na rua, formando um charco de lama podre”.²⁶⁷ Continuando a denúncia, os repórteres diziam que “nos fundos da casa de Themoteo do Nascimento, ao lado da rua 21 de março, existe um entulho de lixo e lama podre”.²⁶⁸

²⁶⁶ A variola. A República, 22 de novembro de 1905.

²⁶⁷ Limpeza pública. A República, 10 de abril de 1902

²⁶⁸ Idem

No mesmo dia 10 de abril, com a finalidade de impedir que os moradores continuassem a jogar águas servidas nas ruas, foi ordenado, sob forma de edital, pela Intendência Municipal, que ficava

proibido, sob pena de 4\$000 (quatro mil reis) de multa e o duplo na reincidência, todos os proprietários ou inquilinos que fizerem depositos de estrumes ou aguas estagnadas e conservarem couros que despejem aguas sujas ou immundices nas ruas, conforme os artigos 24 e 25 do cod. de posturas²⁶⁹.

O edital imposto pela Intendência municipal, apesar de ter-se ancorado no Código de Posturas, teve vida muito breve. No dia 14 do mesmo mês, a Inspetoria de Higiene fez uma representação junto ao governo municipal, obrigando-o a “retirar a proibição contida no edital de 10 do corrente, de não se poder soltar agua servida para a rua”²⁷⁰. Segundo o articulista, “a inspetoria de hygiene chegou à evidencia de que prohibindo-se a sahida das aguas dos quintaes, ou se as conservariam empoçadas, ou as accumulariam em fossas, formando em qualquer das hypoteses perigosos focos de infecção”²⁷¹

Para resolver o problema do acúmulo e conseqüente putrefação da água usada, a Intendência Municipal, em conjunto com a Inspetoria de Higiene, resolveram, permitindo a saída da água servida dos quintais para a rua, “estabelecer a mais rigorosa vigilância e mais formal proibição para que ellas não fiquem estagnadas” e ordenaram que “os moradores, sob as penas da lei, serão obrigados a proceder de modo que as aguas sahdas das suas casas tenham fácil escoadouro e sequeem immediatamente”²⁷²

Mesmo tomando a Intendência Municipal medidas que acarretassem em pesadas multas ou em ações disciplinares, o problema do escoamento de águas servidas era contínuo. Sobre esse mesmo tema, houve uma denúncia para que o fiscal do 2º distrito, ou seja, do bairro da Ribeira, tomasse providências no sentido de resolver o problema da imundície em que se encontrava o Beco de José Lucas, “que vive diariamente despejando aguas estagnadas para o caes Marechal Deodoro e Praça da República.”²⁷³ Segundo o leitor, as águas eram despejadas pelo estabelecimento do Sr. Manuel Duarte Machado, que possuía uma fábrica de vinagre e despejava o rejeito da sua pequena indústria para o referido beco, resultando daí uma grande imundície.

²⁶⁹ Idem

²⁷⁰ Aguas para a rua. A República, 14 de abril de 1902

²⁷¹ Idem

²⁷² Idem

²⁷³ Escrevem-nos. A República, 19 de agosto de 1903.

No ano em que grassava violentamente a epidemia de varíola na cidade, aliada à compreensão em torno da antiga teoria dos miasmas, a denuncia em torno da existência de um grande lamaçal localizado no bairro da Cidade Alta, onde vivia a aristocracia da cidade, era, no mínimo, necessária. Isso aconteceu em 23 de maio de 1905, quando foi chamada a atenção do fiscal da Cidade Alta que, em plena Avenida Rio Branco, havia um lamaçal que exalava um ferido horroroso, o mesmo era originado da casa do Sr. Antonio Caldas que deixava escapar do seu quintal as águas servidas.

Em setembro de 1910, foi um dos canos do mercado público que estourou gerando um grande transtorno devido ao lançamento para a rua das águas servidas daquele estabelecimento.²⁷⁴

A falta de drenagem para escoamento da água utilizada nos domicílios e repartições comerciais da cidade era ainda muito perceptível nos anos vinte. Em denuncia feita no jornal “A República”, foi dito que na Rua 13 de Maio existia “um terrível lamaçal (...) produzido por aguas servidas provenientes da casa do sr Luis Marinho”.²⁷⁵ Dizia ainda que

Ha muito encontram-se os moradores daquelle trecho da cidade prejudicados com a perigosa fedentina que se desprende do referido lamaçal, cujo desaparecimento só se verá si a inspeccoria de hygiene tomar a iniciativa de obrigar o sr Luis Marinho a construir no quintal de sua residencia uma fossa para onde se escoem as aguas que costuma deitar para a via publica²⁷⁶

Compreendido como um caso de falta de asseio e de limpeza pública, as lagoas e os acúmulos de água nos períodos de chuva eram constantemente alvos da fúria dos aterramentos.

A idéia de que a água era o mais importante veículo de proliferação dos agentes patogênicos de diferentes tipos de enfermidades, alimentava essa necessidade de por fim às lagoas e aos alagadiços formados em épocas chuvosas. Os aterramentos eram, em geral, feitos pelos poderes públicos, a partir de indicações dos inspetores de hygiene e de reclamações veiculadas pela imprensa e atribuídas à população.

Em artigo escrito sob o título “Pântano”, em abril de 1901, o jornal “A República” pedia providências para a resolução de um problema que se instalava a cada época chuvosa, expondo da seguinte forma: “agora que o inverno se pronuncia de modo

²⁷⁴ Varias. A República, 17 de setembro de 1910.

²⁷⁵ Varias. A República, 29 de maio de 1920.

²⁷⁶ Idem.

rigoroso, é preciso ter cuidado no pantano perigoso que se está formando na Ribeira ao pé do morro do sitio do Coronel Bigois para a Praça da Republica”.²⁷⁷ Segundo o texto, as águas escoavam em direção ao rio por duas valas, uma que dava para a Rua Silva Jardim e uma outra que ia cair encostada às obras do teatro. Foi, segundo o artigo, o entupimento dessas valas feito por vários proprietários de terrenos ao pé do morro que providenciou o alagamento da área e a formação de um perigoso pântano. Na fala do articulista, “a consequencia que é as aguas não poderem escoar e ficaram estagnadas, ao nascente da Ribeira, tornando inhabitaveis o Largo do Bom Jesus, a Rua de S. Amaro e da Campina”.²⁷⁸

No ano de 1902, em detrimento do surgimento da peste bubônica na cidade do Recife e o temor de que aquela enfermidade pudesse chegar até Natal, o jornal “A República”, no dia 09 de abril em artigo tratando da limpeza pública, alerta que os trabalhos de asseio e de limpeza da cidade devem ser acelerados “enquanto não começam os primeiros aguaceiros”.

No dia 14 de abril, uma pequena medida saneadora foi tomada com o alvo de impedir a retenção de água durante a maré cheia, fato corriqueiro em boa parte do bairro da Ribeira àquela época nos períodos de chuva, foi mandado consertar a porta d’água do cano do escoadouro da Praça da República, de forma que durante a maré cheia as águas não penetrassem mais naquela praça.

Ainda sobre a Praça da República, foi dito que o serviço de limpeza “está sendo feito regularmente: os antigos alagadiços vão ser cobertos com areia dos morro.”²⁷⁹

Como veremos, a prática de usar a areia das dunas para aterramentos em Natal era algo corriqueiro e constante.

No dia 26 de abril, foi noticiado que “continuam a cair boas chuvas nesta capital”. No mesmo dia, era veiculada uma reclamação atribuída aos moradores do bairro da Ribeira, afirmando o articulista que o jornal tinha “recebido diversas reclamações, no sentido da Intendencia mandar exgottar ou coisa que o valha, diversas lagoas que ficam em muitas ruas da Ribeira, após as chuvas”²⁸⁰.

Com a informação do aparecimento de “diversas lagoas” na Ribeira, o jornal se muniu das idéias médicas existentes à época para proferir o seguinte: “como não ignora-

²⁷⁷ Pantano. A Republica, 26 de abril de 1901.

²⁷⁸ Idem

²⁷⁹ Limpesa publica. A República, 14 de abril de 1902.

²⁸⁰ É com o fiscal. A República, 26 de abril de 1902

se as águas empoçadas expostas ao sol por seis, oito, ou mais dias, são uma excelente *fabrica* de microbios, e o cheiro que exalam, é por demais insupportavel”²⁸¹.

Ao afirmar que os acúmulos de água eram “fábricas de micróbios”, e a consideração sobre a exalação do cheiro da água, o articulista faz voz a uma idéia que na época preconizava serem as doenças, em sua maioria, resultado do contato do homem com os “fluidos putrefatos”, idéias essas contidas na muito falada “teoria dos miasmas”.

A problemática do esgotamento sanitário em Natal, em detrimento do aumento populacional pelo qual passou a cidade nos primeiros anos do século XX, tornou-se emblemática. A necessidade de um planejamento que contemplasse uma política de saneamento básico para a cidade foi, naquele período, no qual se efetivava a formação de um pequeno corpo médico oficial, um dos grandes debates no sentido da construção de uma cidade saudável, tendo no médico Januário Cicco um dos grandes expoentes desse debate.

O desejo de construir a cidade mais saudável do norte do Brasil, tomando como base as próprias condições naturais do sítio onde Natal estava implantada, foi, com o passar do tempo, sendo adiado. Somente em 1924, durante o governo de José Augusto, quando foi pensada a formação da Comissão de Saneamento de Natal, e, em 1929 com a contratação, pelo então prefeito Omar O’Grady, do Plano Geral de Sistematização de Natal elaborado pelo arquiteto italiano Giacomo Palumbo, tal sonho estava próximo de ser realizado. No entanto, com a deposição e a cassação política dos mesmos em 1930, mais uma vez a problemática do saneamento teve a sua resolução adiada, permitindo que até os dias atuais a cidade ainda persiga o antigo desejo.

²⁸¹ Idem (grifo do jornal)

Capítulo III

Princípios da medicina social e a medicalização da natureza em Natal

No livro *Das tripas coração: uma breve história da medicina*, o historiador inglês Roy Porter afirma que, “na transmissão das doenças, o papel das cidades foi decisivo”²⁸². Segundo ele, o assentamento das populações e a conseqüente aglomeração urbana; o número cada vez crescente dessas populações; o contato com os animais, a partir do processo de domesticação; o perigo das doenças infecciosas resultadas do contato com agentes patogênicos existentes nos animais; o contato com doenças desconhecidas, trazidas por mercadores, viajantes e pelas guerras; fizeram das cidades um espaço propício para a transmissão de doenças. Afirma ainda que, aliado a tudo isso, “até época recente, as cidades eram tão insalubres e carregadas de pragas que suas populações nunca eram naturalmente substituídas”²⁸³.

Martins, diz que era habitual a convivência com o lixo e a sujeira, que, em relação aos excrementos, o mais comum era que fossem jogados na rua, “somente quando ocorriam as pestes surgiam hábitos de limpeza, como varrer as casas e as ruas”²⁸⁴. Narra um episódio ocorrido na cidade de Madri, na Espanha do século XVIII, quando o rei ordenou que em cada casa devesse ser construída uma privada para evitar que os excrementos fossem jogados para a rua, pela janela, para serem recolhidos no dia posterior. Conta que o povo da cidade se opôs violentamente à medida e “os médicos também protestaram, dizendo que a sujeira das ruas era útil, pois absorviam as partículas insalubres do ar, se as ruas não fossem sujas, essas partículas atacariam as pessoas”²⁸⁵.

Somente no final dos setecentos foi que o asseio e a limpeza das cidades, tendo como alvo a saúde dos seus moradores, tornou-se, efetivamente, uma preocupação. Tudo isto devido à propalada teoria dos miasmas, que, apesar de equivocada, como atesta Martins, foi de extrema importância para a tomada de “medidas sanitárias adotadas nos séculos XVIII e XIX que trouxeram grande melhoria à saúde pública”²⁸⁶.

²⁸² PORTER, Roy. Op. cit. p. 23

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ MARTINS, Roberto de Andrade, Op. Cit. p. 109

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ Idem, p. 91

Michel Foucault, em torno da discussão do surgimento da medicina social²⁸⁷, aponta três momentos diferentes, em que são tomadas medidas no sentido de favorecer a contenção e a propagação de doenças. Foucault, assim divide esses diferentes momentos: a polícia médica alemã, uma *medicina de Estado*, que propunha medidas compulsórias de controle de doenças, surgida em meados do século XVIII e instituindo “a organização do saber médico, a normalização da profissão médica, a subordinação dos médicos a uma administração central e, finalmente, a integração de vários médicos em uma organização médica estatal”²⁸⁸. *A medicina urbana francesa*, saneadora das cidades enquanto estruturas espaciais, que buscavam uma nova identidade social, e que consistia, como vimos no capítulo anterior, em analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos e endêmicos. Controlar a circulação, não a circulação dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, em especial da água e do ar. E, por fim, organizar o meio físico urbano, em outras palavras, saber onde colocar os diferentes elementos necessários á vida comum da cidade²⁸⁹. O último desses momentos foi a criação, segundo Foucault, de uma medicina da força de trabalho na Inglaterra industrial, onde havia sido mais rápido o desenvolvimento de um proletariado²⁹⁰.

Em todos esses momentos é indubitável que as diferentes medidas foram propugnadas pelo Estado e por este postas em prática, sendo, por vezes, assimiladas às práticas cotidianas, e, em outras vezes, geradoras de conflitos.

É nesse cenário de idéias e de concretização de idéias que despontam algumas das discussões mais importantes e interessantes ocorridas naquele período em todo o mundo, tanto quanto, é por essa época, a partir do último quartel do século XVIII, que são materializadas as inúmeras transformações no corpo urbano de diversas cidades, fazendo das mesmas um artifício que, incorporado ao capitalismo, procurava estabelecer novas relações de sociabilidade, calcadas no estilo de vida da nova classe dominante: a burguesia.

Como não poderia deixar de ser, em Natal, essas discussões e esses debates estavam na ordem do dia. Tais questões se pautavam em princípios do urbanismo, da

²⁸⁷ O autor entende a medicina moderna, dita científica, que segundo ele surgiu no final do século XVIII, como sendo um medicina social, pelo fato de se estabelecer quanto uma prática social, não sendo, portanto, uma medicina individualizada como era, segundo ele, durante a Idade Média.

²⁸⁸ FOUCAULT, Michel. Op. Cit. p. 84

²⁸⁹ Idem. P. 89

²⁹⁰ Esse último momento apontado por Foucault não será alvo de análise detalhada nesse trabalho devido, essencialmente, à incipiência do proletariado natalense no período em estudo.

reordenação do espaço urbano, do embelezamento estético, do estabelecimento de novos padrões de civilidade e de sociabilidade, bem como de novos padrões de higienismo e de sanitarismo que possibilitasse a construção de uma cidade saudável.

Na pequena Natal das primeiras décadas do século XX, provinciana como já se disse, porém com uma elite afeita às novidades do mundo civilizado e aos ideais de progresso propagados aos quatro cantos do mundo, em outras palavras, para uma elite convencida das idéias liberais capitalistas em voga naquele início de século, a cidade ideal teria, necessariamente, que ser distinta da cidade real, pois existia uma crença de que com a indústria e as modernas tecnologias, inclusive as novas tecnologias da medicina, do início do século, à cidade seria imposta uma progressiva marcha ao encontro com a civilidade.

Esse ideal civilizador consistia em aproximar-se, o mais que possível, dos modelos culturais europeus, ou seja, “civilizar (...) era ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere a cotidiano, instituições, economia, idéias liberais, etc.”²⁹¹, sem esquecer, que havia também o desejo de ficar em pé de igualdade com o Velho Mundo, quando o assunto era salubridade, tanto no espaço urbano quanto no espaço privado.

Nesse ínterim, a cidade ideal era moderna, arejada, limpa, com ruas retas e largas, longe dos vícios e dos antros de vícios, longe das doenças. Era o espaço da família, das boas vizinhanças, da higiene, e era assim que se pretendiam as cidades, era assim que as elites e os governos pretendiam a cidade do Natal.

Para tal, discursos e políticas públicas se confluíam no sentido da construção dessa cidade ideal que seria moderna, cosmopolita e saudável.

1 – Tempos de melhoramentos e de progressos: a recriação de Natal

No ímpeto de construir uma cidade moderna decidiu-se, em Natal, destruir, mesmo que fosse simbolicamente, a antiga cidade e em seu lugar colocar uma cidade nova que satisfizesse os anseios de progresso e de civilidade sob os quais viviam os europeus. Deve-se aqui realçar que, as mudanças ocorridas em Natal no início do século XX, não tiveram as mesmas repercussões físicas ou modeladoras que aquelas ocorridas

²⁹¹ LEITE, Rinaldo Cesar N, **A civilização imperfeita: tópicos em torno da remodelação de Salvador e outras cenas de civilidade**, 1912-1916. p. 96

na Paris do barão Haussmann²⁹², ou do famoso “Bota abaixo” da cidade do Rio de Janeiro do prefeito Pereira Passos²⁹³ nos primeiros anos do século XX, mas para a pequena, pacata e provinciana Natal dos primeiros anos dos novecentos tais mudanças foram essenciais para a formatação do modelo de cidade almejado pelas elites locais.

Para isso era necessário, como diz Arrais, vencer a natureza, ou seja, “faltava a ação humana sobre a natureza, ou nos termos do século XIX, a ‘arte’ vocábulo que designava a intervenção técnica por meio dos melhoramentos materiais”²⁹⁴, vencer o isolamento da cidade, vencer o que era chamado de falta de cordialidade do natalense, vencer os antigos hábitos, em outras palavras, era necessário transformar o espaço urbano, modelando-o às novas necessidades da vida burguesa, e transformar o morador da cidade, transformando-o no cidadão natalense²⁹⁵, civilizando-o, moldando-o a uma nova forma de viver na cidade. Segundo Arrais,

Intervir na cidade se torna uma necessidade, criando-se estruturas de melhoramentos materiais e desencadeando uma ação pedagógica, sobre os seus moradores: a cidade se torna o lugar exemplar a partir do qual o país exibe a posição que ocupa na ordem civilizatória mundial²⁹⁶

Pensar a cidade e fazê-la, construir a cidade simbolicamente e construí-la materialmente, era papel de todos que a habitavam, desde a elite dirigente instalada nos palácios dos governos, à elite intelectual que propagava e defendia o processo civilizatório, sendo esse projeto estendido a todos que viviam naquele espaço, inclusive à população pobre, que apesar de viver à margem do projeto republicano instalado pelas elites, foi por inúmeras vezes e em inúmeros discursos, responsabilizada pelo atraso no qual se vivia.

No primeiro capítulo vimos que as representações feitas em torno da natureza da cidade do Natal estabeleciam para ela um aspecto de isolamento, trazendo para a mesma um considerável atraso, sendo necessário, portanto, uma intervenção técnica, de forma

²⁹² Ver MORAES, J. G. V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**, p. 17

²⁹³ Idem, p. 55

²⁹⁴ Ver ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, A. L., DANTAS, G. **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna. Natal, 1890-1940

²⁹⁵ O historiador Raimundo Arrais ao tratar da questão do surgimento do natalense, cita uma passagem do livro História da Cidade do Natal de Câmara Cascudo quando este afirma que, com a implantação da linha de bondes em 1908, um dos mais enaltecidos “melhoramentos” para a cidade, que ligava os bairros da Ribeira e da Cidade alta, “Cascudo sentencia: ‘Xarias e canguleiros morreram. Ficou o natalense’”. Ver ARRAIS, R. Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas Cascudianas dos anos 20. p. 21

²⁹⁶ Idem

que a ela fosse propiciada a possibilidade do progresso que à época era vivenciado por muitos espaços urbanos no Brasil e no mundo.

Foi na primeira década do século XX que começaram a se pronunciar governantes e intelectuais acerca dos avanços técnicos e materiais, ou seja, dos “melhoramentos” pelos quais passava a cidade do Natal.

Na mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado, Alberto Maranhão, ao seu sucessor Tavares de Lyra, era dito que Natal era uma cidade “pobre de melhoramentos materiais”²⁹⁷. Um ano depois, ao apresentar o relatório da Intendência Municipal referente ao triênio 1903-1905, o intendente, Joaquim Manuel Teixeira de Moura, expunha que Natal atravessava “uma quadra de renascimento”, e afirmava que a capital do estado era “até bem pouco, equiparável a um obscuro e mesquinho logarejo”, dizia ainda que “o atraso rotineiro em que vivíamos, descurendo por completo o bem comum, era justo motivo de desgosto e pesar para os nossos créditos”²⁹⁸, no mesmo ano a mensagem do presidente do estado, Tavares de Lyra, dizia que depois de implantado o regime republicano no país a cidade do Natal tinha “progredido bastante”²⁹⁹.

Numa crônica escrita em 1907 o pedagogo Henrique Castriciano dizia que Natal seria “de futuro, quando os recursos da industria melhorarem a sua situação physica”³⁰⁰ e confirmava ser a capital do Rio Grande do Norte “uma cidade curiosa, mixto singular de bucolismo e de civilização em esboço”³⁰¹. Em outra crônica escrita no mesmo ano, Castriciano repetia a fala de Tavares de Lyra ao afirmar que “a República como que reformou a capital; esta alargou-se, estendeu-se”³⁰².

Em palestra no salão nobre do palácio do governo sobre os “Costumes locais”, Eloy de Souza dizia que àquela época a cidade despertava “de seu sono três vezes secular”³⁰³ e que sentia “bem a alegria de ver que a estão vestindo de novo, para a alegria de uma vida nova”³⁰⁴.

²⁹⁷ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Alberto Maranhão em 25 de março de 1904

²⁹⁸ Relatório Apresentado pelo intendente Joaquim Manuel Teixeira de Moura à intendência da cidade do Natal eleita para o Triênio 1905-1907, em 1 de janeiro de 1905

²⁹⁹ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Tavares de Lyra em 22 de janeiro de 1905. p.

³⁰⁰ CASTRICIANO, Henrique. Op. Cit. p. 221

³⁰¹ Idem

³⁰² CASTRICIANO, Henrique. Op. Cit. p. 223

³⁰³ SOUZA, Eloy de. Op. Cit. p. 45

³⁰⁴ Idem.

O jornalista Manoel Dantas na sua crônica futurista, “Natal daqui a cinquenta anos”, escrita em 1909, previa que no ano de 1920 a cidade antiga teria sido sepultada e cedido lugar à “Natal moderna, bela e irradiante”³⁰⁵.

Como se percebe, através dessas falas, a cidade do Natal estava, pouco a pouco, sendo alvo de políticas públicas e de discursos simbólicos que a transformava, efetivamente, no centro político, social e cultural do estado do Rio Grande do Norte, como centro econômico a capital potiguar somente assumiria a dianteira em ralação a outros centros urbanos do interior do estado a partir da década de 1930³⁰⁶, devendo isso, inegavelmente, às intervenções das políticas públicas e da idéia de tornar a capital do estado um verdadeiro centro, tornando-a menos bisonha, como colocava Castriciano, ou, menos dorminhenta, como escreveria anos depois, sobre a época em que vivia na cidade o comerciante Angelo Roselli, o historiador Câmara Cascudo.

Foi na primeira década dos novecentos que os governos e a elite intelectual da cidade propuseram a “recriação” de Natal, e um dos mais importantes símbolos dessa proposta foi a mencionada crônica ficcionista de Manoel Dantas³⁰⁷.

O citado texto situa a construção da cidade do Natal em dois momentos distintos: sendo um primeiro tratado a partir de uma narrativa lendária, onde era narrado o mito da criação da cidade. Tal lenda tem início com a chegada dos portugueses ao lugar, desencadeia os conflitos gerados a partir da conquista lusitana e por fim expõe uma estória hipotética sobre a destruição da cidade que se deu devido aos inúmeros pecados cometidos pelos seus moradores. Um segundo momento, trata, exatamente, do ressurgimento da cidade, de sua recriação, fixando-se o texto, desde então, numa mitificação do processo de modernização apregoado à época para a cidade.

Segundo Dantas, a partir desse segundo momento, Natal, que estaria livre da ira divina por ter o seu povo se redimido de todos os pecados, ressurgiria do manto de areia

³⁰⁵ DANTAS, Manoel. Op Cit. p. 75

³⁰⁶ VIEIRA, Enoque Gonçalves. **Urbanização e segregação sócio-espacial:** Natal, décadas de 1960-1970, a construção de uma paisagem. Natal: UFRN, 2001. (monografia apresentada para a graduação do curso de história da UFRN). p. 41

³⁰⁷ Importantes estudos têm sido feitos recentemente no sentido de analisar o ensaio ficcionista escrito por Manoel Dantas em 1909, tais estudos se propõem a compreender de que forma o referido texto tem influenciado na formatação de cidade a partir do momento da sua edição na primeira década do século XX. Dentre esses estudos podemos citar o livro do urbanista Pedro de Lima, O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas; e o artigo da arquiteta Giovana Paiva de Oliveira, A conferência de Manoel Dantas: a elite natalense construindo a imagem da cidade moderna, contido no livro “Surge et ambula”: a construção de uma cidade moderna – Natal, 1890-1940 organizado pelos urbanistas Ângela Ferreira e George Dantas.

que houvera por muito tempo lhe recoberto, caminharia a “passos de gigante”³⁰⁸, e, como recompensa, no mesmo lugar da antiga cidade se implantaria uma grande metrópole aonde viria terminar de forma culminante a estrada de ferro transcontinental que começaria em Londres e teria passagem pelas grandes metrópoles do mundo, aqui também aportariam os maiores transatlânticos que, para a cidade, trariam uma considerável soma de visitantes que ficavam encantados com a beleza da sua natureza e com a pujança das suas construções, de seus parques e de suas praças.

A cidade moderna de Dantas nunca foi vivenciada pelos natalenses, como previa o seu arroubado sonho. No entanto, não se pode negar que este texto fundeu uma idéia de cidade que, durante muito tempo, alimentou corações e mentes no sentido de compreender a cidade do Natal, que apesar de não ter alçado um vôo tão alto no que diz respeito ao grau de desenvolvimento capitalista, tornou-se, com o passar dos anos, tal qual dizia Henrique Castriciano, um misto singular de cidade bucólica e moderna, arcaica e adiantada, provinciana e cosmopolita.³⁰⁹

A cidade moderna do sonho de Manoel Dantas tornou-se, com o tempo, uma espécie de espírito vagante, que atormentando os natalenses, relembra, através das paisagens materializadas na cidade, o sonho do jornalista.

Durante o segundo governo de Alberto Maranhão, 1908-1913, a idéia de continuar estruturando a cidade a partir dos chamados melhoramentos materiais continua sendo uma das tônicas. É o que se percebe em um artigo do jornal “A República” que, sob o título “melhoramentos materiaes”³¹⁰, reforça a importância de determinadas obras que estavam sendo realizadas pelo governo no sentido de incorporar à cidade elementos de modernização que providenciassem o seu desenvolvimento.

Em defesa desses melhoramentos, que vez por outra eram atacados pelos opositoristas que tinham na figura de Elias Souto o mais audaz, e que apregoavam ter o estado e suas cidades outras prioridades além do aformoseamento da capital, um articulista de nome Tácito afirmava que a ninguém era lícita a dúvida de que

Em face dos melhoramentos já efectuados e de outros em via de realização que Natal, a famosa capital nortista, atravessa um período de franco desenvolvimento, que, n’estes vinte annos, a transformara, senão na extraordinária *urbs* que se afigurou ao espírito do nosso illustre confrade Manoel Dantas, pelo menos n’uma das mais adeantadas e apraziveis da união.³¹¹

³⁰⁸ DANTAS, Manoel. Op Cit. p. 68

³⁰⁹ Ver COSTA, Josiney. **Imagem Sobre Imagem:** Segunda Guerra em Natal.

³¹⁰ Melhoramentos materiaes. A República, 25 de maio de 1910.

³¹¹ De quando em vez. A República, 20 de julho de 1910.

Na mensagem do governo apresentada ao congresso estadual em 1911 o governador Alberto Maranhão era categórico: “foi extraordinario o augmento do trabalho material do Estado durante o ultimo anno”³¹².

No ano de 1919 em um amargo texto aonde escrevia que passados trinta anos da implantação do regime republicano no Brasil o que se via era uma verdadeira falta de cultura democrática no país, realçada em uma frase que segundo ele era célebre na época e que se traduzia com as seguintes palavras: “esta não é a República dos meus sonhos”, Henrique Castriciano dizia que o Estado republicano brasileiro não se conhecia, existia uma completa ignorância acerca do desenvolvimento dos estados da federação quando olhados a partir dos estados do Centro-sul do país, reconhecidamente os mais adiantados. Comenta sobre um artigo escrito pelo sociólogo Oliveira Vianna em 1917 no qual este retratava os estados do Norte do país como sendo estagnados em relação ao desenvolvimento, e, ao analisar o texto de Vianna, que segundo o pedagogo natalense, era impróprio e de um desconhecimento total da realidade, passava a tratar da visita a Natal do ministro Oliveira Lima, que constatando o progresso pelo qual passava a cidade, acentuava, a partir de uma palavra honesta, “quanto vamos progredindo”. Castriciano reforçava a fala do ministro dizendo que

Ha em nosso meio vocação para todas as modalidades de progresso humano, o que vamos obtendo não é obra isolada deste ou d’aquêle, mas o resultado de um conjuncto de circunstancias felizes, creados justamente pela aggregação de forças individuais bem intencionadas a serviço da coletividade³¹³

As primeiras décadas do século XX foram, realmente, de um “extraordinário” desenvolvimento para Natal, sendo tal desenvolvimento alicerçado nas obras de “melhoramentos” realizadas, em grande parcela, pelo governo do estado, e que traziam para ela o *status* de cidade que tanto era reclamado desde os tempos do período da monarquia.

Com esse desenvolvimento foram permitidas, então, novas representações sobre a cidade que a elevavam de “cidade somente no nome” ou “cidade do Natal, não há tal”, referências sobre a cidade do Natal feitas por viajantes e moradores no século XIX; para

³¹² Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Alberto Maranhão em 01 de novembro de 1911

³¹³ CASTRICIANO, Henrique. Op. Cit. p. 366

representações calcadas nos ideais de desenvolvimento e de progresso feitos pela elite republicana da capital potiguar, que afirmava estar, àquela época, a cidade passando por um vigoroso e promissor desenvolvimento que a estava transformando de uma mesquinha vila, existente durante o período monárquico, em uma futura “cidade-metrópole”.³¹⁴ O historiador Câmara Cascudo foi muito pouco reticente sobre essa questão, quando em 1929 escreveu a crônica “O novo plano da cidade”, procurando realçar a importância do Plano Geral de Sistematização elaborado pelo arquiteto Giacomo Palumbo, durante a administração do prefeito Omar O’Grady, plano urbanístico ao qual Cascudo chamava de “Master-plan”. Cascudo ao se referir à cidade dizia que “oficialmente existe a Cidade do Natal há trezentos e trinta anos. Relativamente parece com esse título a oito ou nove anos. Ou melhor, imita cidade recém fundada (...)” mais adiante ele reforçava ao expor que “a cidade do Natal, entre rios e mares, ficou como uma massa esperando o aspecto”³¹⁵

Mesmo ao serem feitas referências sobre o pouco desenvolvimento experimentado pela cidade naquele início de século, bem como o fato de que é somente a partir da década de 1920 que esse desenvolvimento toma vulto, a cidade do Natal assumiria, efetivamente, na mentalidade da elite republicana natalense, o lugar creditado de cidade-capital, ao qual fora destinada desde o passado monárquico, a partir da implantação do regime republicano³¹⁶; assumindo também o papel de pólo regional de desenvolvimento, ou seja, assumindo o posto de cidade mais adiantada do estado, revelando-se instalada dentro de um modelo de desenvolvimento ancorado nas diferenciações regionais e na construção de centros e de periferias, onde Natal, em relação às cidades do interior do estado assumiria a função de centro regional e de lugar de desenvolvimento³¹⁷.

Escrevendo sobre a cidade serrana de São Miguel, que se localiza no oeste do Rio Grande do Norte, um correspondente do jornal “A República”, procurando realçar as qualidades daquele pitoresco recanto do estado, fez referência ao abandono no qual se encontrava aquela localidade quando o assunto era desenvolvimento. Segundo ele, no Brasil somente aos grandes centros era dada a oportunidade de se desenvolver, afirma

³¹⁴ Ver Relatório Apresentado pelo intendente Joaquim Manuel Teixeira de Moura à intendência da cidade do Natal eleita para o Triênio 1905-1907, em 1 de janeiro de 1905.

³¹⁵ ARRAIS, R. Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas Cascudianas dos anos 20, p. 139

³¹⁶ ARRAIS, R. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. Op. Cit. p. 123

³¹⁷ Ver VIEIRA, E. G. Op. Cit. e CLEMENTINO, M. L. M. **Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70.**

que isto não estava circunscrito tão somente ao Centro-sul, e que neste estado da federação também tal prática era corriqueira, nas suas palavras:

De cima para baixo, observamos com tristeza que existe o mesmo phenomeno dentro dos Estados tão cheios de natureza e opulencia! Não conhece o Rio Grande do Norte, por exemplo, quem ainda não viu Natal, não pisou os seus jardins, e as suas avenidas; quem ainda não penetrou os seus luxuosos hospitaes, o seu theatro, e confortaveis escholas³¹⁸

O texto, escrito no começo dos anos de 1920 é revelador da importância que a cidade do Natal tinha assumido no início do século XX, e mais ainda, da importância que as elites dirigentes e intelectuais da cidade passaram a atribuir a ela, transformando-a no principal centro urbano do estado.

Em uma belíssima crônica datada de julho de 1921, sob o título “Aspectos urbanos – a paisagem”, um articulista de nome J. Gobat escrevia sobre uma Natal com “praças e avenidas enormes como das grandes Babilônias modernas” e terminava por dizer que sentia a cidade “pensando em um Brasil maior”³¹⁹. O autor faz reverência à paisagem da cidade, estabelecendo uma relação transcendente entre essa paisagem e o conseqüente desenvolvimento pelo qual passava Natal, alicerçando o seu discurso na promessa desse desenvolvimento, estabelecendo, entre ambos, uma relação promissora e futura, pois no Brasil maior, cabia com certeza uma Natal equiparada às grandes “Babilônias modernas”.

Numa entrevista com o engenheiro Paulo Coriolano, responsável pela repartição de serviços urbanos de Natal no ano de 1926, aonde este dizia ser necessário “forçar o progresso”, os ideais de progresso e de desenvolvimento continuavam dando a tônica dos discursos dos administradores públicos, da elite dirigente, da imprensa e da elite intelectual da cidade.

Sublinhado com adjetivos como administrador esclarecido, enérgico, devotado, honesto, reto e clarividente, o engenheiro Paulo Coriolano era considerado pelo articulista do jornal “A República” o administrador que “Natal reclama”. Nessa entrevista, mais uma vez, era ratificada a importância dos chamados melhoramentos que traziam para cidade o progresso de que ela tanto necessitava. Segundo o jornalista a atuação de Coriolano

³¹⁸ Os municípios - S. Miguel. A República, 22 de março de 1920.

³¹⁹ Aspectos urbanos - A paisagem. A República, 06 de julho de 1921.

Foi toda ella no sentido de bem corresponder aos reclamos da população de Natal, dar-lhe melhoramentos a que tinha direito e ainda aquelles que lhe poderiam advir com um pouco de esforço e de bôa vontade³²⁰

O interesse de caracterizar aquele momento como sendo uma época de intenso progresso no Rio Grande do Norte e, em especial na sua capital, foi traduzido em uma entrevista escrita no jornal “A República”, concedida pelo coronel do exército brasileiro, Jachynto Torres, “um conterrâneo ilustre, figura de vulto na instituição”, e por isso, segundo o entrevistador, a opinião de tão ilustre personalidade, de semelhante prestígio, merece todo respeito, sobretudo porque não se reveste de qualquer demonstração suspeita, mas da opinião de um ilustre representante de uma corporação que coloca o espírito cívico e as aspirações legítimas da pátria acima de tudo.

Sob a epígrafe “impressões sinceras do nosso progresso”, o entrevistador foi direto ao tema indagando ao militar qual a impressão que ele tinha “a respeito do adiantamento material de nossa cidade”, obtendo por resposta o seguinte:

É com grande entusiasmo (...) que falo sobre o progresso indiscutível de Natal, quem como eu esteve ausente é que melhor pode observar o extraordinario adiantamento. E note-se! Faz apenas tres annos que passei pela nossa capital, ainda no governo anterior. Pois bem. O progresso é indiscutível, e mostra de uma forma digna de calorosos applausos, a actividade patriótica e intelligente da administração actual. O presidente José Augusto, que é um espirito de lucida visão, não poderia encontrar, pelo que observo, um auxiliar mais dedicado e esforçado. Merece, sem lisonja, o sr. Omar O’Grady sinceros applausos, pois realisou, num curto periodo, serviço de varias administrações³²¹

Ora, com a opinião, “totalmente isenta” de uma figura importante do exército brasileiro, como afirma o redator, ou ainda melhor, com as opiniões diversas, de diversos atores sociais, ao longo das três primeiras décadas do século XX, opiniões essas calcadas nos ideais de progresso, de civilidade, de desenvolvimento e de modernização, é indiscutível, como afirmou o coronel Jachynto Torres, o progresso vivenciado por Natal, não somente naqueles três poucos anos em que ele esteve distante da cidade, mas durante todo o período daquilo que se convencionou chamar na história do Brasil, de República Velha.

É indiscutível também que tal progresso se amparou na opinião dos profissionais da ciência médica, que, articulando o seu discurso em torno do higienismo e do

³²⁰ Uma administração esclarecida. A República, 12 de dezembro de 1926.

³²¹ Impressões sinceras do nosso progresso. A República, 28 de dezembro de 1926

sanitarismo, discurso esse que trazia no seu gérmen a idéia de transformar a cidade, propuseram reconstruí-la, pondo fim a todos os espaços de insalubridade que por ventura nela existisse, recriando uma idéia de cidade que com o tempo foi sendo materializada, e por fim, intervindo em seu meio natural impondo a este o artefato sonhado que era a cidade moderna.

É inegável que esses agentes da ciência médica aliados a uma elite intelectual visionária e a administradores públicos comprometidos com o projeto de modernização da sociedade brasileira a partir da instalação do regime republicano, fizeram de Natal uma cidade aonde a natureza, agora domada, se fizesse presente, permeando a cidade, e permitindo a saúde e o vigor dos seus cidadãos, implantando assim, na cidade, uma natureza saudável.

2 – O aparato médico: um instrumento para a construção da nova cidade

Foucault, quando escreveu sobre o nascimento da medicina social, fez um debate em torno da individualidade ou da coletividade da medicina em diferentes períodos históricos. Terminando por defender que somente a partir do século XVIII, com o surgimento da medicina científica moderna foi que a ciência médica se tornou, de fato, uma ciência para o coletivo.

Diferentemente do que acreditavam muitos pensadores, segundo Foucault é com o advento do capitalismo que a medicina se torna, efetivamente, uma ciência para a coletividade, um conhecimento estipulado para o conjunto da sociedade.

Não se pode esquecer que o fortalecimento do mercado capitalista estabeleceu uma relação mercadológica entre médico e paciente, estabelecida, essencialmente, de forma individualista. No entanto, Foucault diz ser este apenas um dos aspectos da medicina moderna, mas não exatamente o mais importante³²².

Essa medicina social, surgida no século XVIII, se compôs, na prática, a partir de um projeto arquitetado e pensado por uma elite social que compreendia a necessidade de fazer do seu projeto, dos seus ideais, um projeto coletivo, e, para a efetivação do mesmo, teve como um dos pilares a socialização da ciência médica, em especial, a socialização dos conceitos e dos saberes até então incorporados a essa ciência, educando

³²² FOUCAUT, Michel. Op. Cit. p. 79

a sociedade com base na higiene, no asseio e na saúde, forjando, assim, uma sociedade adaptada às suas aspirações. O historiador José Ricardo Ayres diz que

Partindo de necessidades corporativas e setoriais, espalhadas na composição seletiva de seus ambientes formadores, a opinião pública burguesa, paulatinamente (e a imprensa tem um papel fundamental nisso), define e institucionaliza sua política. Com tal agilidade e efetividade, forja-se essa opinião pública de que, precocemente, o interesse público, tal como concebido nos salões burgueses, transforma-se num conceito, na abstração de uma legalidade própria às interações sociais³²³

Não se quer com isso afirmar que tal processo foi uma simples imposição, ou minimizá-lo a uma intervenção, tão somente, ideológica, aonde outros setores da sociedade foram inconscientemente obrigados a se inserirem no projeto social burguês. No entanto é incontestável que com a ascensão da burguesia ao poder os seus ideais foram, pouco a pouco, sendo assimilados pelo conjunto da sociedade, e que práticas antes restritas aos “salões burgueses” foram se socializando, sendo compreendidas e apreendidas, copiadas e aprendidas, retidas e internalizadas, pelos mais variados setores da sociedade.

Para isso a imprensa com a sua proliferação de jornais e revistas, o mercado editorial consubstanciando e propagando o pensamento médico, e a Escola cumprindo o seu papel de transmissão do conhecimento, foram essenciais no sentido de tornar público os princípios da higiene, do asseio e da saúde, e, principalmente, no sentido de construir solidamente o projeto burguês para o conjunto da sociedade.

Aliado a tudo isso surge, na Alemanha do século XVIII, o que Foucault chamou de “medicina de Estado”, um aparato médico-científico estatal, que desenvolveu uma prática médica centrada na melhoria do nível de saúde da população, e como vimos consistia em uma *polícia médica*; que através da organização do saber médico, da normalização da profissão médica, da subordinação dos médicos a uma administração centralizada e, finalmente, da integração de vários médicos em uma organização médica estatal; trabalhava no sentido de estabelecer diversas medidas compulsórias de controle de doenças.

³²³ AYRES, J. R. de C. M. **A saúde coletiva e o espaço público moderno**: raízes histórico-sociais da ciência epidemiológica. p. 89.

José Ricardo Ayres referindo-se a um comentário de Donnangelo sobre a aplicação da polícia médica, expõe que apesar de ter havido uma ampla divulgação na época,

As concepções e práticas consubstanciadas no conceito de polícia médica não encontram no resto da Europa expressão equivalente à que adquiriu na Alemanha (...). Adotado fora da Alemanha, o conceito de polícia médica é despojado de seu sentido de amplo controle do poder político sobre as condições de vida das populações e sobre a própria prática médica, para restringir-se à interferência sobre aspectos limitados tais como o controle das doenças transmissíveis e o saneamento ambiental³²⁴.

O modelo de polícia médica implantado na Alemanha do século XVIII era efetivamente uma necessidade sociocultural da Alemanha daquela época, exercendo também um elemento agregador no sentido da construção do Estado alemão, que viria a se concretizar no século XIX.

Em outras realidades sociais, culturais e econômicas, bem como em outros momentos históricos, o resultado de uma política semelhante àquela implementada na Alemanha do século XVIII, iria, efetivamente, obter resultados distintos daqueles conseguidos entre os alemães da época de Bismark, daí o comentário acima citado parecer desnecessário, o que não desautoriza o autor a afirmar que tal política restringiu-se, em outros lugares, ao controle de doenças transmissíveis e ao saneamento ambiental.

Na pequena Natal do início do século XX, vivenciando os ideais de progresso, civilidade e de novos padrões de sociabilidade, tentando inclusive copiar as vivências e os fazeres dos povos ditos civilizados, procurou-se, concretizar uma política sanitária inspirada no modelo de estatização de um aparato médico que pudesse minimamente resultar, como disse Donnangelo, no controle das doenças transmissíveis e em um razoável saneamento ambiental.

Na crônica “Médicos de Natal”³²⁵, o historiador Câmara Cascudo diz que em Natal nos últimos anos do Império existia cerca de seis médicos, que em sua maioria eram profissionais liberais e, quando necessário, em épocas de endemias ou epidemias, assumiam, via contrato, o papel de agente público. Dentre esses médicos encontrava-se o líder republicano Pedro Velho, o poeta e teatrólogo Segundo Wanderley, Henrique Câmara, Luís Carlos Lins Wanderley e o Dr. Antunes. Todos possuindo a sua clínica

³²⁴ Idem, p. 92

³²⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **O livro das velhas figuras**, v. VII, p. 22.

particular para atender as pessoas mais abastadas da sociedade natalense e ao mesmo tempo atuando deficitariamente nos órgãos do governo, quando este os solicitava.

Dos médicos acima citados o mais destacado, na prática da medicina, era o Dr. Antunes. A sua importância foi retratada em uma outra crônica de Cascudo cujo título era “O doutor Antunes”. Nessa crônica o historiador dizia ter sido o Dr. Antunes “o médico de nomeada, de renome, de chamados ricos e de gente grande”³²⁶. Ao descrever o local de trabalho e de moradia do Dr. Antunes, Câmara Cascudo dizia que o espaço mais “parecia uma lura de Astrologo, de alchimista, de feiticeiro, de advinho a Nostradamus, de mágico a Cornelio aggrypa”³²⁷. O estranhamento com o lugar de trabalho do médico traduz de certa forma uma idéia generalizada à época de que, o profissional médico, na provinciana Natal do início do século, era, popularmente, reconhecido como possuidor de uma áurea sobrenatural, alheia às questões técnico-científicas em avanço na Europa.

Ainda na Crônica “Médicos de Natal”, Cascudo apontava que desde 1888 havia a obrigação do registro de óbitos no cartório da cidade, aonde deveria constar a causa da letalidade, que quase sempre era “diagnosticada” pelo escrivão do cartório e aparecia com termos pouco técnicos como: “febre intermitente, aortite, coração, estupor, vento-amalinado”³²⁸.

A preocupação com a estatística em torno da mortalidade na cidade já no século XIX era tida como necessária, no entanto, a capacidade do Estado de prover este serviço era muito deficitária, e, sem um corpo médico estatal que trabalhasse no sentido de catalogar os dados necessários sobre essa questão, bem como sobre os diversos problemas de saúde que acometiam os natalenses e que não necessariamente resultava na morte do indivíduo; sem um quadro efetivo de profissionais que operasse nesse sentido, a perspectiva de uma política de saúde pública satisfatória era quase nula, existindo, tão somente, uma intervenção mais eficaz, nessa área, nas épocas de epidemias.

Foi o que se percebeu em 1902 quando existiu o temor em relação à peste bubônica que assolava a cidade do Recife, e em Natal, em detrimento da sua importante relação econômica com a capital pernambucana, a doença tomou o vulto de uma possível epidemia.

³²⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **Crônicas de origem**: a cidade de Natal nas crônicas Cascudianas dos anos 20. p. 110

³²⁷ Idem, p. 111

³²⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **O livro das velhas figuras**, v. VII, p. 23.

O receio de que Natal pudesse ser assolada por uma epidemia de peste bubônica, provocou na cidade uma verdadeira corrida no sentido de impedir a chegada da doença por estas paragens. Governos estadual e municipal, com o apoio do governo central, se articularam com o intuito de evitar a entrada da peste bubônica, policiais e médicos, os poucos que haviam, e ordens religiosas em conjunto com as associações de caridade, também se mobilizaram para esse fim. Papel fundamental, como vimos, no capítulo anterior, teve a imprensa ao divulgar as medidas que estavam sendo tomadas pelos poderes públicos e dando voz à população, que através da sua fala trazia à tona os problemas vivenciados na cidade no que diz respeito à questão da salubridade, da coleta do lixo e das condições materiais da cidade, tanto em respeito à habitabilidade quanto em relação às condições de higiene dos edifícios, das ruas e das praças, consideradas por muitos, espaços aptos para a propagação da peste.

No capítulo anterior quando foi discutido sobre o medo das epidemias em Natal, ao se discutir sobre a peste bubônica, viu-se que foi quase imediata a reação do governador Alberto Maranhão no ímpeto de evitar que a doença entrasse no território potiguar. Já nos primeiros dias do mês de abril o governo do estado discutiu a questão com os inspetores de saúde do porto e da higiene pública no sentido de tomar providências, sendo as mais urgentes a requisição da fortaleza dos Reis Magos para ser transformada em posto de desinfecção e hospital de observação, a permanência diária de um médico na fortaleza, a desinfecção de todas as pessoas e das mercadorias vindas de Pernambuco³²⁹. No dia posterior à tomada das primeiras providências o Jornal “A República” trouxe uma matéria aonde as ações providenciadas pelos governos eram pormenorizadas.

A partir de então o inspetor de higiene, médico Segundo Wanderley, auxiliado pela polícia, iria mandar proceder “ao mais rigoroso asseio da cidade e à extinção de ratos”³³⁰, tendo o médico Antonio China, juntamente com o segundo delegado da capital, Francisco Cascudo, a função de fazer visitas diárias a domicílios e estabelecimentos públicos, proibindo o consumo de frutas e demais gêneros alimentícios de qualidade duvidosa, Seria também nomeado delegados provisórios de higiene e de saúde do porto, a desinfecção de passageiros, objetos e correspondências seriam feitas em um galpão construído à margem esquerda do rio Potengi e os passageiros deveriam ficar por no mínimo nove dias em observação.

³²⁹ Peste bubonica - Providencias. A República 03 de abril de 1902.

³³⁰ Peste bubonica - As providencias. A República 04 de abril de 1902.

As medidas tomadas pelo governador Alberto Maranhão, ao vislumbrar uma epidemia de peste bubônica na cidade, se assemelhavam às ações postas em prática, em outros lugares em situação de epidemias, até o século XVIII. Àquela época, quando da iminência de uma epidemia as autoridades públicas decidiam formar as chamadas barreiras sanitárias, instituindo um regulamento de emergência, que constavam geralmente da formação de um corpo médico provisório, do estabelecimento de espaços hospitalares para alocar os doentes, do serviço de desinfecção de pessoas e objetos vindos de outros lugares, e da famosa quarentena, período de isolamento de uma pessoa possivelmente doente.

Foucault explica que até meados do século XVIII, antes, portanto, de acontecer aquilo que o filósofo apontaria como medicina urbana, esse era o modelo de enfrentamento nos lugares onde, por ventura, ocorresse algum surto epidêmico³³¹.

Em Natal, no início do século XX, a prática recorrente era exatamente essa, e como já se disse, motivada, essencialmente, pela falta de um corpo médico estatal que providenciasse uma política pública de saúde que se tornasse minimamente permanente.

No ano de 1903 o jornal “A República” transcreveu uma lista, sob o epígrafe “Indicadores da capital” aonde era apontada uma relação de diversos profissionais que atuavam na cidade. Dentre esses profissionais estavam os médicos Dr. Antunes, José Calistrato Carrilho, Antonio China, Afonso Barata, Segundo Wanderley e Pedro Amorim. Esses profissionais eram os mesmos que apareciam atuando nas ações dirigidas pelo Estado, ou assumindo postos como os de inspetor de higiene ou de inspetor de saúde do porto ou ainda de diretor do Hospital de Caridade, no entanto não é possível afirmar que os mesmos compunham, efetivamente, um corpo técnico-científico de saúde em Natal, ou mesmo, no Rio Grande do Norte. A atuação conjunta de um agrupamento de médicos em torno de questões coletivas, pelo que consta, somente se dava em momentos de iminência de uma situação epidêmica ou da ocorrência factual de um surto de doenças contagiosas.

Foi o que se deu novamente entre 1904 e 1905 quando a cidade foi assolada por uma epidemia de varíola.

Na mensagem governamental de 1903 o governador Alberto Maranhão apontava o receio do aparecimento de um surto de varíola no interior do estado, em especial na cidade de Mossoró, a maior cidade da região oeste do Rio Grande do Norte, para onde

³³¹ FOUCAULT, Michel. Op. Cit. p. 87

recorriam grande parte dos flagelados da seca e que segundo o governador poderiam levar àquela cidade a tão temível doença, como ocorrera em épocas anteriores³³². Nesse mesmo ano começaram a ser divulgados a existência de casos de varíola em Natal.

A mensagem de governo, em 1904, enviada pelo governador Tavares de Lyra, era categórica na afirmação de que o estado sanitário de Natal houvera se alterado devido a aglomeração de retirantes vítimas do flagelo da seca, que naquele ano castigara o interior do Rio Grande do Norte.

O jornal de oposição “O Diário do Natal” avaliando a mensagem governamental criticou o fato de ter sido encarregado, pelo governo, dois homeopatas para visitar e fornecer remédio aos doentes, o que segundo o articulista era muito tarde e somente aconteceu essa ação

Depois de terem morrido muitas pessoas pelas ruas e praças desta cidade, expostas ao sol e à chuva, tomou S. Ex^a. essa medida, aliás incompleta e além da situação. - Porque nessa emergência lançou S. Ex^a. mãos de 2 curandeiros e não de 2 medicos, que os tinhamos e dos mais distintos da capital?³³³

A resposta para a pergunta do jornalista do Diário estava no relatório assinado pelo inspetor de higiene e contido em anexo à mensagem do governo. Nele o inspetor de higiene dizia que obter uma higiene pública satisfatória era um dos problemas de mais difícil solução entre nós. O que segundo ele se devia aos vários encargos a serem executados, às complexidades das medidas a serem tomadas, ao somatório de responsabilidades que recaem sobre os agentes que atuam no ramo da higiene pública e por fim, e principalmente, a deficiência dos meios e os poucos recursos de que dispunha aquela repartição. Segundo o inspetor, a Inspetoria de Higiene Pública do Rio Grande do Norte se reduzia, unicamente, “ao inspetor e ao secretário, que, victimado por minaz sofrimento, acaba de falecer, privando-me deste modo do subsidio de sua intelligencia e do concurso de sua actividade”³³⁴. Expõe ainda que o cargo de médico adjunto da inspetoria havia sido extinto pelo congresso legislativo e que suas funções foram todas passadas para o inspetor, e para aumentar ainda mais as dificuldades a inspetoria estava sem instalação própria onde pudesse funcionar. Nas palavras do inspetor de higiene,

³³² Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Alberto Maranhão em 14 de julho de 1903

³³³ Dia a dia - A mensagem. O Diário do Natal 16 de julho de 1904

³³⁴ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Tavares de Lyra em 25 de março de 1904

Bem se pode compreender, que, com um numero tão limitado de serventuarios, e ainda mais, sem os recursos indispensaveis ao regular cumprimento de seus deveres, por mais louvaveis que sejam os seus designios, impraticavel se torna dar fiel execução ao respectivo regulamento, attender opportunamente às exigencias do serviço, exercer a fiscalização de uma maneira proveitosa, fazer sentir o influxo benefico d'esta vigilante deffensora de nossa integridade physiologica, por em evidencia as suas admiraveis virtudes e indiscutivel utilidade, sua manifesta importancia, assignalar a sua prestigiosa influencia no mecanismo social, proclamar emfim cabalmente a sua existencia e accentuar a sua realidade.³³⁵

Indiscutivelmente o que se pode compreender da fala do inspetor de higiene é o fato de que realmente, até então, não existia, efetivamente, uma política pública estatal no que se refere ao quesito saúde, ou higiene como era comum nomear. Na fala do inspetor o que se percebe é uma quase total negligência dos poderes públicos em relação ao assunto. E nesse caso cabe aqui a crítica formulada por Elias Souto através das letras do seu “O Diário do Natal” que, por inúmeras vezes, denunciava a falta de zelo administrativo que tinha a oligarquia Albuquerque Maranhão: “não esbanjassem os nossos governos, como o teem feito, as rendas publicas – que o Estado se acharia hoje em condições de fazer não só um jardim, como muitos outros melhoramentos de que carecemos”³³⁶.

Dentre os melhoramentos no sentido do progresso e da modernização da cidade, a criação ou a reformulação da estrutura hospitalar era algo de extrema necessidade e que somente toma um impulso maior por volta do ano de 1910.

A instituição hospitalar mais importante de Natal era o Hospital de Caridade, que funcionava muito mais como uma instituição de assistência à pobreza do que uma instituição, de fato, hospitalar. O próprio termo “caridade” trazia, na essência, o papel que tinha a cumprir o hospital, que nada mais era do que ajudar aos pobres nos momentos de desvalia. Era uma instituição mantida pela caridade dos mais abastados e administrada por ordens religiosas, um modelo, aliás, comum no Brasil da época do Império e que, na maioria das cidades brasileiras, recebia a denominação de “Santa Casa”.

Ainda no período imperial o Estado brasileiro cumpria o papel de colaborador, atuando conjuntamente com as direções das Santas Casas, e, especialmente, investindo verbas públicas para que a instituição pudesse atuar no sentido de amenizar o sofrimento dos doentes e desvalidos.

³³⁵ Idem.

³³⁶ Dia a dia - Não justifica. O Diário do Natal, 24 de julho de 1904.

Com a implantação da República no final do século XIX, o Estado brasileiro passou a manter uma relação mais aproximada com as instituições de caridade, passando a ser o mais importante parceiro na assistência aos pobres. Segundo a historiadora Márcia Regina Barros, no seu trabalho sobre a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, “o Estado, ao auxiliar na manutenção do hospital, recebia em troca serviços, (...) indicando a formação de uma rede bastante ampla de atendimento ‘público’”.³³⁷

O Hospital de Caridade de Natal; que posteriormente se chamaria Hospital Juvino Barreto, em homenagem ao ilustre industrial, um dos mais ativos colaboradores e beneméritos para com a instituição, pouco a pouco foi se tornando menos religioso e mais secular, devido aos investimentos públicos efetuados pelo governo estadual; cumpria em Natal essa função apontada por Márcia Regina de formação de uma rede de atendimento público, mesmo ainda tendo como princípio o atendimento aos pobres e desvalidos da sociedade.

Na mensagem enviada pelo governador Alberto Maranhão no ano de 1903 era dito que, até então, o Hospital da Caridade era administrado por um leigo, e que para dirigir um estabelecimento daquela ordem era necessário uma pessoa habilitada, um profissional capacitado, com formação acadêmica na área da ciência médica, nomeando então o governador uma comissão de médicos para formular um novo regulamento para o hospital. Com o novo regulamento a direção do hospital foi confiada a um médico, sendo diretor do Hospital de Caridade à época do envio da mensagem o médico Celso Augusto Sant’iago Caldas³³⁸.

Mesmo com a reformulação regulamentar do hospital, continuou o mesmo a atender, pelo que consta, tão somente, os pobres da cidade, pois, como vimos, as pessoas mais abastadas da sociedade, quando acometidas com algum problema de saúde procuravam as clínicas particulares, os médicos de família, obtendo assim um atendimento mais personalizado.

O Hospital de Caridade foi também alvo de ferrenhas críticas por parte dos oposicionistas que acreditavam ser possível prestar um serviço de melhor qualidade em um espaço mais adequado. Dizia o articulista do “O Diário do Natal” que

³³⁷ SILVA, Márcia Regina Barros da. **As atividades médicas na história da modernização paulista: A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo**, p. 05

³³⁸ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Alberto Maranhão em 14 de julho de 1903

Somente por um escarneo pungente pode ter o nome acima o cazarão que, nesta cidade, recebe os enfermos pobres desvalidos. Imundo, sem utensis, sem os mais insignificantes confortos para os miseros allí recolhidos, gasta-se naquelle Hospital somas avultadas e os infelizes doentes são allí vistos estendidos no ladrilho das salas, nús, como se fossem animaes dos campos.³³⁹

No ano de 1905 o governador Tavares de Lyra afirmava que o Hospital da Caridade não compensava os sacrifícios que exigia dos cofres públicos, dizia também que em quase toda parte a assistência oficial não estava correspondendo às expectativas dos poderes públicos, por esse motivo ele defendia confiar a administração do hospital a uma associação religiosa, como, aliás, era anteriormente, mas, que no entanto o Estado continuasse amparando a instituição de forma que ela pudesse desenvolver a sua função³⁴⁰.

A proposta do governador Tavares de Lyra se resumia, na essência, em transmitir para uma associação religiosa, nas palavras do governador “para uma administração particular”, uma função que na época médicos e autoridades públicas defendiam ser do Estado, e que, portanto, deveria ser assumida pelo mesmo.

Em 1906 o Hospital de Caridade foi fechado sob a alegação de que o mesmo não preenchia os fins a que se destinava, e sob a promessa de que se iria reformular o serviço de assistência, tornando-o mais eficiente.

Em uma crônica intitulada “A Santa Casa” Henrique Castriciano defendia a medida tomada pelo governador explicando que “animar a iniciativa privada affigurou-se-lhe (...) o modo mais pratico de attingir o fim desejado (...), mas isto só não bastava. Era preciso fazer viver a instituição e S. Exia. não descurou esta face do problema, resolvendo subvenciona-la”³⁴¹. Em outra crônica escrita dias depois Henrique Castriciano voltou a defender o fechamento do Hospital de Caridade por ser ele, Castriciano, “francamente contrario ao regimen de assistencia superintendido pelo Estado”³⁴².

A ação do governador Tavares de Lyra e a defesa intransigente de um dos mais importantes intelectuais republicanos no Rio Grande do Norte, deixava claro que, naquele momento, não se tinha entre as maiores preocupações o problema da saúde pública, ou, como se dizia, da assistência pública. O governo de Tavares de Lyra foi,

³³⁹ O Diário do Natal, 03 de julho de 1904

³⁴⁰ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Tavares de Lyra em 2 de janeiro de 1905

³⁴¹ CASTRICIANO, Henrique. Op. Cit. p. 196

³⁴² Idem, p. 204

incontestavelmente, um grande empreendedor das obras de melhoramentos e de aformoseamento em Natal, na sua administração foi construído o mais belo jardim da cidade, foram calçadas inúmeras ruas, foi feita a reforma no teatro Carlos Gomes, uma reforma no balneário do Baldo; no entanto, em ralação à saúde a mais importante medida tomada por Tavares de Lyra foi o fechamento do Hospital de Caridade e a entrega do serviço para a iniciativa privada.

O retorno de Alberto Maranhão ao governo em 1908 estabeleceu nova relação no que diz respeito à questão da saúde pública. O restabelecimento do Hospital de Caridade, dessa vez não mais no antigo casarão da Cidade Alta, mas em uma casa construída no bairro da Cidade Nova, efetivaria novamente o Estado quanto fomentador de uma política pública de saúde. O hospital foi inaugurado em 12 de setembro de 1909 e na mensagem governamental daquele ano Alberto Maranhão dizia que tinha o prazer de comunicar que já havia começado a remodelação do serviço de assistência pública ao qual havia ele se comprometido em fazer. Para o governador, “a instalação do novo Hospital de Caridade no Monte Petropolis, em local e edifício apropriados a futuras e necessárias ampliações, foi o primeiro passo da reforma (...)”³⁴³.

Um ano depois de reinstalado o Hospital de Caridade, agora chamado Hospital de Caridade Juvino Barreto, a imprensa oficial realçava a importância da referida obra para a cidade, reconhecendo nela mais um dos melhoramentos providenciados pelo governo no sentido de fomentar o progresso na capital potiguar. Em uma matéria sobre a criação do Asilo de Mendicidade um articulista “d’A República” dizia que até então

Os exiguos orçamentos do Estado não permitiam a organização eficaz do serviço de assistência pública. Só ha pouco mais de um anno o exmo. dr. Alberto Maranhão creou um Hospital de Caridade, instituição que, embora modesta, é organizada nos moldes mais modernos dos estabelecimentos congêneres, (...)”³⁴⁴.

No ano de 1911, sob a alcunha de João Cláudio, Henrique Castriciano, parecendo rever a sua idéia de que o regime de assistência pública, ou a manutenção de hospitais não deveria ficar a cargo do Estado, escreveu sobre o Hospital de Caridade Juvino Barreto. Em uma crônica recheada de elogios, enaltecendo o hospital como um dos mais modernos do país, Castriciano aplaudia as ações do governador Alberto Maranhão no sentido de reformar e aparelhar o hospital, instalando nas suas dependências:

³⁴³ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Alberto Maranhão em 01 de novembro de 1909

³⁴⁴Asylo de mendicidade. A República, 13 de agosto de 1910

enfermarias, “sala de bancos” (sala de espera para consultas), laboratório, sala de hidroterapia, farmácia e gabinete odontológico. Terminava por reverenciar a obra como um dos mais importantes melhoramentos construídos na cidade, e um dos elementos propulsores do progresso da Capital potiguar, nas palavras de Castriciano

Quem hoje visitar o Hospital de Caridade (...) por certo trará consigo a admiração pelo progresso deste estabelecimento que, sem injustiça, pode equiparar-se aos bons hospitaes do paiz. Percorrendo-se as suas vastas dependencias, tem-se a certeza de que alli morejam creaturas abnegadas que ao lado da orientação scientifica, se esforçam pela prosperidade da nobre instituição, e a frente de tudo aquilo, ver-se a alma de um governo falando da grandeza da sua terra.³⁴⁵

Após o seu restabelecimento; depois de passadas algumas reformas físicas e de ser aparelhado com modernos equipamentos, sendo alvo, portanto, de investimentos públicos; depois de ver incorporado um grupo de médicos, que trabalhando sob a batuta de Januário Cicco, mourejando da forma mais abnegada possível, como dizia Henrique Castriciano; o Hospital de Caridade Juvino Barreto tornou-se a principal referência em saúde e assistência pública não somente em Natal, mas em todo o Rio Grande do Norte. E isso era confirmado pela fala do governador Ferreira Chaves quando, em 1918, na Mensagem enviada ao Congresso Legislativo ele dizia que o hospital acolhia

Em grande numero os infelizes que o procuram no intuito de alli se asylarem ou aviarem gratuitamente medicamentos receitados pelos medicos do estabelecimento. Tal medida, adoptada em falta de amplos recursos orçamentarios para a organização geral de tão importante serviço, é de todo ponto insufficiente, não só porque se faz necessario o saneamento das localidades infectadas, como porque, dadas as difficuldades de transporte, muitos doentes do interior estão impossibilitados de procurarem na capital o tratamento reclamado. Ainda assim, no intuito de os soccorrer, tenho mandado fornecer passagem aos que, melhorados ou restabelecidos, desejam regressar ao logar de onde vieram³⁴⁶.

Apesar dos consideráveis progressos atingidos até então no que diz respeito à política de saúde pública em Natal; que, em verdade, ainda continuava muito mais relacionada ao modelo de assistência caritativa do que a um projeto de política de Estado ou de governo; tornando-a mais abrangente e atendendo conseqüentemente uma maior parcela da população como vimos na fala acima citada; o governador Ferreira

³⁴⁵ CASTRICIANO, Henrique. Op. Cit. p. 312

³⁴⁶ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Ferreira Chaves 01 de novembro de 1918

Chaves reforçava, em 1919, a necessidade de aparelhar melhor o serviço de saúde pública, adotando novos órgãos e desenvolvendo, a contento, o funcionamento dos estabelecimentos que já existiam.

Em maio de 1920 foi assinado o decreto de número 115 que tratava do regulamento do Hospital de Caridade Juvino Barreto³⁴⁷. O decreto assinalava que o hospital se destinava a garantir aos enfermos pobres assistência médica e tratamento por conta do Estado, dizia que o mesmo seria servido por um corpo médico-sanitário com o pessoal necessário para o cumprimento de todos os serviços e que esse corpo médico-sanitário seria formado por um chefe de clínica que se encarregaria da distribuição, direção e fiscalização do serviço médico, e também por um cirurgião, um oftalmologista, um parteiro, um cirurgião dentista, um analista, um farmacêutico e enfermeiros; dizia ainda que os médicos e o farmacêutico seriam nomeados pelo governador mediante concurso, e, por fim, estabelecia que o hospital ficaria subordinado à fiscalização da Inspetoria de Higiene pública.

A experiência de regulamentar o funcionamento do Hospital Juvino Barreto e visto os resultados práticos dessa regulamentação, fez, meses depois, quando do envio da mensagem governamental, o governador Antonio de Mello e Souza defender que esse modelo de regulamentação fosse estendido também aos Hospitais de Isolamentos: da Piedade (alienados), São João de Deus (tuberculosos), e São Roque (variolosos).³⁴⁸

Na mesma mensagem o governador relatava ao Congresso Legislativo a importância do Rio Grande do Norte ficar habilitado para organizar o serviço de profilaxia rural, um programa do governo federal onde o Estado teria que entrar com uma contrapartida para a sua efetivação.

Como vimos, o poder público e seus gestores entre os anos de 1910 e 1920 passaram a se preocupar efetivamente com a organização dos serviços de saúde pública, em especial, com o funcionamento dos hospitais, que pouco a pouco, iam se tornando cada vez menos caritativos e mais instituição pública.

Por outro lado a classe médica de Natal adquiria cada vez mais reconhecimento, tanto por parte dos gestores públicos quanto da população em geral; e se o inspetor de higiene em 1904 afirmava haver para aquela repartição pública vários encargos a serem executados, medidas complexas a serem tomadas e um somatório de responsabilidades

³⁴⁷ Parte oficial. A República, 18 de maio de 1920.

³⁴⁸ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Antonio José de Mello e Souza 01 de novembro de 1920

que recaiam sobre os agentes que atuavam no ramo da higiene pública, em 1920 essas tarefas se tornaram, aparentemente, bem maiores, tendo a Inspetoria de Higiene Pública uma atuação mais abrangente; atuando, em especial, na conformação e no fortalecimento de uma corporação médica, que exercendo as suas funções no setor público ou privado, assumiam socialmente um papel preponderante no processo de modernização da sociedade, cultuando na mesma um ideal de sociedade calcado nos princípios da higiene individual e coletiva, e através dos discursos veiculados pela imprensa e pela publicação de livros³⁴⁹, construindo, com as suas letras e com as suas palavras, uma cidade nova.

A presença cada vez mais marcante no cotidiano da cidade da Inspetoria de Higiene Pública; fiscalizando, legalizando, avalizando, educando; fortalecendo a corporação médica, instituindo-a; privilegiava o protagonismo do profissional médico como interlocutor entre o conhecimento e a população, e como agente público responsável pela construção de uma cidade saudável, tanto física quanto social.

Nos primeiros anos da década de 1920, proliferaram os boletins demográficos sanitários, as fiscalizações em torno da habitabilidade na cidade, as fiscalizações em torno da venda de produtos alimentícios e de remédios, fortaleceram-se as campanhas de vacinação, e principalmente, procurou-se oficializar a profissão médica, reconhecendo esse profissional como aquele capacitado para os assuntos que diziam respeito à saúde e à higiene e, ao mesmo tempo, permitindo ao médico expor suas idéias como um dos elementos essenciais do processo de civilização e de progresso defendido pelas elites.

Diversas matérias publicadas no jornal “A República”, que, sob o título “Pela higiene” ou “Inspectoria de Hygiene”, expunham as atividades desenvolvidas pela Inspetoria de Higiene pública, as suas resoluções, ou ainda as suas recomendações. Uma dessas matérias diz que o inspetor de higiene

Desejando evitar o grande numero de obitos sem assistencia medica, que commummente se observa nesta capital, principalmente entre crianças, aconselha as pessoas que necessitarem de tratamento medico, a procurarem o Instituto de proteção à Infancia, ou o Hospital “Juvino Barreto”, para os adultos³⁵⁰.

Nessa mesma linha de raciocínio, foi feita uma crítica à tradição que a população tinha de não procurar o médico, e sim procurar os serviços de curandeiros ou de fazer

³⁴⁹ Ver HERSCHMANN, M. M. e PEREIRA, C. A. M. **A invenção do Brasil Moderno: Medicina, Educação e engenharia nos anos 20-30.**

³⁵⁰ Inspectoria de hygiene. A República, 23 de janeiro de 1920

tratamentos caseiros. Para o articulista, o alto índice de mortalidade na cidade demonstrava que “os progenitores ou os responsáveis por estes doentes preferem, as mais das vezes, entrega-los aos cuidados de curandeiros em vez de recorrer aos hospitaes e humanitarios clinicos desta capital”³⁵¹, motivada por essa compreensão é que a inspetoria de higiene, na tentativa de por fim a essas práticas, procurava orientar a população no sentido da procura do médico.

O médico Januário Cicco, um dos mais atuantes médicos desse período, em um artigo intitulado “O cliente pobre” escrito em 1926, reafirmava a crítica feita pela Inspeção de Higiene anos antes e confirmava que tais práticas; como: “meizinhas”, “rezas”, “garrafadas”, “feitiçarias”; continuavam corriqueiras. No entanto, uma outra prática, qual seja: “o cliente pobre, que assina o nome e tem a infelicidade de ler jornal, cata nos anúncios a nomenclatura dos remédios em voga e suas aplicações, e compra o que lhe convém, certo da cura que lhe promete o industrial”³⁵², deveria também ser alvo de críticas por parte da comunidade médica, pois é tão prejudicial quanto a primeira. Nestas duas críticas Cicco se põe na defesa do médico quanto o cientista capaz de dismantelar as práticas arcaicas e também as práticas mais contemporâneas.

Em outra oportunidade foi publicado o expediente da Inspeção de Higiene onde era exigido que médicos e dentistas comparecessem à “Secretaria de Hygiene” para registrar os seus diplomas, havendo para isso um prazo de sessenta dias a contar de data de publicação daquele expediente³⁵³.

Apesar do volume de atuação do trabalho dos agentes públicos de higiene terem continuamente sido acrescidos, e, com isso, a Inspeção de Higiene ter tomado vulto diante da administração pública, o governador Antonio de Mello e Souza dizia que o quadro de pessoal daquela repartição era deficitário e que por isso os serviços realizados pelos agentes daquela inspeção deixavam a desejar, dizia ainda que

O serviço de higiene publica, como deve e pode ser feito, tem de agir e pela ação ensinar, ha de ser onnipresente, para levar o asseio a todos os recantos e o conselho a todos os domicilios, e com o que temos por ora é impossível fazer alguma coisa que com isso se pareça³⁵⁴.

³⁵¹ Pela hygiene. A República, 10 de abril de 1920.

³⁵² DAVIM, Paulo. **Médicos de ontem por médicos de hoje**. p. 43.

³⁵³ Inspectoria de hygiene. A República, 23 de janeiro de 1920.

³⁵⁴ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Antonio José de Mello e Souza 01 de novembro de 1920.

A fala de Antonio de Souza é central nessa discussão em torno do fortalecimento da Inspeção de Higiene quanto instituição pública, no sentido de tornar o serviço mais eficiente e mais público.

Na mensagem enviada pelo governo ao Congresso Legislativo do Estado o governador realçava que naquele ano havia sido reformado e regulamentado os serviços de higiene e saúde pública que, segundo Antonio de Souza, seguia o modelo dos mais adiantados do país, reorganizando “os serviços de inspeção domiciliar e de gêneros alimentícios, notificação das moléstias transmissíveis, exercício das profissões médica e farmacêutica e outros assuntos conexos”³⁵⁵. Mais adiante, ele falava da satisfação de reconhecer, que sendo o Rio Grande do Norte um dos estados mais pobres da união, os serviços de assistência, ou seja, hospitalar, eram todos custeados pelo governo.

No ano de 1924, o governador José Augusto de Medeiros editou o Decreto nº 239 de 30 de junho daquele ano no sentido de reorganizar a administração pública, tal decreto tinha o intuito de descentralizar a administração, criando uma Secretaria Geral do Governo e cinco departamentos, sendo um deles o Departamento de Saúde Pública³⁵⁶.

A troca de nomenclatura nas instituições, em especial nas instituições públicas, podem não ter grandes significados, não exigindo mudanças reais no cotidiano das mesmas, no entanto, ao que parece, a transformação da antiga Inspeção de Higiene em Departamento de Saúde Pública, trazia no seu arcabouço uma nova concepção do papel do Estado nesse setor.

Na ato da criação do Departamento de Saúde Pública, foram criadas internamente nesse departamento três inspeções e uma subinspeção sendo cada órgão responsável por atividades correlatas ligadas à questão da saúde pública.

José Augusto dizia pertencer “ao número dos que reputam necessidade fundamental da nossa terra o velar pela saúde do homem que a povôa”, entregando essa grande tarefa ao médico Manoel Varella Sant’Iago.

Nessa mesma mensagem, o governador José Augusto fazia uma grande lista que afirmava ser o papel do Estado no que diz respeito à saúde. A mesma constava de incontáveis tarefas a serem cumpridas pelo Departamento de Saúde Pública, dentre as quais: a polícia sanitária, a verificação de óbitos, a fiscalização da limpeza pública e do

³⁵⁵ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Antonio José de Mello e Souza 01 de novembro de 1921.

³⁵⁶ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte José Augusto de Medeiros 01 de novembro de 1924.

matadouro, a inspeção médico-escolar que estava limitada à capital, os serviços de notificação, vigilância sanitária, fiscalização das profissões de médicos e farmacêuticos, a remoção de enfermos em caso de acidentes de rua, a higiene das habitações, a estatística demográfica e sanitária, a assistência hospitalar sob as suas variadas formas, a construção de fossas sanitárias, o exame dos empregados domésticos, a construção de gabinete especial para exame do leite, e não era somente disso que deveria cuidar o referido departamento, mas “de tudo isso e de muita coisa mais”.

No ano de 1925, José Augusto dizia que “os estabelecimentos de assistência pública são em nossa terra, onde a iniciativa privada quase não existe, mantidos exclusivamente com os recursos do Estado”

Nas mensagens governamentais de 1924 a 1928, durante a gestão de José Augusto, uma das declarações mais repetidas era a de que o Rio Grande do Norte, dentre os estados da federação, era o que proporcionalmente mais investia no setor de saúde pública.

No ano de 1927, o governador dizia que

a acção do Departamento de Saude Publica do Estado tem se feito sentir da maneira mais efficiente possivel (...) muitas são as suas iniciativas já postas em execução, com evidente proveito para a saúde colletiva. Entramos resolutamente em uma phase de realizações, d’onde não é mais possivel recuar.³⁵⁷

Apesar da categórica afirmação da competência do Estado quanto fomentador e administrador das políticas públicas relacionadas à saúde, o governador José Augusto decidiu transmitir a responsabilidade administrativa do Hospital Juvino Barreto, o maior e mais importante da capital, para a iniciativa privada através da firmação de um contrato com a “Sociedade de Assistência Hospitalar” uma associação formada por médicos da cidade, sob a orientação de Januário Cicco, e que teria como função essencial, através do contrato, tão somente a administração daquele hospital, podendo manter o pavilhão de pensionistas (clientes pagantes). Através da letra do contrato a associação iria perceber um orçamento de 100.000\$000 (cem contos de reis) uma boa parte do orçamento geral do Departamento de Saúde Pública que era pouco mais de três mil e quinhentos reis. Essa ação deveu-se segundo o governador, “em obediencia a um

³⁵⁷ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte José Augusto de Medeiros 01 de novembro de 1927

velho ponto de vista, segundo o qual a obra de assistência deve estar affecta principalmente à iniciativa privada”³⁵⁸

O governo de Juvenal Lamarine procurou dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo seu antecessor na área da saúde pública. Dizia o governador, em 1928, que continuavam, “com a devida regularidade, os trabalhos antigos affectos ao respectivo Departamento”,³⁵⁹ e que os mesmos estavam atestando o esforço empregado pelos poderes públicos para bem servir os interesses da coletividade.

Em 1930 Juvenal Lamartine declarava que todos os serviços relacionados à saúde pública iam sendo realizados com regularidade.

A partir do que vimos até aqui, podemos afirmar que em Natal, no início do século XX, uma política de saúde foi, pouco a pouco, se consolidando, tendo o Estado como fomentador dessa política, estruturando e organizando o setor numa perspectiva de construção de um aparato médico estatal, socializando o conhecimento médico e a ciência médica, procurando efetivamente se espelhar nas experiências consideradas “civilizadas”, buscando com esse aparato médico-social construir, com o consentimento da população e, em algumas situações, com a resistência de alguns setores da sociedade, um ideal de progresso e de civilidade e conseqüentemente a materialização desse ideal.

A criação de um aparato médico estatal no Rio Grande do Norte possibilitou, em conjunto com outras ações, a modernização de Natal, as “receitas” propugnadas por esse aparato médico no sentido de modernizar a capital potiguar acarretou, efetivamente, na construção de uma cidade que como dizia o médico Januário Cicco “era a cidade mais saudável do Norte do Brasil”.

3 – Entre a cidade e a salubridade: uma natureza que se queria saudável

A natureza, tal qual a concebemos, é, essencialmente, uma projeção antropológica, é uma construção, simbólica ou material, estritamente humana, apropriada às necessidades humanas, fruto das vontades. Segundo Marx “a natureza imediatamente perceptível constitui, para o homem, a experiência humana direta dos sentidos”³⁶⁰; a natureza não é um objeto individualizado de sentido unilateral, mas por essência, um

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Juvenal Lamartine 01 de outubro de 1928

³⁶⁰ MARX, Karl. Op. Cit. p. 146.

produto coletivo, com significação coletiva, em outras palavras, “o significado humano da natureza só existe para o homem social”³⁶¹

Sendo a natureza uma construção social e a cidade uma “segunda natureza”, como diz a arquiteta Raquel Rolnik, é compreensível entender que ambas podem ser, e são efetivamente, construídas concomitantemente, possibilitando paisagens que, meio natureza meio cidade, são concretizadas a partir do desejo, dos anseios e das vontades das pessoas que viveram e vivem naquele espaço.

A paisagem de Natal é, como afirma o urbanista Pedro de Lima, “uma paisagem tipicamente natalense”, construída historicamente, tanto simbólica quanto materialmente, pelos homens e mulheres que viveram e vivem nesse lugar chamado por todos de cidade do Natal.

A natureza em Natal, assim como em todos os lugares, tem presença marcante e estabelece para a cidade características elementares, originais, de gênese, características encontradas tão somente em Natal, subordinadas ao meio, à compreensão que as pessoas têm sobre esse meio e às transformações que essas pessoas estabeleceram para o mesmo com o único fim de concretizar sonhos, desejos, vontades e idéias.

A construção de uma natureza tipicamente natalense, forjando uma paisagem que somente pode ser encontrada em Natal, foi, com o passar do tempo, se concretizando em pedra e cal, mas também, e especialmente, em árvores, em dunas, em lagoas, em mares, em rios, em parques, em jardins.

Um dos instrumentos mais eficazes para a construção dessa natureza tipicamente natalense foi, indubitavelmente, a medicina que, suturando pouco a pouco a cidade, mesmo que com fios tênues, procurou proporcionar, a partir dos ideais de salubridade, de higiene e de sanidade, uma natureza que, liberta de tudo aquilo que era considerado insalubre, não higiênico e insano, se tornasse saudável.

Em Natal, a atuação de profissionais médicos e dos ideais da medicina no sentido de influir no processo de construção e de formatação da cidade, numa perspectiva de protegê-la dos males possíveis que o meio natural poderia a ela proporcionar, se deu, efetivamente, nas primeiras décadas do século XX, se tornando, tanto as práticas quanto as idéias da ciência médica, um dos pilares de proposição do processo de modernização e de adequação à civilidade no modelo europeu como queriam as elites da cidade.

³⁶¹ Idem, 139

Como vimos, a provinciana Natal do início do século XX era uma cidade de poucos médicos, mas com uma elite intelectual inteirada dos acontecimentos que se passavam nos países desenvolvidos, conhecedora dos ideais que tangenciavam o desenvolvimento daqueles países e de suas mais importantes cidades, e defensora da modernidade como a salvaguarda para a humanidade.

Desenvolver, progredir, era para essa elite a única perspectiva e mesmo que o propalado progresso trouxesse a “mutilação da paisagem” pouco importava, pois ele iria minorar os sofrimentos dos filhos da terra, suavizar as condições de trabalho, facilitar a circulação da riqueza e valorizar os terrenos incultos.³⁶²

O vínculo entre progresso e humanidade era, naquele princípio de século, algo tão somente “natural”, e como vimos anteriormente, esse indivíduo transcendente, o progresso, independentemente de qualquer questão, iria acontecer e com o único afã de retirar a humanidade do seu passado inglório, iluminando o seu caminho numa perspectiva de construção de um mundo melhor. Um dos mais significantes exemplos no que diz respeito à conceituação do vocábulo progresso foi escrito por um jornalista natalense, que assinava pela alcunha de “Cobra verde”, e editado em um pequeno jornal de uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Norte. Nas páginas do jornal “O triumpho” da cidade de Augusto Severo foi escrito que

O progresso, mais do que um desenvolvimento do que uma revolução, é uma irradiação do espirito à vida de inovações sublimes de horisontes mais luminosos, é mais que uma tendencia, é uma lei, um phenomeno, como a rotação da terra, como a germinação das plantas.

O progresso é a alma dos seculos. Supremil-o seria mais que um crime, mais que uma degradação, seria uma verdadeira atrophia social, arvorar o dominio da inercia fecunda de trevas e prodiga de erros.³⁶³

É importante ratificar que o termo “progresso” não é aqui um simples vocábulo atemporal, mas sim um termo recheado de significados, o progresso que tanto era defendido nada mais era do que o progresso capitalista, anunciando naquele início de século para a pequena, pacata e provinciana Natal a redenção de um passado obscuro, sem grandes acontecimentos e sem uma história que enaltescesse a terra. Negando, dessa forma, o passado e afirmando um devir, que por obrigação, seria construído e aceito por todos.

³⁶² SOUZA, Eloy de. Op. Cit. p. 31

³⁶³ Progresso. O Triumpho, 16 de agosto de 1918

A natureza presente na cidade transformou-se, naquele momento, em um dos empecilhos que impediu durante trezentos anos o desenvolvimento da cidade. A maioria dos intelectuais natalenses eram categóricos ao afirmar que a falta de progresso de Natal devia-se, em grande parte, a uma natureza fatigante, enfadonha, que somente permitia à cidade a mesmice, transmitindo para o natalense esse modo cansado de encarar a vida, tornando-o acabrunhado, bisonho, macambúzio.

Natal, construída entre rio, mar e dunas é naturalmente protegida, e a natureza impõe-se à cidade como uma espécie de muralha “proibindo” o contato do natalense com o mundo exterior.

No começo do século XX, na fala de muitos dos intelectuais, era esse isolamento, causado pela natureza, que promovia o atraso da cidade até fins do século XIX.

Henrique Castriciano defendia que Natal

Devia estar na outra margem ou, por exemplo, em Guarapes, onde se poderia com despesa relativamente pequena, construir uma ponte que desse passagem ao commercio do centro.

Como succedeu, ficou sem comunicação facil para o interior, tendo em frente o Potengy, com largura considerável, - tresentas braças approximadamente - e tendo à leste e ao sul grandes morros arenosos, sem prestimo para nada, verdadeiros parenthesis de terra inculta e má.
(...).³⁶⁴

Ao final ele reafirmava: “Assim ficamos, por assim dizer, enkistados e, três séculos depois, é ainda grande o nosso atraso.”³⁶⁵

Para Castriciano, era devido a esse isolamento que Natal ficou sendo, como já foi mencionado, uma cidade curiosa com singularidades de bucolismo e de civilização em esboço.

O historiador Câmara Cascudo dizia que a cidade era isolada e por isso guardava tênues liames interprovinciais e que havia ficado, ao ser construída entre rio e mares, como uma massa esperando o aspecto.

Eloy de Souza, sem mencionar o isolamento da cidade, enaltecia as mudanças ocorridas no início do século XX, que, segundo ele, estava transformando a cidade, recriando-a, negando o seu passado, despertando-a para o novo.

³⁶⁴ CASTRICIANO, Op Cit. p. 221

³⁶⁵ Idem

A cidade desperta de seu sono três vezes secular. (...) O mesmo esforço que tem rasgado avenidas empedra o areal, ameniza as ladeiras, saneia as terras alagadas. (...) Por toda parte a visão de agonia do velho Natal.³⁶⁶

O poeta Jorge Fernandes em um hino de louvor ao rio Potengi escreve assim: “é o pôrto da minha cidade, todo cercado de morros para o lado norte e para o lado sul”³⁶⁷

No entanto, vozes dissonantes, afirmavam a beleza e a importância dessa paisagem.

Jorge Fernandes dizia ainda sobre o Potengi: “rio que nunca me levou barra afora para ver o grande mundo lá longe, mas que tem proporcionado sensações fortes dentro de minha pequena e linda cidade Natal”³⁶⁸

Na célebre palestra “Natal daqui a cinqüenta anos”, o jornalista Manoel Dantas ao convidar os seus ouvintes para um *pic-nic* no morro do “Perigo Iminente” fala assim:

O Perigo Iminente é um morro célebre, a leste da cidade, que nem todos os senhores conhecerão pelo nome, porém todos certamente conhecem pelo aspecto imponente.

Adoro os morros que nos circundam como um colar de pérolas, esmeraldas e topázios; são como o prolongamento das espumas do mar, onde as ondinas vêm misturar-se às borboletas que ajeitam nas florestas para celebrarem à luz do sol a festa da natureza³⁶⁹

O médico Januário Cicco, que no seu célebre tratado sobre higienização e saneamento para Natal, ao mesmo tempo em que propunha um sem número de intervenções por parte da administração pública em nome da saúde da população, defendia a salubridade do clima da cidade, nas suas palavras,

Natal é a cidade mais saudável do Norte do Brasil. À margem do oceano e cercada por montanhas de areias ou dunas, coberta de exuberante vegetação, é batida pelo vento éste-sueste constante e moderado, trazendo à cidade as riquezas de um ar marinho, leve, puro e tonificador. De clima temperado, a sua temperatura não excede de 32° à sombra³⁷⁰

Vê-se então que a natureza em Natal se apresentava, aos seus observadores, de forma variada e concatenada ao modo de como esses observadores vislumbravam essa

³⁶⁶ SOUZA, Eloy de. Op. Cit. p. 45

³⁶⁷ FERNANDES, Jorge. **Livro de poemas**. p. 135

³⁶⁸ Idem

³⁶⁹ DANTAS, Manoel. Op. Cit. p. 65.

³⁷⁰ CICCO, Januário. Op. Cit. p. 7

mesma natureza. Natureza inóspita³⁷¹, que impedia o desenvolvimento, mas ao mesmo tempo exuberante³⁷² capaz de proporcionar aos natalenses uma boa saúde como propalava Januário Cicco; de suportar, sem perder a sua pujança e beleza, o grande desenvolvimento urbano “profetizado” por Manoel Dantas; de provocar uma extasiante viagem poética no modernista Jorge Fernandes; de negar e enaltecer paradoxalmente o passado aristocrático como se contradizia Eloy de Souza, de fomentar recursos de memória no historiador Câmara Cascudo; e por fim, de favorecer o seu uso para a prática de esportes e passeios tonificadores como queria o educador Henrique Castriciano.

Para uma natureza assim, o “remédio” não poderia ser outro senão o progresso, mesmo que este tivesse uma intenção assumidamente de mutilação da paisagem como defendia Eloy de Souza, ou de adequação da mesma para um uso mais “racionalizado” a partir dos princípios de civilidade e de sociabilidade vigentes à época.

A idéia da construção de uma cidade moderna aliada aos princípios da salubridade e da higiene iria efetivamente interferir no meio natural de Natal, construindo no lugar de uma natureza negada uma outra que providenciaria para a cidade e à sua população, ou pelo menos a parte dela, os espaços necessários para uma vida com saúde.

Essa perspectiva de transformar a natureza inata em espaços salubres guiava quereres e fazeres, reivindicava paisagens, proferia discursos, manifestava apoios, tecendo, ponto a ponto, teias relacionais aonde o produto final seria um artifício, material e simbólico, construído solidamente para o bem viver.

Henrique Castriciano, escrevendo uma crônica no ano de 1903 na qual ratificava uma crítica aos costumes do natalense da época, considerado pelo autor como um povo

³⁷¹ Sobre essa questão ver os ensaios de Alain Corbin “O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental” que trata sobre como os europeus dos séculos XVIII e XIX representavam o mar. E, Márcia Naxara em “Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX” uma excelente e apaixonante análise da literatura romântica do século XIX e o que os autores representavam sobre o urbano, a natureza e o processo civilizatório experimentado naquele momento. Ver também Roberto da Matta no livro “conta de mentiroso”, capítulo 4 “Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações” aonde o autor procura expor a forma pela qual o brasileiro convive com a natureza, uma natureza nem sempre benquista ou bem tratada, mas essencialmente “mãe dadivosa” que tudo dá sem querer nada em troca.

³⁷² Segundo o antropólogo Roberto da Matta a representação de uma natureza exuberante no Brasil está relacionada à idéia da natureza como “dadivosa e edênica”. “Nesta concepção, conforme acentua o historiador Keith Thomas, a Natureza e seus seres teriam sido feitos para deleite, desfrute e exploração do homem” e mais adiante o autor expõe que “tal idéia de natureza parece ter muita força ideológica, exprimindo-se significativamente na bandeira do Brasil republicano, um símbolo conscientemente projetado no propósito, como diz o historiador José Murilo de Carvalho (1990), de elaborar um imaginário capaz de legitimar o novo regime político e com a intenção de ‘formar as almas’” (Da Matta, em torno da Repres... p. 101).

afeito ao ócio e às fofocas, e que somente através da ação de um tônico regenerador o “micróbio” que havia penetrado o corpo do natalense e dado a ele um aspecto tão taciturno e pérfido poderia ser debelado, imaginava a chegada de um suposto viajante à cidade e indicava o primeiro olhar que esse viajante teria ao longe quando estivesse se aproximando da barra do rio Potengi. Segundo ele, o viajante ficaria

Encantado com as perspectivas da natureza que nos cerca, vê as dunas, os mangues immoveis emoldurando um lado do rio, o perfil dos edifícios distanciados e sente-se atraído por essa visão de aldeia pittoresca, naturalmente cheia de movimento, de graça e de vida.³⁷³

Preocupado com a saúde do natalense, Henrique Castriciano alertava que os costumes aos quais ele fazia a crítica, atrofiavam os indivíduos, deixando-os frágeis, em especial as pessoas do sexo feminino. Dizia ele que o natalense não tinha o hábito de se dedicar à prática dos esportes, de passear, de fazer exercícios físicos, de ir à *pic-nic's* ou de fazer reuniões ao ar livre, pois, segundo ele, tudo isso era considerado perigoso e imoral. Dizia ainda que Natal era uma cidade sem arrabaldes e sem arvoredos bem conservados, mas que no entanto muito se tinha para onde ir, citando então o exemplo do Refoles, no Alecrim, às margens do rio Potengi, “onde se descortina uma paisagem deliciosamente bella” e se debruçando em elogio à paisagem natural daquele recanto da cidade ele expunha:

Os meus olhos ainda não viram nada mais encantador que o nosso Potengi, descendo para o mar, nas horas de vasante, sereno e calmo, conduzindo nas águas mansas uma porção de barcos leves, que vão e vêm, que aparecem e desaparecem nas curvas dos rios, dando à perspectiva, uns tons suaves de mágica, de tela polychroma...

À Tarde, visto de Refoles, o nosso rio tem nuances, de uma delicadesa tal, ha nas suas águas docemente onduladas pela vibração do norte, uma tão grande variedade de tintas, de cores alternadas pela refração da luz agonizante, - que a gente fica horas e horas embebidas na contemplação d'esse panorama evocador de outros logares que guardamos no fundo da memória e que surgem de repente, como através de um sonho amigo e bom, aos nossos olhos, turvos de saudosa tristeza.

E as cores violáceas do crepúsculo, descendo do céu arroxeadas e cahindo nas linhas enfumaçadas das dunas alvas, quasi desfeitas pela sombra da noite que vem tombando, quasi mergulhadas no golpão da treva que por toda a parte se alastra criando o mysterio das coisas insondáveis.³⁷⁴

³⁷³ CASTRICIANO, Henrique. Op. Cit. p. 185

³⁷⁴ Idem, p. 11

Essa natureza pintada através das letras, inclusive com cores, por um dos educadores mais respeitados da cidade, e sob uma guia aviada na defesa da natureza quanto um tônico revivificante, favoreceu para que as águas do Potengi, tempos depois, estivessem povoadas de rapazes robustos e saudáveis, adeptos da prática de esportes aquáticos como o remo e a natação. E então, já por volta de 1910, o Potengi com as suas cores, nos finais das tardes, recebia uma legião de moços que invadiam as suas águas, e dentro de leves barcos singravam, em fortes remadas, as mansas águas do rio, tornando-se, assim, parte integrante da paisagem, que somados, ao azul do céu e ao azul esverdeado das águas, ao vivo verde do manguezal da outra margem e ao cair do sol num colorido crepúsculo, encantava os olhos das jovens senhoritas que, do alto dos mirantes existentes à margem do rio, admiravam a cena com um olhar cúmplice.

Uma outra prática esportiva, iniciada, contemporaneamente aos esportes aquáticos, foi o futebol que, diferente do Remo que já tinha na natureza o seu lugar de realização, sentia a necessidade de adequação de um espaço para a sua efetivação.

No início do século XX, o futebol tornou-se uma prática cotidiana em Natal e inegavelmente isso se devia em muito às idéias de asseio e saúde do corpo, idéias essas que eram pregadas pela medicina da época e por educadores como Henrique Castriciano.

Para a prática de referido esporte, foi construído no bairro da Cidade Nova, um dos lugares mais saudáveis da cidade, o *ground* ou *field*, ou seja, o campo de futebol, na Praça Pedro Velho, também chamada de pracinha, para onde afluíam os jovens da elite natalense, que em busca de diversão e saúde, se apropriavam do espaço promovendo treinamentos e competições, que eram realizados especialmente na parte da manhã, logo cedo, ou nos finais de tarde, tendo as referidas atividades sempre um público cativo que acompanhava atentamente o desempenho dos *footballers*.

A pracinha da Cidade Nova, planejada geometricamente no formato de um grande quadrado tomando todo um quarteirão entre as avenidas Prudente de Moraes e Floriano Peixoto e as ruas Potengi e Trairi, adequava-se especialmente para a implantação do desejado *field*, e aliada à geometria da praça estava a natureza do lugar, que, próximo ao mar e às dunas, possuindo uma vegetação abundante, providenciava um ambiente que, constantemente, tendo o ar purificado, tonificava o corpo e a mente dos atletas e das pessoas que assistiam às partidas do esporte trazido da “civilizada” corte inglesa.

Em outubro de 1928, foi inaugurado, pelo então governador Juvenal Lamartine, o primeiro estádio de futebol de Natal. O campo da Liga de Desportos Terrestres de Natal era localizado no bairro do Tirol, que segundo o médico Januário Cicco era “o bairro mais saudável da cidade”³⁷⁵, ficava na Oitava Avenida, atual Hermes da Fonseca, próximo às famosas chácaras construídas pela elite natalense naquelas imediações, ao campo de aviação do aeroclube e, especialmente, às dunas cobertas de vegetação que existiam no lado Sul da cidade.

O estádio, construído pelo arquiteto Clodoaldo Caldas, numa posição que pudesse receber os ventos advindos do mar que sopravam na direção Este-sudeste, tinha a capacidade para cinco mil pessoas, era um dos maiores da região, e possuía arquibancada de madeira coberta com folhas de zinco, sanitários, vestiários, bilheterias e um vistoso portão de entrada em forma de arco, onde, ao vento, agitavam-se as bandeiras dos times de futebol filiados à Liga de Desportos³⁷⁶.



Estádio Juvenal Lamartine – década de 1930 (CD Natal 400 anos)

Depois da inauguração desse espaço, bem localizado e em lugar extremamente salubre, a prática do futebol foi ainda mais estimulada, os times existentes na cidade se fortaleceram e os campeonatos passaram a atrair um público cada vez maior, que, à

³⁷⁵ CICCO, Januário. Op. Cit. p. 37

³⁷⁶ FILGUEIRA NETO, J.P. Os esportes em Natal. p. 20

procura de diversão, aproveitavam o lugar para respirar o ar puro e se restabelecer da rotina e do cansaço que a cidade proporcionava.

Dentre as muitas obras de melhoramentos da cidade a construção ou o aformoseamento das praças tiveram uma atenção especial nesse período. Como vimos, no primeiro capítulo, a praça era o lugar próprio para o encontro, o lugar para onde as pessoas afluíam nos momentos de ócio, o lugar apropriado para as conversas ou para outros afazeres que não o laborial. Era na praça, também, que as pessoas iam buscar, à sombra das árvores, refrescarem-se do calor natural da cidade que costumava girar em torno dos 32° durante o verão. Além de amenizar o clima, as praças assumiam também uma função profilática, pois, sendo as mesmas dotadas de grande quantidade de árvores, o espaço tinha um ar de boa qualidade e o conforto do lugar promovia bem estar às pessoas que o freqüentava.

Nos primeiros anos do século XX, as praças existentes em Natal mais pareciam terrenos desocupados, eram praças porque assim eram denominadas, mas não conseguiam cumprir efetivamente com a clássica função de passeio público e de lugar para ver e ser visto. Exemplo disso era a Praça André de Albuquerque que não era mais do que o lugar de passagem quando as pessoas iam de um lado para o outro do bairro da Cidade Alta.



Bruno Bougard, 1904 – Praça André de Albuquerque,
(acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).

A fotografia de Bruno Bougard registrada no ano de 1904 mostra exatamente o aspecto bucólico da praça, aspecto esse que era extremamente criticado pelos intelectuais da época que defendiam ser a praça um lugar de contemplação e convivência, e para revigorar-se do cansaço.

Foi somente em 1907 que teve início as obras de um projeto, que elaborado pelo arquiteto Herculano Ramos, consistia no aterramento, aplainamento e ajardinamento da referida praça, construindo-se um largo passeio de contorno e um pavilhão central aonde foi alocado um coreto de ferro caprichosamente trabalhado³⁷⁷. Com isso a Praça André de Albuquerque se tornou um dos mais aprazíveis e prestigiados lugares da cidade, para onde as pessoas se deslocavam com a finalidade de passar o seu tempo de ócio e revigorar-se da labuta cotidiana, ouvindo a boa música da banda do batalhão de segurança e passeando por entre as frondosas oiticicas e mungubeiras. Era um dos lugares da cidade aonde o passeio se tornou um evento social corriqueiro



Praça André de Albuquerque – 1920
(fonte: Como se higienizaria Natal.)

É o que nos relata uma crônica escrita, em agosto de 1914 no jornal “Gazeta da semana”, por um articulista que assinava pelo nome de Amphion. E a supor pela fala do

³⁷⁷ NESI, Jeanne F. L. **Caminhos de Natal**. p. 19

cronista o passeio pelos jardins da Praça André de Albuquerque, o deleite da convivência com a “natureza domada” do espaço, em uma tarde de domingo, era algo que se poderia chamar de extasiante.

Narrando um episódio de uma tarde de domingo nos relata o tal Amphion:

Domingo passado o povo elegante de Natal affluíu extraordinariamente ao jardim da praça André de albuquerque. Ali vimos, o que havia de melhor na nossa sociedade: desde o rapaz *smart* e maneiroso à *mademoiselli* garrulla e encantadora. Foi portanto aquella a reunião, chic da fleur fine de nosso meio social. Era uma tarde esplendida, ameigada de brisas deliciosas, quando a harmoniosa banda musical, da ‘3ª companhia’ subia ao corêto. Olhando o Potengy remansoso, viamos ‘o naufragio da luz nas bandas do occidente’... Uma faixa fulvamente loira, envolvia, n’um gesto adorável de volupia, os enverdecidos morros das Quintas. E sob a acção fulgente d’quele crepusculo de ouro, começaram a chegar as pessôas à retretta. Já uma noute de encantos nos abrigava... O jardim cheio de flôres olentes, tirava-nos da mente por instantes, os assombrosos assuntos de actualidade (...) E pelos passeios o povo crusava n’uma promiscuidade enervante...³⁷⁸

Uma outra praça muito criticada pelos moradores da cidade nos primeiros anos do século XX era a Praça Augusto Severo.

Localizada no bairro da Ribeira, no Largo do Teatro Carlos Gomes, atual Teatro Alberto Maranhão, a antiga Praça da República era considerada um dos logradouros mais insalubres da cidade, especialmente em quadras invernosas, pois devido a sua situação topográfica, num nível abaixo da Cidade Alta, as águas das chuvas escoavam do bairro alto e se acumulavam na dita praça provocando o surgimento de lagoas nos seus arredores e, para completar, Existiam também os alagamentos constantes devido ao movimento da maré.

No ano de 1896, numa matéria sobre a Praça André de Albuquerque, um articulista dizia que era a Praça de Republica vasta e belíssima, mas que não era aproveitada para recreação dos habitantes, pois, somente tinha servido até então para pastagens dos brutos. Era um lugar muito bucólico e que traduzia os hábitos atrasados das pessoas que viviam na cidade³⁷⁹. Como vimos esse discurso sobre os hábitos pouco civilizados do natalense era constante na fala dos intelectuais da cidade.

³⁷⁸ Crônica mundana. Gazeta da semana, 14 de agosto de 1914

³⁷⁹ Praça André de Albuquerque. A República, 15 de abril de 1896

Entre os anos de 1904 e 1905, a Praça Augusto Severo sofreu uma reforma radical que tornaria o referido logradouro em um dos espaços mais agradáveis e saudáveis da cidade. A obra de saneamento e aformoseamento da praça foi confiada ao arquiteto Herculano Ramos, que planejou a construção de um espaço que fosse capaz de arejar o local, tornando o clima mais ameno e o ar mais salutar.

Ao descrever a obra um articulista “d’A República destacava:

O pavilhão central de fabrica muito elegante e sobria, o canal que colleia o vasto jardim, refrescando com as suas limpidas aguas abundantes, trez pontes muito pittorescas e uma cabana, abrigando pelo tronco um grupo de palmeiras, que derramam sobre o telhado a sombra protetora das suas palmas agitadas pelo vento, parassol natural de graciosas linhas campestres da paisagem natural³⁸⁰



Praça Augusto Severo – jardim construído por Herculano Ramos
fonte: CD - Natal 400 anos (início do século XX)

Por fim, era afirmado que aquela obra se constituía num “melhoramento capital para o recreio e a hygiene dos natalenses, até agora privados de tão útil beneficio, alfim libertos do pantano que era a antiga praça, e que tanto lhes comprometia a saude”³⁸¹.

A imagem, retratada pelo articulista “d’A República”, permite diagnosticar que com a reforma dirigida pelo planejamento de Herculano Ramos, a praça Augusto

³⁸⁰ Em Natal. A República, 06 de dezembro de 1905

³⁸¹ Idem.

Severo deixou de ser aquele espaço insalubre de antes para se compor como um dos cenários mais saudáveis da cidade, lugar apropriado para se socializar, e, ao som das bandas de música, se deliciar com a beleza tropical do lugar.

A perspectiva de tornar o clima da cidade mais arejado favoreceu com que outras praças, mesmo pequenas, fossem alvos dos chamados melhoramentos, recebendo especialmente o plantio de árvores, um ajardinamento adequado e bancos nos quais as pessoas pudessem se acomodar para refrescar-se do calor ou descansar. De forma que pequenos espaços como a Praça da Alegria localizada por trás da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, a Praça Leão XIII sito no largo da igreja do Bom Jesus das Dores no bairro da Ribeira, a Praça Pedro Américo instalada em frente à igreja de São Pedro no Alecrim, e as praças da Cidade Nova, Pedro Velho (pracinha) e Pio X, foram se tornando, pouco a pouco, lugares apropriados para o encontro, o passeio, as conversas e o remanso, onde as pessoas iam procurar se esquecer do tempo e dos problemas, um lugar aonde o que poderia perturbar era o cantar dos pássaros e o passar dos ventos por entre as folhas do arvoredo.

Os hábitos, ditos atrasados do natalense, foram expostos, mais uma vez, naquele diálogo, citado no primeiro capítulo, entre um suposto viajante e um jornalista do jornal “A República” que assinava sob o codinome de “Catavento” no ano de 1902, aonde era realçada uma prática que o tal Catavento dizia ser normal na cidade, qual seja, a destruição das árvores, a derrubada das plantas, sob a alegação de que as mesmas sujavam o seu entorno com a queda constante de folhas e atraíam passarinhos que além de provocar uma verdadeira algazarra colaboravam para deixar o lugar ainda mais sujo.

Essa versão da repulsa do natalense pelas árvores foi ratificada no relatório enviado pelo Intendente Joaquim Teixeira de Moura que dizia ser a arborização um assunto que até então não se tornava possível atender “não tanto pelo custo do plantio, como pelos embaraços da conservação. Os nossos costumes em vergonhoso atraso toleram a damnificação de plantas decorativas e refrigerantes como causa inocente e divertida”.³⁸² Nesse mesmo relatório o intendente dizia que para proteger os poucos patrimônios vegetais existentes na cidade havia decidido cercar a “matinha do Baldo e (...) um vasto terreno, que orla a area urbana, pelo lado do sul, incluindo as lagôas Manoel Fellipe e Secca”.³⁸³

³⁸² Relatório Apresentado pelo intendente Joaquim Manuel Teixeira de Moura à intendência da cidade do Natal eleita para o Triênio 1905-1907, em 1 de janeiro de 1905

³⁸³ Idem

Nesse mesmo ano, depois da acentuada crítica feita no relatório da intendência, um protesto estampado nas páginas “d’A República”, sob a epígrafe “Absurdo inqualificável”, denunciava que um circo espanhol montado na Praça Augusto Severo planejava cortar parte das mungubeiras existentes naquele logradouro, por achar que era um absurdo tal ação, o jornal pediu providências para que o ato fosse evitado. No dia posterior ao protesto foi escrita uma matéria assinada pelo tal Catavento, que aplaudindo a atitude do poder público, dizia que:

O grito de alarma soltado opportunamente pela A Republica e a efficaz intervenção da auctoridade impediram a consumação do attentado que se ia praticando sobre a ramaria dessas esplendidas mungubeiras a cuja sombra se vem desalterar da canicula ou espairecer penas e lidares muitos que buscam um pouco de repouso sob a copa da arvore (...)³⁸⁴.

No ano de 1910, um jornalista de nome Chantecler escrevendo sobre a importância das árvores dizia que “a arvore encanta a vista e alegre a alma com a eclosão perfumada das flores e dos fructos, estendendo a cada infortunio, a protectora sombra dos seus braços maternas”.³⁸⁵ Mais adiante ele defendia que quem destria uma árvore nada mais era do que um assassino e que deveria ser punido com rigor. Posteriormente ele reforçava uma idéia, que àquela época, estava presente em muitos discursos proferidos por intelectuais brasileiros, de que o brasileiro tinha desprezo pela árvore³⁸⁶.

Os discursos em defesa das árvores como um dos elementos necessários para o estabelecimento de um espaço arejado e saudável provocou o surgimento de ações públicas no sentido de arborizar determinadas ruas da cidade dentre as quais a Avenida Rio Branco, no Bairro da Cidade Alta, as Avenidas Tavares de Lira e a Esplanada Silva Jardim, no bairro da Ribeira, e as ruas e avenidas do novo bairro da cidade, A Cidade Nova.

O aformoseamento dessas vias urbanas despertou o desejo da população no sentido de que outras ruas da cidade fossem também agraciadas com tais medidas. É o que mostra um comentário de um leitor do jornal “A República”, ao tratar sobre as

³⁸⁴ Frioleiras. A República, 10 de junho de 1905.

³⁸⁵ De minha carteira. A República, 10 de outubro de 1910.

³⁸⁶ O clássico ensaio Nordeste: aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil, do sociólogo Gilberto Freire, no capítulo que trata sobre a cana e a mata, elabora uma discussão bastante eloquente sobre essa questão, aonde o intelectual pernambucano diagnosticava o pouco zelo que tinha o povo brasileiro com as árvores e as florestas existentes por todo o território nacional.

obras de melhoramento e aformoseamento pelas quais passava a cidade, em especial, as ruas mais importantes, e ao se referir à Rua 13 de Maio, atual Rua Princesa Isabel, dizia que caso aquela rua fosse alvo dos melhoramentos necessários como calçamento, arborização e fornecimento de luz, estaria ela a fazer “bellissimo parallelo com a elegante avenida ‘Rio Branco’”³⁸⁷.



Jayme Seixas - Avenida Rio Branco - primeira década do século XX
(acervo particular de José Valério)

Tudo isso terminava por tornar a cidade um agente educador, como afirma o historiador Raimundo Arrais.

A busca incessante pela construção de um lugar saudável, onde a natureza se fizesse presente por todos os recantos, provocou a necessidade de uma reeducação do natalense, de forma que começou a surgir na cidade eventos, práticas sociais e discursos que enalteciam a natureza como o lugar do conhecimento, da sociabilidade, da beleza e da salubridade.

A defesa da natureza, não com esse formato da ecologia moderna ou do fetichismo contemporâneo, tornou-se corriqueira, pois, no entender de muitos intelectuais da época, a natureza proporcionava a saúde necessária para a concretização do progresso e o conseqüente avanço da sociedade no sentido da civilização.

³⁸⁷ Varias. A República, 06 de maio de 1910

Por volta da década de 1920 com o intuito de estimular a convivência com a natureza as escolas passaram a criar atividades como os passeios escolares, ações didático-pedagógicas que levando as turmas de estudantes a determinados espaços da cidade, traduziam os conhecimentos dos manuais em conhecimentos vivenciados; eram realizadas também, sempre no mês de maio, a Festa das Árvores; e algumas escolas como a Escola Doméstica de Natal motivavam os seus alunos a cuidar dos jardins e hortas da escola, criando com isso uma relação mais íntima entre os alunos e a natureza. Na fotografia abaixo se percebe a importância que as atividades ligas à natureza assumiram no papel de formação das novas gerações.



Escola Doméstica – Década de 1920

(Acervo do Instituto Histórico e geográfico do Rio Grande do Norte)

Dentre as obras de melhoramentos que a cidade do Natal tornou-se alvo durante as primeiras décadas do século XX, muitas estavam ligadas à criação de uma estrutura física relacionada à ciência médica, dentre algumas dessas obras podemos citar a construção de hospitais, de galerias para escoamento de águas pluviais com a finalidade de evitar os acúmulos de água e galerias para escoamento de dejetos.

Uma das primeiras obras a ser realizada logo em 1905 foi o saneamento e a urbanização do balneário do Baldo, que, como vimos, era uma antiga reivindicação da classe médica da cidade. Único balneário de Natal e também a fonte de abastecimento

de água potável para a população, o Baldo, localizado entre os bairros da Cidade Alta e do Alecrim, era como já foi citado anteriormente, um dos recantos naturais mais aprazíveis da cidade, mas também era considerado, devido a importância do papel que desempenhava como reservatório de água, um dos espaços mais insalubres, devido a sua má localização e um uso pouco salutar por parte da população, causando, segundo os médicos, muitos problemas de saúde.

O projeto de saneamento do Baldo em 1905 constou da diminuição do lago que se formava devido a recepção das águas vindas das lagoas de Manoel Felipe e Seca, da retirada da lama depositada no fundo do lago e conseqüente assepsia realizada com areia trazida das dunas, construção de paredões para represar as águas de forma que estas ficassem contidas em uma área menor que a existente anteriormente, construção de banheiros e de lugar para troca de roupa, e por fim uma casinhola para a guarda do espaço.

O balneário do Baldo continuou servindo à população como antes, sendo que com a reforma, com o lago menor e as proibições impostas para o banho e a lavagem de roupas, a sua importância foi pouco a pouco diminuindo, tendo ainda dois outros melhoramentos que provocaram, mais e mais, o desprestígio do famoso balneário do Baldo: a ampliação da rede de distribuição de água encanada e a construção de um balneário na praia da Ponta do Morcego, contratados pelo governador Alberto Maranhão junto à empresa Valle Miranda & Domingos Barros em 1910.

A maioria dessas obras teve um maior impulso a partir do segundo governo de Alberto Maranhão, entre 1908 e 1913.

As primeiras grandes obras de saneamento da cidade, que iam além do melhoramento do balneário do Baldo, são desse período. O contrato com a empresa de melhoramentos Valle Miranda & Domingos Barros previa uma rede de esgoto para a cidade “com a depuração biológica, aerobia e anaerobia das águas, antes de serem lançadas ao rio ou aproveitadas para a cultura dos campos”.³⁸⁸ A implantação desse rigoroso sistema de esgoto pensado em 1910 não se efetivou naquela época, mas favoreceu a que os profissionais médicos reforçassem ainda mais a importância do saneamento para a cidade.

No ano de 1920 Januário Cicco dizia que uma população qualquer maior de dois mil habitantes, e à época Natal tinha vinte e dois mil segundo os dados com os quais ele

³⁸⁸ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Alberto Maranhão em 01 de novembro de 1910

trabalhava, “não póde viver sem as garantias de uma rêde de exgôtos, e a nossa lastimosa tolerancia merece bem a punição de assombrados pela carencia de hygiene em Natal”.³⁸⁹

Em 1924 o governador José Augusto através do decreto n°. 231 de 26 de abril criou a Comissão de Saneamento de Natal cuja direção ficou a cargo do engenheiro Henrique Novaes, que depois de minucioso estudo entregou ao governador um projeto de saneamento da cidade tendo como principais pontos: um novo sistema de abastecimento de água e um sistema de esgoto para a Cidade Alta e a Ribeira que poderia também receber dejetos da Cidade Nova e de parte do Alecrim³⁹⁰. No ano de 1925 José Augusto ratificava a importância do projeto apresentado por Henrique Novaes no ano anterior, sem, no entanto, obter apoio necessário para a implementação o referido projeto.

Do planejamento de Novaes somente o problema do abastecimento de água teve uma resolução mais eficaz, sendo transferido o reservatório da cidade para o lugar chamado Jiqui, ao Sul da cidade, ficando o balneário do Baldo ainda servindo para uma boa parcela da população que não tinha acesso ao serviço de água encanada. Ficando ainda por fazer o saneamento da cidade.

Dentre as obras mais importantes nessa área da saúde pública a instalação, em 1909, do novo Hospital Juvino Barreto foi, incontestavelmente, uma das de maior vulto. Alocado na antiga casa de veraneio do governador, no lugar mais saudável da cidade, como dizia a classe médica de Natal, encimado no alto do “Monte Petrópolis”, construído com frente para o sudeste de forma que assim pudesse receber os ventos vindos do mar; o novo hospital tornou-se, a partir da sua instalação, a maior referência hospitalar de todo o Rio Grande do Norte. A sua importância devia-se não somente às instalações físicas e técnico-científicas, mas essencialmente devido a sua localização.

O jornalista Chantecler, num texto que tratava sobre o aniversário de um ano de inauguração do hospital, dizia que o mesmo estava situado em “um dos pontos mais pittorescos da cidade, nesse lindo Monte abundantemente refrescado pela brisa marinha, com as suas formosas perspectivas, com o seu socego, com sua paz”.³⁹¹

Construído no bairro da Cidade Nova o hospital Juvino Barreto tornou-se, como o bairro, um símbolo dos novos tempos pelos quais passava a capital potiguar.

³⁸⁹ CICCO, Januário. Op. Cit. p. 39

³⁹⁰ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte José Augusto de Medeiros em 01 de novembro de 1924

³⁹¹ De minha carteira. A República, 12 de setembro de 1910.

Permeado de salubridade por todos os lados, com a fantástica vista para o mar, arejado pelos ventos amenos trazidos de longe pelo oceano, recebendo a luz dos primeiros raios de sol da manhã e se protegendo dos quentes e temerosos raios vespertinos, ladeado por uma vegetação que tinha a função de providenciar ao espaço ainda mais saúde e por um jardim cuidado pelas mãos cuidadosas das irmãs da congregação das Filhas de Sant'Ana; o hospital Juvino Barreto era, indubitavelmente, o lugar próprio da saúde em Natal.



Hospital Juvino Berreto – atual Hospital Onofre Lopes – início do século XX
(acervo – CD Natal 400 anos)

O jornalista Chantecler no citado artigo dizia:

Interrogo curiosamente um convalescente, que sentado a uma janela, considera, com pensativa placidez, o dilatado mar sem fim.

- Então, como vai isso?

- Bem, muito bem, moço. É tão bom que dá até vontade de ficar...

E é esse, sem exaggero, como de vem verificar os visitantes, o sentir geral.³⁹²

Anos depois o Hospital Juvino Barreto tornou-se o centro irradiador de instituições de saúde como a Hospital da Criança, posteriormente denominado de Hospital Varela Santiago, construído anos depois na Avenida Deodoro, a Maternidade

³⁹² Idem.

de Natal, depois chamada de Maternidade Januário Cicco e a faculdade de medicina de Natal, essas duas construídas nas imediações do Juvino Barreto.

Dois outros hospitais foram construídos o mais distante possível da cidade, devendo a sua localização aos tipos de doenças para quais os mesmos se destinavam cuidar.

Januário Cicco, em 1920, escrevendo sobre a topografia médica de Natal, apontava como sendo um erro a localização escolhida para o tratamento dos tuberculosos na cidade. Relatava o fato de que as pessoas mais abastadas quando acometidas da tuberculose costumavam procura a região serrana do estado, em especial a cidade de Martins, onde se restabeleciam. No entanto, para ele seria mais conveniente a construção de um sanatório no alto da Serra do Doutor no caminho da cidade de Currais Novos, aonde o clima seco e frio era propício para o tratamento do referido mal, a altitude bastante razoável e a facilidade de transporte através da estrada de automóveis do Seridó oferecia maiores vantagens de acesso.

Onde estava localizado, o hospital para o tratamento da tuberculose, em Natal, mais parecia “a ante-câmara da morte”³⁹³



Hospital para tratamento de Tuberculosos – Década de 1920

(fonte: Como se higienizaria Natal)

³⁹³

Cicco, Januário. Op. Cit. p. 40

O sanatório de Natal foi instalado às margens da estrada de ferro de *Great Western*, nos limites entre o bairro do Alecrim e o lugar denominado de Quintas, próximo ao mangue do Potengi em um lugar muito úmido, e, segundo Cicco, ficando muito distante dos limites da cidade, impedindo uma assistência médica mais efetiva.

O sanatório da cidade seguia ainda o modelo dos hospitais de isolamento de doenças contagiosas, como aqueles construídos nos idos do século XVIII.

Um outro hospital pensado em essa mesma lógica foi o Hospital São Francisco de Assis, ou leprosário como ficou mais conhecido.

A lepra é uma das mais célebres doenças da humanidade e percorre toda a história, carregando, em muitas sociedades, uma áurea de verdadeira moléstia do pecado³⁹⁴.

Em Natal a doença era, como em todos os lugares, um grande tabu, e no início do século XX eram raros os casos.

Cicco, no capítulo final da sua topografia médica, apontava o aumento dos casos de lepra na cidade e dizia que a maioria dos casos eram importados do Pará, sendo essa, para ele, a única recompensa que os norte-riograndenses traziam da região Norte.³⁹⁵

O comentário, mesmo que pequeno, feito por um dos mais bem conceituados médicos da cidade, e em uma obra científica, fazia do problema da lepra um objeto de discussão e de estudo tanto pela classe médica quanto pelo Estado.

A partir do final da década de 1920 foi que o problema da lepra se tornou mais preocupante, a ponto de mobilizar sociedades filantrópicas da cidade e governos instituídos.

Em julho de 1928 uma campanha que tinha por finalidade a construção do leprosário da cidade dizia:

A morphéa é o mais aterradorante dos males que assolam a humanidade. O isolamento systematico do morphetico em um estabelecimento especial ou leprosário é o unico meio de evitar a propagação desse mal. Pensai bem no futuro de vossos filhos e auxiliae a construcção do leprosario 'S. Francisco de assis', porque só assim, podereis evitar que o terrivel mal de S. Lazaro appareça no seio abençoado de vossa familia.³⁹⁶

³⁹⁴ Ver MARTINS, Roberto de Andrade, Op. Cit. p. 26.

³⁹⁵ Cicco Januário. Op. Cit. p. 41

³⁹⁶ Leprosario S. "Francisco de Assis". A República, 13 de junho de 1928

A mobilização em torno da construção de um hospital de isolamento para leprosos levou o Estado a tomar medidas, ainda tímidas em 1926, mas foi em 1929 que o governador Juvenal Lamartine inaugurou as primeiras acomodações do hospital. Em 1930 o governador dizia que a vila S. Francisco de Assis estava modesta, mas “efficientemente dotada de prédios novos e instalações que garantem a todos os internados o necessario conforto physico e moral”.³⁹⁷

O leprosário foi pensado como o sanatório para ser um hospital de isolamento, por esse motivo foi construído muito distante dos limites da cidade, na mensagem governamental de 1928 o governador Juvenal Lamartine dizia que, pensando na construção do hospital, “foram escolhidos dois pavilhões antigos do Estado, situado no Kilometro 6, da *Great Western*, e que por muito tempo serviram de isolamento a variolosos”.³⁹⁸



Hospital São Francisco de Assis – década de 1930

(fonte: CD Natal 400 anos)

A fotografia acima mostra o aspecto de isolamento e de distanciamento de qualquer coisa que possa lembrar urbanidade.

³⁹⁷ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Juvenal Lamartine 01 de outubro de 1930

³⁹⁸ Mensagem governamental apresentada pelo presidente do estado do Rio Grande do Norte Juvenal Lamartine 01 de outubro de 1928

A Vila São Francisco, como queria o governador, foi construída além dos limites suburbanos da cidade, numa época em que Natal se resumia a apenas quatro bairros, todos muito próximos um do outro, sendo o mais periférico o bairro do Alecrim. O leprosário foi construído para além do lugar conhecido como Quintas que, no pensar da época, era o lugar mais distante possível, onde se instalavam as propriedades rurais da cidade.

E durante muito tempo o leprosário de Natal mais pareceu uma comunidade rural povoada de doentes que ficavam tão somente aguardando a morte, que por vezes demorava a chegar, tornando a vida da pessoa acometida da doença uma verdadeira tortura. Em uma novela escrita em 1936 sob o título “Euthanasia” o médico Januário Cicco relatava o tormento que era a vida do leproso naquela época.

Por fim, é importante notificar o papel cumprido pelo serviço de profilaxia rural ao instalar um posto avançado em 1924 no bairro do Alecrim, situado na rua onde está localizado o cemitério da cidade. A instalação desse posto teve o intuito de efetivar um trabalho que no Brasil inteiro vinha sendo desenvolvido e que dizia respeito essencialmente ao tratamento das infestações de verminoses, muito comum em meio à população pobre, bem como um trabalho de educação sanitária que o Estado assumiu com o fim único de evitar a proliferação dos famosos Jeca-tatus, personagem inventado pelo escritor Monteiro Lobato.

As obras de melhoramentos, realizadas ou não, e os novos modelos de sociabilidade, vivenciados ou tão somente desejados, dos quais tratamos aqui, transformaram a cidade do Natal no decorrer das três primeiras décadas do século XX, vestindo-a de novo, como dizia Eloy de Souza, ou providenciando para ela ares de cosmopolitismo como queriam Henrique Castriciano e Manuel Dantas, e efetivamente construíram uma paisagem tipicamente natalense pautada a partir do desejo da construção de uma natureza saudável.

Considerações finais

Ter a consciência de que o texto histórico é inconcluso e que o contexto histórico é possível em outras versões, permite ao historiador, depois de exaustiva pesquisa nos documentos que lhe chegaram às mãos, compor um cenário e apresentar acontecimentos e personagens, que cheios de lacunas, tomam forma e se mostram “vivos”. Cenários, acontecimentos e personagens, que, a partir da pena do historiador, ressurgem imponentemente e se afirmam como importantes elementos da construção de um determinado processo histórico.

Em sendo assim, determinados momentos da história podem ser alvo de consecutivas pesquisas aonde acontecimentos, personagens e cenários são revivificados e retornam do passado, reafirmando lógicas simbólicas vivenciadas em espaços materialmente construídos a partir dos desejos, querer e idéias daqueles que, coletivamente, vivenciaram e construíram aquele momento.

As primeiras décadas do século XX na cidade do Natal são alguns desses momentos sobre os quais os historiadores se debruçam.

Muitas pesquisas são realizadas e muito é dito sobre o período, e, inegavelmente, aparecem e reaparecem sujeitos e lugares que vislumbram processos sociais vivenciados em espaços construídos, construções essas que, tanto simbólicas quanto materiais, denotam experiências humanas e materializam a história.

De alguns anos a esta parte, diversas áreas das ciências se motivaram a pesquisar o período supracitado, convencidos que estão historiadores, arquitetos, cientistas sociais, geógrafos, educadores e literatos, da importância que aquele período da história teve para a cidade do Natal, no sentido do seu feitiço urbano, das lógicas de sociabilidades experimentadas pelo natalense e da conservação ou mutilação do aspecto físico geográfico e natural da cidade. Trabalhos como os que estão sendo desenvolvidos pelos historiadores Raimundo Arrais, Helder Viana e seus orientandos da graduação e da pós-graduação do curso de História da UFRN, bem como aqueles desenvolvidos no departamento de arquitetura, sob a direção dos urbanistas Pedro de Lima e Ângela Ferreira, da mesma instituição, denotam, efetivamente, o quão importante foi aquele período histórico para a construção, física e social, da cidade do Natal.

Compreendendo que “os estudos sobre a cidade se impõe como campo multidisciplinar”³⁹⁹ e se estabelecem como um exercício de interdisciplinaridade, bem como, que é a cidade uma “criação que se implanta a partir da obra humana”⁴⁰⁰ e que essa cidade não é, senão, uma recriação da natureza, ou, mais precisamente, a criação de uma “segunda natureza”, que se institui a partir da necessidade dos seres humanos.

Sendo possível também afirmar que não há compreensão sobre a natureza que não seja humana, pois, entendendo que as interpretações, análises, representações, e até mesmo as reconstruções de espaços naturais são criações humanas, possuindo desta forma uma inserção sócio-cultural no tempo e espaço, podemos então compreender que ao se fazer da natureza um objeto do trabalho do historiador, tal qual a cidade, esse objeto se impõe também a partir de uma análise multidisciplinar, obrigando o historiador a buscar nos conceitos de outras ciências, não somente das humanas, mas também das naturais, como a geologia, a biologia e a ecologia, que, até então, segundo Donald Worster eram estranhas à escrita da ciência histórica⁴⁰¹, elementos que possam explicar determinadas práticas sociais ao longo de um dado processo histórico.

Ao decidir fazer uma análise sócio-histórica da natureza na pequena cidade do Natal do início do século XX, tinha-se a consciência de que esse estudo seria preliminar, mesmo sabendo que outros trabalhos já haviam sido desenvolvidos indicando trilhas ou veredas pelas quais se poderia tráfegar sem o receio de cair nos abismos lacunares da escrita da História.

A opção por desvendar práticas e representações que tinha a população de Natal sobre o meio natural que a circundava, incumbiu-nos de buscar nos documentos, ferramenta básica do ofício do historiador, uma construção social e histórica que perpassaria o tempo e nos indicaria, a partir de uma paisagem delineada no efêmero presente, a sua conformação.

Natal é hoje uma cidade aonde a sua população pode conviver com uma razoável qualidade de vida, apesar do gritante processo de segregação sócio-espacial resultado de um progresso capitalista que efetivamente se implantou nas últimas décadas do século passado⁴⁰². No entanto, isso não significa que em um longínquo futuro essa cidade saudável cercada por uma natureza que possibilita a ela uma excelente salubridade, continue a oferecer a possibilidade de viver bem.

³⁹⁹ SOLLER, M. A., MATOS, M. I. et al. **A cidade em debate**, p. 06

⁴⁰⁰ ROLNIK, R. **O que é cidade**, p.07

⁴⁰¹ WORSTER, Donald. Op. Cit. p. 05

⁴⁰² VIEIRA, Enoque Gonçalves. Op. Cit. p. 41-62

O início do século XX foi, como vimos, um tempo em que, por toda parte, acreditava-se que o progresso e o desenvolvimento capitalista iriam arrancar a humanidade do atraso que até então as sociedades haviam experimentado.

Nesse contexto, a natureza era reconhecidamente uma barreira para a efetivação do propalado progresso.

É importante não perder de vista de que a construção de uma paisagem urbana conciliada com a natureza, ao mesmo tempo em que tem uma relação macro-histórica, tem também peculiaridades próprias e que dizem respeito às experiências acumuladas pelas pessoas que a construíram.

Em Natal, esse ideal de progresso orientou governantes e intelectuais no sentido de repensar a cidade e de propor a sua recriação, de forma que, em curto período, a cidade estava, simbolicamente, remodelada, e apta para o grande desenvolvimento que o futuro guardava para ela.

E se o progresso era o próprio devir, tornava-se então necessário uma intervenção no conjunto do meio natural da cidade que pudesse preparar esse meio para suportar o grande desenvolvimento que seria vivenciado pela mesma. Como já afirmamos anteriormente, a leitura do texto de Manuel Dantas, “Natal daqui a cinquenta anos”, possibilita-nos entender alguns dos motivos que levaram a elite natalense a intervir de forma eficiente no espaço da natureza, impondo, através da técnica, a construção de uma cidade moderna.

A cidade desejada pelas elites natalenses era também uma cidade que possibilitava para a sua população uma nova sociabilidade com espaços que, adequados para a convivência, eram permeados de salubridade.

Nesse ínterim, a ciência médica assumia, com seus discursos e suas propostas no sentido de interferir no processo de construção da modernidade, papel fundamental, difundindo saberes e construindo representações que se tornavam verdades incontestáveis. E, apesar de existir na cidade uma quantidade pequena de profissionais médicos, essa categoria social passou a exercer uma enorme influência no processo de formatação e de construção social da nova cidade desejada pelas elites.

A natureza entrou nesse processo como contraponto, assumindo por vezes, na fala de muitos intelectuais e de médicos, sentidos de ambigüidade, sendo, em algumas oportunidades, considerada a causadora da salubridade, e, em outras, o lugar próprio da propagação de agentes patogênicos que culminava na efetivação de epidemias, trazendo tormentas para a cidade.

Dispostos a transformar Natal na cidade mais saudável do norte do Brasil, sem esquecer da perspectiva do desenvolvimento, as elites natalenses principiaram a interferir efetivamente no corpo urbano da cidade e na natureza que a circundava, procurando expandir esse corpo, alargando os antigos lugares, ocupando outros, criticando o aspecto de isolamento, criticando o comportamento melancólico do natalense, visualizando as possibilidades que a natureza indicava, construindo jardins, arborizando logradouros, e, inegavelmente, fazendo de Natal a capital do Rio Grande do Norte, que de direito já o era, mas de fato carecia de uma urbanidade que cidades do interior como Mossoró, Caicó, Macaíba e São José de Mipibu tinham muito mais do que a capital.

O desejo de fazer de Natal a cidade mais importante do estado se tornou concreto a partir da Proclamação da República. Com os governos republicanos, as cidades, em especial as capitais, passaram a assumir o papel de centros civilizadores, tornando-se também um espaço de formação, de educação, lugares próprios para o convívio do cidadão, para o exercício da cidadania e para se aprender a ser civilizado.

Natal, com pouco mais de dezesseis mil habitantes, tinha no limiar do século XX, um aspecto taciturno, o que permitia a Henrique Castriciano chamá-la de “aldeia pitoresca”. A passagem do século em Natal foi extremamente festejada e anunciada como um tempo de redenção. E Natal se rendeu aos apelos do progresso, do desenvolvimento e da civilização no modelo mental europeu.

Ainda no século XIX, o governador e médico Pedro Velho, que governou o Rio Grande do Norte nos anos 1892-96, defendia a construção de um terceiro bairro em Natal e que o mesmo fosse denominado de Cidade Nova. A proposta era que o novo bairro fosse construído no cume das dunas que ficavam ao Sul da cidade, longe, portanto, da Cidade do Natal da época da monarquia, e topograficamente mais elevada.

O aspecto simbólico da Cidade Nova, que perpassaria por boa parte da história de Natal, mesmo depois de sua divisão nos bairros de Petrópolis e Tirol, motivou a sua criação já no começo do século XX, mais precisamente no ano de 1902, através da Resolução número 55 da Intendência Municipal.

A Cidade Nova constou da demarcação e posterior construção de arruamentos paralelos e perpendiculares, com ruas retas, longas e largas, numa perspectiva arquitetônica que permitia o arejamento do lugar feito pelos ventos marinhos que sopravam por toda aquela área.

Anos mais tarde, o governador Alberto Maranhão que, na época da resolução da criação do bairro, governava o estado, escreveu uma carta ao historiador Câmara Cascudo, relatando o que o motivou a construir o novo bairro. Na carta, Alberto Maranhão dizia que ao considerar “a beleza da colina, lembrei-me de criar o novo bairro e o fiz pensando na Petrópolis fluminense (...)”⁴⁰³. Com essa fala, podemos dizer que era a capital federal a fonte de inspiração que norteava a implantação do novo modelo de cidade que a elite natalense reivindicava.

A Cidade Nova foi implantada, no alto das dunas, próximo ao mar e margeado por densa vegetação que cobria as dunas que ficavam mais ao Sul depois dos limites estipulados pela resolução. Essa localização despertaria no médico Januário Cicco, no ano de 1920, o seguinte comentário:

Ao lado do Alecrim está o Tyrol, o bairro mais saudavel da cidade.
(...)
Não ha realmente na cidade paisagem mais bonita: a roupagem que veste as suas collinas de um verde variegado empresta ao conjuncto tão accentuada harmonia, que evocam recordações a quantos sabem admirar a natureza.
Os seus ares são os melhores de Natal; os ventos que agitam aquelas franças veem do oceano bravio, em longas caminhadas atravez das densas ramarias, dando àquela zona um banho de ar purissimo.
Aberto em largas e extensas avenidas. O Tyrol se continúa descendo em procura de Petropolis, cuja linha divisoria ainda não foi limitada,
(...).
As mesmas considerações cabem a Petropolis, mais habitado do que o Tyrol.⁴⁰⁴

Vê-se, portanto, a partir da visão de Cicco, um dos médicos mais atuantes daquela época, que a construção da Cidade Nova, era além de um ideal simbólico de rompimento com o passado monárquico representado pela antiga Natal, que construída à margem do Potengi, próximo do manguezal e dos charcos que, vez por outra, na parte baixa da cidade, com ruas estreitas, becos e vielas que favoreciam certa promiscuidade entre as classes populares e a elite. A Cidade Nova era também a materialização de um espaço onde “as classes dominantes poderiam se proteger do contato com as péssimas condições ambientais e das epidemias que, então, grassavam pela cidade.”⁴⁰⁵

No entanto, precedia à construção da Cidade Nova a contenção de um “Perigo Iminente”, expressão usada pelo jornalista Manuel Dantas, ao se referir às dunas. O

⁴⁰³ CASCUDO, L. C. Op. cit., p.351

⁴⁰⁴ CICCOC, Januário. Op. Cit. p. 37

⁴⁰⁵ LIMA, Pedro de. Op. Cit. p.35

perigo iminente nada mais era do que as dunas que margeavam o novo bairro pelos limites ao Sul, e que começavam na famosa praia de Areia Preta e se estendiam até o perder de vista em direção ao interior.

Manuel Dantas, que além de jornalista era também professor de História Natural e de Geografia do Atheneu Norteriograndense, em março de 1901, escrevia de forma muito eloqüente que era necessário cuidar daquelas dunas para que no futuro as suas areias não invadissem a cidade, dizia ele que

Ninguém ignora que os morros de praia, formados de areia movediça, podem desoar-se com muita facilidade, caminhando até se arrazarem completamente. Conforme o tamanho do morro, as areias às vezes sepultam aldeias inteiras e sítios que lhe ficam ao pé⁴⁰⁶.

A necessidade de conter as dunas, evitar a invasão das areias e o conseqüente soterramento da cidade fez com que os poderes públicos estabelecessem políticas a fim de proteger os limites além da Cidade Nova, à margem da planejada Oitava avenida, atual Hermes da Fonseca, que consistiram na plantação de gramíneas e de arbustos nativos da própria duna, no cercamento da área e na colocação de praças do batalhão de segurança para vigilância contínua das dunas, já em outubro de 1901.

Em 1909, na conferência “Natal daqui a cinquenta anos”, ao vislumbrar uma cidade desejada para o futuro, Manuel Dantas relatava, satisfeito, que as dunas ao Sul da Cidade Nova haviam sido contidas, evitando assim o soterramento da cidade.

Ao lado do “Perigo Iminente” havia o mar, um vasto oceano, considerado, durante muito tempo, perigoso e como sendo o lugar próprio do refúgio⁴⁰⁷. Em relação a Natal, como vimos, o mar também era representado como um elemento que providenciava para a cidade uma áurea de isolamento.

Até as últimas décadas do século XIX, o mar e as suas margens eram o território dos pescadores e das comunidades pobres. Com o novo estilo de viver e de encarar a natureza em Natal no início do século XX, possuir uma casa à beira mar tornou-se sinônimo de elegância social.

E se os banhos de mar haviam se convertido, já há alguns anos, instrumentos de terapias médicas. O ar marinho tornou-se revigorante, um refrigerador do clima quente da cidade, morar, ou, simplesmente, possuir uma casa nas proximidades do mar, tornou-se, então, além de elegante, saudável.

⁴⁰⁶ A Republica, 31 de março de 1901

⁴⁰⁷ FREIRE, Gilberto. Nordeste. p. 65

Em muitas crônicas da época, as referências feitas ao “Monte Petrópolis” foram inúmeras, sempre no sentido de enaltecer o lugar, a sua salubridade, a proximidade com o mar, o ar puro e o clima amenizado pelas brisas marinhas.

Nos primeiros anos do século XX, as casas construídas na Cidade Nova, em especial, aquelas mais próximas da orla da praia, que, paulatinamente, tomavam o lugar dos antigos ranchos dos pescadores, eram tão somente para o veraneio, espaços construídos para a diversão, o lazer e o descanso, que motivavam uma fuga da cidade, nos finais de semana ou nas férias, de muitas pessoas, que, trajando elegantes “fatiotas”, roupas adequadas para o banho de mar, mergulhavam nas mornas águas dos balneários da praia da Limpa, da Ponta do morcego ou de Areia preta.

Posteriormente, foram construídas casas de moradia, o acesso foi se tornando mais fácil em detrimento das obras de melhoramentos que pouco a pouco empedravam as largas ruas, as quais foram sendo arborizadas com frondosas oiticicas, mungubeiras e esguias palmeiras imperiais plantadas em cada esquina. As praças Pedro Velho e Pio X foram arborizadas e ajardinadas e alguns importantes equipamentos públicos, como o Hospital Juvino Barreto, instalados no bairro.

É importante observar que aquele território não era um lugar de ninguém. Inúmeras famílias de sitiantes e de pescadores, que há muito tempo viviam naquela região da cidade, foram enxotados da área, seus ranchos foram derrubados, os pequenos roçados e a atividade de extração de lenha das matas das dunas, que lhes providenciava precárias condições de vida, foram proibidas. Essas ações orquestradas pelo Estado republicano, em nome de uma elite e de um espaço que se queria saudável, inclusive livre das classes populares representadas como elementos perigosos à salubridade da cidade⁴⁰⁸, foram criticadas ferrenhamente pelos opositores Elias Souto e Augusto Leopoldo, que através das páginas do jornal “O Diário do Natal”, condenavam a política elitista da oligarquia Maranhão e denominavam o novo bairro de Natal de “Cidade das Lágrimas”.

No entanto, a cidade do Natal não era somente o seu novo bairro e outras partes também necessitavam de melhoramentos que os tornassem menos insalubres.

⁴⁰⁸ Sobre a representação das classes populares e o lugar do pobre na cidade a leitura dos textos dos urbanistas Ângela Ferreira, “Os indesejáveis na cidade” contido no livro “Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna, Natal 1890-1940; e Pedro de Lima no quarto capítulo do livro “Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano” intitulado “A terceira margem do rio”, nos possibilita um entendimento de como as classes populares eram vistas e tratadas pelas elites da cidade.

Paralelo à construção da Cidade Nova, os governos, mais precisamente o governo estadual, e, em especial, os governos de Alberto Maranhão (1900-1904 e 1908-1913) e Tavares de Lyra (1904-1906), utilizando-se, muitas vezes, das verbas enviadas pela união para o combate ao flagelo da seca, prática essa que também gerava inúmeras críticas da oposição, providenciou também para os bairros da Cidade Alta e da Ribeira obras de melhoramentos que transformaram substancialmente a paisagem dessas duas áreas da cidade.

Como vimos anteriormente, a Cidade Alta era o lugar onde morava a aristocracia de Natal, no qual estavam instalados os mais importantes órgãos públicos, era o lugar do poder institucionalizado, sendo, portanto, importante providenciar obras de melhoramentos para aquela parte da cidade que a transformassem em um espaço menos insalubre. Essas mudanças constaram de ajardinamento e aformoseamento de praças, alargamento e arborização de ruas, destruição de edifícios considerados insalubres e incentivos para novas construções que seguissem padrões estipulados pela Inspetoria de Higiene⁴⁰⁹.

A Ribeira era o bairro comercial por excelência, a proximidade com o porto, que constantemente sofria reparos, a localização das mais importantes casas comerciais da cidade, a existência de clínicas médicas e as imponentes presenças do Teatro Carlos Gomes, do Grupo Escolar Augusto Severo e da Escola Doméstica do Natal, exigia a providência de obras que fizessem daquele bairro um espaço razoavelmente saneado e higienizado. Para transformar o bairro da Ribeira em um espaço mais saudável o receituário seguido pelos governos foi o mesmo estabelecido para a Cidade Alta, não descurando os administradores do fato de ser a Ribeira uma vítima constante dos alagamentos em época de chuvas e em dependência das tábuas de marés, sendo necessário, nesse caso, um trabalho mais intenso de terraplenagem, alinhamentos de terrenos e aterramento de áreas alagadas.

E então, as praças Augusto Severo e André de Albuquerque, antes consideradas tão somente lugar de passagem, foram arborizadas, ajardinadas e aformoseadas, com gramas atapetadas, jasmims, lírios e árvores de maior porte para o sombreamento dos bancos e dos coretos, transformando-se em espaços extremamente saudáveis e prontos para o passeio higiênico nos finais de tarde, para a contemplação da “natureza domada”

⁴⁰⁹ Os incentivos concedidos em 1910 pelo decreto 288 editado pelo governador Alberto Maranhão previam isenção de impostos durante dezessete anos para quem construísse edifícios cujas plantas fossem aprovadas pela Inspetoria de Higiene e que para tal deviam as mesmas reunirem condições de conforto, de higiene e de arquitetura que as construções modernas exigiam.

e, principalmente, para ver e ser visto em desfiles garbosos, exibindo a última moda de Paris, Londres ou Nova Iorque, num frenesi típico da época que se convencionou chamar de “Belle Époque”.

Nesse mesmo momento, ruas eram rasgadas, alargadas, empedradas e arborizadas com mungubeiras, oiticicas e fico benjamin⁴¹⁰, originando avenidas, alamedas e bulevares, que propiciavam bons ares, facilitavam o trânsito dos bondes, dos automóveis e das pessoas que passaram a trafegar apressadamente, à sombra das árvores, pelas ruas calçadas. E um fato era notório: em sua maioria, esses logradouros, reestruturados pelas obras de melhoramento e aformoseamento, indicavam o caminho para o “Monte Petrópolis”⁴¹¹.

Toda essa técnica faria o historiador Câmara Cascudo dizer em 1929, ao referir-se ao Plano Geral de Sistematização de Natal, ao qual denominava de “*Master Plan*” encomendado pelo prefeito Omar O’Grady ao arquiteto Giacomo Palumbo, que com o referido plano a circulação seria garantida pela ampliação das ruas e avenidas. O aspecto total apresentaria uma harmonia da nossa cidade tradicional com sua paisagem corrigida pela inteligência.

Com a deposição do prefeito Omar O’Grady, em 1930, pelo golpe getulista, o planejamento feito por Palumbo não foi possível de ser realizado e, segundo, o arquiteto Pedro de Lima, essa “paisagem corrigida pela inteligência” já havia sido estabelecida com o Plano da Cidade Nova, o único a ser efetivamente implementado em Natal.

Em sendo assim, podemos então afirmar, mesmo que não seja de forma plena, que, essa “paisagem tipicamente natalense” com uma presença marcante de uma natureza, onde o rio, o mar e as dunas se alternam em uma variegada tonalidade de verdes, tendo como pano de fundo um azul intenso de um céu com raras nuvens, sob o alumiado incessante de um sol constante que agracia cotidianamente a cidade, promovendo uma profusão de ilusões ópticas, sensitivas e emotivas, incentivando viveres plenos de sanidade, foi, incontestavelmente, um legado aviado por aqueles que no passado construíram idéias e edificaram jardins, parques, ruas arborizadas, e

⁴¹⁰ Em ensaio sociológico sobre o Nordeste e a Cana-de-açúcar o sociólogo Gilberto Freire faz uma severa crítica a transplantação de espécimes vegetais como o fico benjamim, o eucalipto australiano e a acácia de Honolulu, que eram empregados na arborização em muitas cidades brasileiras pelos arquitetos responsáveis pelas obras de urbanização.

⁴¹¹ Nos anos de 1904 e 1905 o jornal “O Diário do Natal” acusava constantemente o governador Tavares de Lyra de desviar as verbas destinadas ao combate à seca para usá-las em obras de aformoseamento da capital e, em especial, nas obras de calçamento das ruas que ligavam a Ribeira e a Cidade Alta ao novo bairro da cidade que, segundo o jornal da oposição, era o lugar de morada da oligarquia Maranhão e seus correligionários.

imaginaram uma cidade que pudesse coexistir com a natureza e que providenciasse para os seus cidadãos um lugar saudável, onde se pudesse viver bem.

Fontes

- Jornais (digitalizados)
 1. A República – 1901, 1902, 1903, 1905, 1910, 1920, 1924, 1926 e 1928.
 2. O Diário do Natal – 1904.
 3. O Triumpho – 18 de agosto de 1918.
 4. Gazeta da semana – 23 de agosto de 1914.
 5. O Trabalho – 30 de julho de 1905.

- Mensagens de governo – 1903, 1904, 1905, 1909, 1910, 1918, 1920, 1921, 1924, 1927, 1928, 1930.

- Relatório da Intendência Municipal – 1905

- Obras raras
 1. CASTRICIANO, Henrique. **Seleta**: textos e poesias. Org. José Geraldo de Albuquerque. [s/n/t], v. 1
 2. CICCICO, Januário. **Como se higienizaria Natal**: algumas considerações sobre o seu saneamento. In: LIMA, Pedro de. Saneamento e urbanização em Natal: Januário Cicco, 1920. Natal: Sebo vermelho, 2003.
 3. CICCICO, Januário. **Euthanasia**. Rio de Janeiro: Irmãos pongetti, 1937.
 4. DANTAS, Manoel. **Natal daqui a cinquenta anos**. In: O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas. Natal: Cooperativa cultural, Sebo vermelho, 2000.
 5. FERNANDES, Jorge. Livro de poemas. Natal: Fundação José Augusto, 1970.
 6. SOUZA, Eloy de. **Costumes locais**. Natal: Sebo vermelho, 1999

Bibliografia

ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, A. L.; DANTA, G. **Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna** (Natal,1890-1940). Natal: EDUFRN, 2006.

AVILLA-PIRES, Fernando Dias de. **Fundamentos Biológicos da Saúde Pública e as Práticas Alternativas**. In: Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro. pp. 71-79, jan/fev, 1987.

AYRES, J. R. de C. M. **A saúde coletiva e o espaço público moderno: raízes histórico-sociais da ciência epidemiológica**. In: Natureza e Poder. Projeto história, revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade de São Paulo. n. 0. São Paulo: EDUC, 1981.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1999.

_____ **Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20**. Natal: EDUFRN, 2005. p. 9-79. Estudo introdutório de Raimundo Arrais.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS,2002 .

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Economia e Urbanização: O Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

CORADINI, Lisabete. **Espaço e sociabilidade: Praça XV**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia no imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, Josiney. **Imagem Sobre Imagem: Segunda Guerra em Natal**. Natal: NUTE/TVU, 1998.(duração: 23m 44 s.).

DAMATTA, Roberto. **Conta de mentiroso: sete ensaios de Antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. Cap. 4, em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações.

DANTAS, G. **Crise urbana em Natal na virada para os anos 1920**: impasses da modernização e saberes técnicos, p. 70. In: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo (fev. 2006).

DAVIM, Paulo. Médicos de ontem por médicos de hoje. Natal/RN: edição do autor/co-edição EDUFRN, 1999.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n. 8, 1991, p. 177-197

EDUARDO, A. R. B; FERREIRA, A L de A. **As Topografias Médicas no Brasil do início do Século XX**: aportes históricos ao estudo da relação meio ambiente e sociedade (o caso de Natal-RN). In: FERREIRA, A. L.; DANTA, G. **Surge et ambula**: a construção de uma cidade moderna (Natal,1890-1940). Natal: EDUFRN, 2006.

FERREIRA, A. L. A.; EDUARDO, A. R. B. e DANTAS, A. C. C. L. **Geografias e topografias médicas**: os primeiros estudos ambientais da cidade concreta. Revista Investigaciones Geográficas, n. 52, ano 2003.

FILGUEIRA NETO, J.P. **Os esportes em Natal**. Natal: FENAT, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**, 4 ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984.

FREIRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana no Nordeste do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GEERTZ, Clifford. Transição para a humanidade. In: **O papel da cultura nas ciências sociais**. São Paulo: Vila Marta, 1980 .

HERSCHMANN, M. M. e PEREIRA, C. A. M. **A invenção do Brasil Moderno**: Medicina, Educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HESP, Patrick. **A gênese de cristas de praias e dunas frontais**. Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002 p. 119

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LEITE, Rinaldo Cesar N, **A civilização imperfeita**: tópicos em torno da remodelação de Salvador e outras cenas de civilidade, 1912-1916. Revista de Estudos Ibero-americanos, PUCRS, v. XXIV, n. 1, p. 95-129, junho 1998

LIMA, Pedro de. **O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas**. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

_____. **Saneamento e modernização em Natal**: Januário Cicco, 1920. Natal: Sebo Vermelho, 2003.

_____. **Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano.** Natal: edufrn, 2001.

MARTINS, Roberto de Andrade. **Contágio: História da prevenção das doenças transmissíveis.** São Paulo: Moderna, 1997. (coleção polêmica).

MORAES, J. G. V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República.** São Paulo: Atual, 1994.

NAXARA, Márcia Regina Capellari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX.** Brasília: editora da Universidade de Brasília, 2004.

NESI, Jeanne F. L. Caminhos de Natal. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1997.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. A conferência de Manoel Dantas: a elite natalense construindo a imagem da cidade moderna. In: FERREIRA, A. L.; DANTA, G. **Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal,1890-1940).** Natal: EDUFRN, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

PORTER, Roy. **Das tripas coração: uma breve História da medicina.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense.1998. (Coleção primeiros passos).

SANTOS JUNIOR, Olavo. **Características geotécnicas dos solos da região de natal-rn.** http://www.ufrn.br/sites/producao_ct/sec1_1.html-07/07/2007

SCLIAR, Moacyr. **Oswaldo Cruz: entre micróbios e barricadas.** Rio de Janeiro, Relume Dumara/Rioarte, 1996.

SILVA, L.L. S. **Caminhos e bifurcações da formação médica: a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.** In: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/M%C3%81RCIA%20REGINA%20BARROS%20DA%20SILVA.pdf> – 25/03/2008

SOLLER, Maria Angélica, MATOS, Maria Izilda, et. al. **A cidade em debate.** Rio de Janeiro: Olho d'água,1999.

VIANA, Helder do N. **A invenção do viver bem: transformações nos hábitos de consumo na cidade do Natal, 1900-1930.** Natal, 2007 (digitado)

VIEIRA, Enoque G. **Urbanização e segregação sócio-espacial**: Natal, décadas de 1960-1970, a construção de uma paisagem. Natal: 2001. (monografia apresentada para o a graduação do curso de história da UFRN).

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n. 8, 1991, p. 198-215.